

Diário do Legislativo de 06/09/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 70ª Reunião Ordinária

1.2 - Reunião de Debates

1.3 - 15ª Reunião Especial - Destinada à Realização do Ciclo de Debates O Brasil na ALCA, com o Painel "O Brasil na ALCA: Riscos e Oportunidades"

1.4 - 16ª Reunião Especial - Destinada à Realização do Ciclo de Debates O Brasil na ALCA, com o Painel "A ALCA e suas Implicações Socioeconômicas"

1.5 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Comissão

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 4/9/2003

Presidência dos Deputados Rêmoló Aloise, Dalmo Ribeiro Silva e Olinto Godinho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 101 e 102/2003 (encaminham o Projeto de Lei nº 1.026/2003 e a Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2003, respectivamente), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.027 a 1.036/2003 - Requerimentos nºs 1.284 a 1.298/2003 - Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (3), Gil Pereira, Padre João, Weliton Prado, Antônio Júlio (2), Durval Ângelo, Leonardo Moreira (3), Leonardo Quintão (6), Maria Olívia e outros, Paulo Piau e Paulo Piau e outros - Comunicações: Comunicações das Comissões de Assuntos Municipais, de Defesa do Consumidor, de Educação, de Meio Ambiente, de Política Agropecuária e de Transporte - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Alberto Bejani, Domingos Sávio, Paulo Piau e Célio Moreira - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Designação de Comissões: Comissões de Assuntos Municipais, de Defesa do Consumidor, de Direitos Humanos, de Educação, de Fiscalização Financeira, de Meio Ambiente, de Participação Popular, de Política Agropecuária, de Redação, de Saúde, de Segurança Pública, do Trabalho, de Transporte e de Turismo - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (3), Gil Pereira, Padre João, Weliton Prado, Antônio Júlio (2), Durval Ângelo, Leonardo Moreira (3), Paulo Piau, Leonardo Quintão (6), Maria Olívia e outros, e Paulo Piau e outros; deferimento - Inexistência de quórum para votação - Requerimento do Deputado Rogério Correia; deferimento; discurso do Deputado Rogério Correia - Chamada para a recomposição de quórum; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jô Moraes - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauro Lobo - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Paulo Piau, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 101/2003*

Belo Horizonte, 3 de setembro de 2003.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame dessa Egrégia Assembléia Legislativa, o projeto de lei incluso que altera o disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 11.393, de 6 de janeiro de 1994, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização - FIND.

O projeto encaminhado tem o objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Fundo de Incentivo à Industrialização - FIND -, pois a Lei nº 11.393/94, que instituiu este fundo, estabeleceu que o prazo de concessão de financiamentos com seus recursos é de dez anos contados da data da vigência desta lei, prazo este que expira em 1º de janeiro de 2004, de acordo com o previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 38.106, de 1º de julho de 1996.

O FIND é um fundo rotativo de natureza e individualização contábeis cujos recursos são aplicados sob a forma de financiamentos reembolsáveis para investimentos fixos e de capital de giro.

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG - elaborou justificativa técnica visando demonstrar a importância da prorrogação do FIND para o Estado de Minas Gerais e constatou que este fundo representa o principal instrumento creditício em operação no Estado com a finalidade de financiar programas destinados ao seu desenvolvimento industrial e agroindustrial e apoiar a implantação, realocação, expansão, modernização e readequação de unidades instaladas ou a serem instaladas no território mineiro.

Ademais, a justificativa técnica realizada pelo BDMG demonstra que o FIND é de vital importância na escolha dos empresários para a localização de seus negócios, pois que, apesar de analisarem fatores relevantes como a infra-estrutura básica, mão-de-obra, insumos, posição geográfica junto aos centros consumidores, dentre outros, tem como elemento fundamental para a determinação da localização do empreendimento as condições atrativas de financiamento.

Nos últimos anos diversas empresas se instalaram ou ampliaram sua atuação no Estado, promovendo o desenvolvimento de um moderno parque industrial e agroindustrial mineiro, justamente em virtude das condições favoráveis proporcionadas pelos instrumentos de financiamento disponíveis do FIND, permitindo, assim, a diversificação da produção estadual, ampliação de sua vocação econômica, atração de novos investidores e apoio a modernização de setores tradicionais da economia mineira.

Ainda, no que concerne ao estudo técnico realizado pelo BDMG, temos que o desempenho financeiro do FIND, desde a sua constituição, pode ser considerado bastante positivo, haja vista que no ano de 1997 o patrimônio total do FIND era de R\$353,7 milhões e em 2002 atingiu o volume de R\$866,4 milhões, representando um acréscimo de 144,9%.

Em se tratando do volume de recursos liberados pelo FIND, observa-se que em 1995 o volume era de R\$92,6 milhões, enquanto que em 2002 alcançou R\$192,0 milhões, beneficiando uma diversidade de empresas nos mais diferentes segmentos da atividade econômica do Estado.

Registre-se, além disso, que nos últimos oito anos 200 novos empreendimentos foram apoiados pelo FIND, o que, sem dúvida, valeu como um dos mais importantes fatores locais em favor de Minas Gerais, traduzindo na geração de 30.000 empregos diretos e indiretos, proporcionando um incremento na arrecadação de ICMS e redundando no repasse adicional aos Municípios Mineiros, através do Fundo de Participação dos Municípios - FPM -, caracterizando-se, desta forma, em distribuição de renda.

Desta forma, verifica-se que o FIND encontra-se em plena operação, atendendo a programação do Governo Estadual e cumprindo os seus objetivos de execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O Gestor do FIND é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e o seu Agente Financeiro é o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG. O Grupo Coordenador é composto por representantes das Secretarias de Planejamento e Gestão, de Fazenda e de

Desenvolvimento Econômico, além de representantes do BDMG e do Instituto de Desenvolvimento Industrial - INDI.

Ante a todo o exposto, conclui-se que a prorrogação do Fundo de Incentivo à Industrialização - FIND - é fundamental para o desenvolvimento industrial do Estado de Minas Gerais, tendo em vista que este Fundo apresentou resultados socioeconômicos bastante satisfatórios, assegurando além da manutenção de empregos a continuidade de geração de receita.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 1.026/2003

Altera o disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 11.393, de 6 de janeiro de 1994, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização - FIND.

Art. 1º - O parágrafo único do art. 4º da Lei nº 11.393, de 6 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º -

Parágrafo único - O prazo para a concessão de financiamento será de dez anos contados a partir de 6 de janeiro de 2004, facultado ao Poder Executivo propor a sua prorrogação, baseado na avaliação de desempenho do fundo."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Turismo e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 102/2003*

Belo Horizonte, 3 de setembro de 2003.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Apraz-me encaminhar a Vossa Excelência, para exame dessa Egrégia Assembléia, a inclusa Proposta de Emenda à Constituição, com o escopo de fazer incluir, em seu Art. 63, dispositivo sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do Estado de Minas Gerais.

A proposição ora encaminhada é fruto da prioritária preocupação deste Governo, de estabelecer normas e diretrizes para os atos normativos, como instrumento para consecução da maior coerência e eficiência administrativas. Está a iniciativa em consonância com o Decreto nº 43.512, de 11 de agosto de 2003, o qual dispôs sobre a matéria no âmbito do Executivo. Estender aos demais Poderes a aplicação de tais princípios, consolidando-os em forma de lei, é o nosso objetivo.

Cumprir notar que a presente Emenda irá harmonizar a Constituição Mineira com a Carta Magna, cujo parágrafo único do Art. 59 dispõe que a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis será objeto de lei complementar. No preceito constitucional, está implícita a necessidade de estabelecer princípios gerais e particulares para a elaboração legislativa e de consolidar as leis e decretos. Escusado mencionar que esse último aspecto, da Consolidação da Legislação Estadual, reveste-se de especial relevância, donde a oportunidade de nossa proposta.

Em vista do exposto, solicito o exame e aprovação, por parte desse Parlamento, para a presente Proposta de Emenda à Constituição.

Aécio Neves da Cunha, Governador do Estado de Minas Gerais.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56/2003

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Art. 1º - Acrescente-se o seguinte parágrafo ao Art. 63 da Constituição do Estado:

"Art. 63 -

I -

II -

III -

IV -

V -

Parágrafo único - Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis."

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial, para parecer, nos termos do art. 201, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.027/2003

Declara de utilidade pública o Cipó Futebol Clube - CFC -, com sede no Município de Santana do Riacho.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Cipó Futebol Clube - CFC -, com sede no Município de Santana do Riacho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de setembro de 2003.

Dinis Pinheiro

Justificação: Com a finalidade de proporcionar a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas, notadamente o futebol, foi fundada em 16/9/98, a associação civil, sem fins lucrativos, Cipó Futebol Clube.

O Clube contribui para que ocorra, entre outras, reunião de pessoas em prol de atividade cívica, cultura do esporte e civismo, prática cultural e desportiva.

Por meio dessas atividades, melhora-se o relacionamento entre os cidadãos, aperfeiçoa-se o grupo social, contribui-se para a cidade e retiram-se os jovens das drogas.

No plano formal estão cumpridas as condições estabelecidas pela Lei nº 12.972, de 27/7/98.

O projeto é justo e aguarda aprovação desta Casa. Assim, conclamo os nobres pares a votarem favoravelmente à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.028/2003

Declara de utilidade pública o Projeto Local de Envolvimento Comunitário - PLEC -, com sede no Município de Sete Lagoas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Projeto Local de Envolvimento Comunitário - PLEC -, com sede no Município de Sete Lagoas.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 3 de setembro de 2003.

Doutor Ronaldo

Justificação: Fundado em 27/6/93, o Projeto Local de Envolvimento Comunitário - PLEC - tem por objetivo a assistência social às comunidades carentes, por meio de ações voltadas para a saúde, a educação e para os direitos e deveres de cidadania.

Nesses dez anos de existência, o PLEC vem atuando intensamente na promoção social e na assistência material a inúmeras famílias, para as quais são destinadas as doações arrecadadas.

O trabalho é desenvolvido por voluntários; a entidade não tem fins lucrativos e não remunera seus Diretores.

Sua expressiva atuação na comunidade garantiu ao PLEC o reconhecimento de utilidade pública municipal (Lei Municipal nº 5.413, de 26/8/97)

e a admiração dos setelagoanos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.029/2003

Dispõe sobre a edição da tabela de referencial honorários médicos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Compete ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, para fins de remuneração, a edição da tabela referencial de honorários para os procedimentos médicos a serem adotados pelos médicos e pelas instituições de saúde privadas, filantrópicas e outras, bem como pelos planos privados de assistência à saúde que mantêm convênio com os médicos do Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2003.

Fahim Sawan

Justificação: Atualmente a tabela referencial de honorários é elaborada pela Associação Médica Brasileira, mas para ter eficácia em todo o País necessita de aprovação federal. Ocorre que as realidades de nossos Estados são destoantes em muitos aspectos. Fato esse que torna a aprovação muito complicada pois não existe e não poderia existir consenso sobre os valores determinados.

Devemos trazer essa discussão para o âmbito estadual, onde serão analisadas as peculiaridades, para que se faça justiça aos prestadores da saúde. O órgão mais indicado para a elaboração dessa tabela seria o Conselho Regional de Medicina, com apoio e participação das entidades representativas envolvidas.

A elaboração dessa tabela pelo CRM-MG seria um mecanismo eficaz para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais médicos mineiros. O conselho poderia arbitrar os honorários médicos de maneira a não prejudicar os médicos, levando sempre em consideração os custos aplicados a cada procedimento.

Com essa intenção peço apoio aos meus pares para aprovação desse projeto, que em muito pode contribuir para a saúde mineira.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.030/2003

Declara de utilidade pública a Casa de Apoio Danielle.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Casa de Apoio Danielle, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 4 de setembro de 2003.

João Bittar

Justificação: A Casa de Apoio Danielle Asssitência ao Portador de Câncer tem por finalidade específica a prestação de serviço em beneficência às pessoas portadoras do câncer na faixa etária até 90 (noventa) anos. Tem como objetivo único o acolhimento e o apoio através de hospedagem, alimentação, assistência social e psicológica aos pacientes e aos familiares que residem em Uberaba e cidades vizinhas e procuram a referida cidade para receberem o tratamento no Hospital do Câncer.

Ressaltamos que essa entidade não faz distinção alguma quanto a raça, condição social, credos político e religioso.

Portanto, defendemos a utilidade pública da Casa de Apoio Danielle, para que tenha direito ao merecido apoio do Governo do Estado, através de liberação de recursos e outros meios possíveis.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.031/2003

Declara de utilidade pública as Obras Assistenciais Espíritas Eurípedes Barsanulfo, com sede no Município de Araxá.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública as Obras Assistenciais Espíritas Eurípedes Barsanulfo, com sede no Município de Araxá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de setembro de 2003.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: As Obras Assistenciais Espíritas Eurípedes Barsanulfo há anos apóiam a comunidade carente de Araxá nas mais diversas áreas de atuação: moradia para idosos com total assistência, fornecimento de refeições à população necessitada, oficinas de trabalho com cursos de artesanato, corte e costura, pintura, manicure e pedicure, agência de empregos e campanhas de orientação às gestantes.

Pela relevância do trabalho dessa Instituição, já declarada de utilidade pública municipal, é que conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.032/2003

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade de Sesmaria - AMASE -, com sede no Município de Catas Altas da Noruega.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade de Sesmaria - AMASE -, com sede no Município de Catas Altas da Noruega.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 12 de agosto de 2003.

Padre João

Justificação: A AMASE é uma associação beneficente sem fins lucrativos, fundada em 19/4/2001, cuja finalidade é a fomentação, a racionalização e o aumento da renda do setor agrário, visando a melhoria das condições de vida de seus associados, garantindo assim melhores condições de vida ao homem do campo.

O processo objetivando a utilidade pública encontra-se legalmente amparado, estando obedecidas as exigências contidas na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por essas razões, espero contar com apoio dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.033/2003

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Areado o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Areado o imóvel situado nesse município, à Praça Henrique Vieira, 311, com área construída de 361,61m² (trezentos e sessenta e um metros quadrados), e o terreno com área de 294,00m² (duzentos e noventa e quatro metros quadrados) mais ou menos, confrontando com a referida Praça Henrique Vieira, Rua João Duarte, sucessores de João Benedito de Figueiredo ou com quem de direito, tudo conforme a matrícula 7.720 e averbações 1.7.720, 2.7.720 e 3.7.720 do livro nº 2 - Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Areado.

Parágrafo único - O imóvel destina-se à instalação definitiva da Câmara Municipal de Areado e do Serviço Integrado de Administração Tributária e Fiscal - SIAT.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de setembro de 2003.

Sebastião Navarro Vieira

Justificação: O imóvel em questão pertencia à MinasCaixa e, após a extinção desta, foi incorporado ao patrimônio do Estado .

Até pouco tempo era ocupado pela Agência Fazendária da Secretaria da Fazenda, atualmente desativada.

Hoje funciona ali apenas o Serviço Integrado de Administração Tributária e Fiscal - SIAT.

O município pretende obter o imóvel para, após proceder às reformas necessárias, torná-lo sede do Poder Legislativo Municipal, ficando assegurado o funcionamento do SIAT nas mesmas dependências.

Sendo assim, espero o apoio de meus pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.034/2003

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Jesus Pão da Vida, com sede no Município de Tupaciguara.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Jesus Pão da Vida - ABJPV -, com sede no Município de Tupaciguara.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2003.

Zé Maia

Justificação: A Associação Beneficente Jesus Pão da Vida é entidade civil sem fins lucrativos, com sede no Município de Tupaciguara, a qual tem por finalidade prestar assistência social gratuita a pessoas carentes, auxiliar na recuperação física e moral de viciados, homossexuais e outros, bem como fornecer assistência social, médica e odontológica e cursos profissionalizantes. O título de utilidade pública possibilitará o prosseguimento das atividades realizadas, tendo em vista a obtenção de recursos oriundos do Estado.

Em razão do exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.035/2003

Autoriza o Poder Executivo a doar à Loja Maçônica Marcos Joeli nº 224, localizada no Município de Passos, o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Loja Maçônica Marcos Joeli nº 224, localizada no Município de Passos, imóvel com área total de 313,56m² (trezentos e treze metros e cinqüenta e seis centímetros quadrados), localizado nesse município, na Rua Deputado Lourenço de Carvalho, nº 135, registrado sob o nº 33.332, a fls. 165 do livro 3-AE, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Passos.

Parágrafo único - O imóvel descrito no "caput" deste artigo destina-se à construção de biblioteca comunitária e espaço cultural.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de agosto de 2003.

Zé Maia

Justificação: O projeto de lei em causa tem por escopo formalizar a doação do imóvel localizado na Rua Deputado Lourenço de Carvalho, nº 135, no Município de Passos. A área reservada à alienação será destinada à construção de biblioteca comunitária e espaço cultural, que, em nosso ver, são de grande valia para o desenvolvimento intelectual, cultural e recreativo dos moradores de Passos. Ademais, o imóvel atende a necessidades da população, tais como localização, fácil acesso e tamanho.

Feitas tais considerações, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para que a proposição em exame seja aprovada, de forma a permitir a concretização do importante objetivo que se estabelece para o imóvel.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.036/2003

Declara de utilidade pública a entidade Amigos do Peito - Grupo de Apoio à Cura do Câncer de Mama, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Amigos do Peito - Grupo de Apoio à Cura do Câncer de Mama, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 29 de agosto de 2003.

Célio Moreira

Justificação: A entidade Amigos do Peito - Grupo de Apoio à Cura do Câncer de Mama é uma entidade civil sem fins lucrativos com sede no Município de Belo Horizonte. Há quatro anos divulga e defende os direitos das pessoas atingidas pelo câncer da mama, oferece informações e apoio às famílias durante o processo de tratamento nos períodos pré-cirúrgico e pós cirúrgico, bem como apóia campanhas de conscientização sobre prevenção do câncer da mama e outros temas relacionados com a doença. O título de utilidade pública possibilitará a continuação das atividades realizadas, tendo em vista a obtenção de recursos oriundos do Estado.

Em razão do exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.284/2003, da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da FUNAI com vistas à instalação de escritório do órgão no Município de Montes Claros ou à transferência do escritório do Município de Governador Valadares para Belo Horizonte. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 1.285/2003, do Deputado Antônio Andrade, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de João Pinheiro pelo transcurso do seu 92º aniversário de emancipação político-administrativa. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 1.286/2003, do Deputado Antônio Andrade, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e ao Procurador-Geral de Justiça com vistas à implantação de uma vara de execuções penais na Comarca de Carmo do Paranaíba. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.287/2003, do Deputado Domingos Sávio, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes com vistas à pavimentação asfáltica da rodovia que liga o Município de Araújos à BR-262. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 1.288/2003, do Deputado Doutor Ronaldo, solicitando seja formulada manifestação de congratulações com o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Belo Horizonte - SINDHORB - pelos 70 anos de fundação. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 1.289/2003, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso a todos os dentistas do Estado pelas comemorações do Dia do Dentista, em 3 de outubro. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 1.290/2003, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Uberlândia pelo transcurso do aniversário de sua emancipação.

Nº 1.291/2003, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Araguari pelo transcurso do aniversário de sua emancipação.

Nº 1.292/2003, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Coromandel pelo transcurso do aniversário de sua emancipação. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 1.293/2003, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo à Secretária da Educação com vistas a que sejam revistas as normas que proíbem estudantes maiores de 18 anos de se matricularem no ensino fundamental e médio da rede estadual. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.294/2003, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada ao Chefe da Polícia Civil denúncia de abuso de poder formulada contra servidor da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 1.295/2003, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça com vistas a que sejam tomadas providências para regularizar a situação dos Juizes de Paz. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.296/2003, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada ao Corregedor da Polícia Militar denúncia de violência formulada contra os policiais militares Edson Renê Ferreira Marques e Clemir Freitas Lima.

Nº 1.297/2003, da Comissão de Educação, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à Sra. Ana Lúcia de Almeida Gazzola, Reitora da UFMG, pela extensão, em Montes Claros, dos cursos de Ciências Biológicas, Física, Matemática, Química e Zootecnia, entre outros.

Nº 1.298/2003, da Comissão de Educação pleiteando sejam solicitadas à Secretária da Educação informações sobre o remanejamento do Município de Centralina da 40ª Superintendência Regional de Ensino para a 16ª. (- À Mesa da Assembléia.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (3), Gil Pereira, Padre João, Weliton Prado, Antônio Júlio (2), Durval Ângelo, Leonardo Moreira (3), Leonardo Quintão (6), Maria Olívia e outros, Paulo Piau e Paulo Piau e outros.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Assuntos Municipais, de Defesa do Consumidor, de Educação, de Meio Ambiente, de Política Agropecuária e de Transporte.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Alberto Bejani, Domingos Sávio, Paulo Piau e Célio Moreira proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Registro de Presença

O Sr. Presidente (Dalmo Ribeiro Silva) - A Presidência registra a presença, em Plenário, do ex-Deputado Geraldo Rezende e do Prefeito de Congonhal.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência, atendendo à nova composição partidária desta Casa e às indicações processadas pelas Lideranças, designa os membros das seguintes comissões permanentes da Assembléia:

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização:

Membros efetivos:

Deputado Olinto Godinho	BPSP
Deputada Cecília Ferramenta	Bloco PT-PCdoB
Deputado João Bittar	PL
Deputado Pinduca Ferreira	PP
Deputado Paulo Cesar	PFL

Membros suplentes:

Deputado Zé Maia	BPSP
Deputado André Quintão	Bloco PT-PCdoB
Deputado Leonardo Moreira	PL
Deputado Dimas Fabiano	PP
Deputado Doutor Viana	PFL

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

Membros efetivos:

Deputada Lúcia Pacífico	BPSP
Deputada Vanessa Lucas	BPSP
Deputada Maria Tereza Lara	Bloco PT-PCdoB
Deputado Irani Barbosa	PL
Deputado Antônio Júlio	PMDB

Membros suplentes:

Deputado Fábio Avelar	BPSP
Deputado Miguel Martini	BPSP
Deputada Jô Moraes	Bloco PT-PCdoB
Deputado Jayro Lessa	PL
Deputado Chico Rafael	PMDB

Comissão de Direitos Humanos:

Membros efetivos:

Deputado Mauro Lobo	BPSP
Deputado Durval Ângelo	Bloco PT-PCdoB
Deputado Biel Rocha	Bloco PT-PCdoB
Deputado Roberto Ramos	PL
Deputado Gilberto Abramo	PMDB

Membros suplentes:

Deputado Fahim Sawan	BPSP
Deputado Ricardo Duarte	Bloco PT-PCdoB
Deputado Roberto Carvalho	Bloco PT-PCdoB
Deputado Sidinho do Ferrotaco	PL
Deputado Leonardo Quintão	PMDB

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia:

Membros efetivos:

Deputada Ana Maria Resende	BPSP
Deputado Leonídio Bouças	BPSP
Deputado Weliton Prado	Bloco PT-PCdoB
Deputado Sidinho do Ferrotaco	PL
Deputado Adalclever Lopes	PMDB

Membros suplentes:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP
Deputado Arlen Santiago	BPSP
Deputada Maria Tereza Lara	Bloco PT-PCdoB
Deputado Alberto Bejani	PL
Deputado José Henrique	PMDB

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária:

Membros efetivos:

Deputado Ermano Batista	BPSP
Deputado Mauro Lobo	BPSP
Deputado Sebastião Helvécio	BPSP
Deputado Chico Simões	Bloco PT-PCdoB
Deputado Jayro Lessa	PL
Deputado José Henrique	PMDB
Deputado Doutor Viana	PFL

Membros suplentes:

Deputado Zé Maia	BPSP
Deputado Neider Moreira	BPSP
Deputado Arlen Santiago	BPSP
Deputado Rogério Correia	Bloco PT-PCdoB
Deputado José Milton	PL

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Elmiro Nascimento PFL

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais:

Membros efetivos:

Deputado Doutor Ronaldo BPSB

Deputado Fábio Avelar BPSB

Deputada Maria José Haueisen Bloco PT-PCdoB

Deputado José Milton PL

Deputado Leonardo Quintão PMDB

Membros suplentes:

Deputado Carlos Pimenta BPSB

Deputado Olinto Godinho BPSB

Deputado Laudelino Augusto Bloco PT-PCdoB

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Chico Rafael PMDB

Comissão de Participação Popular:

Membros efetivos:

Deputado André Quintão Bloco PT-PCdoB

Deputado Gustavo Valadares PFL

Deputado Mauro Lobo BPSB

Deputado João Bittar PL

Deputado Leonardo Quintão PMDB

Membros suplentes:

Deputada Jô Moraes Bloco PT-PCdoB

Deputada Lúcia Pacífico BPSB

Deputado Olinto Godinho BPSB

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial:

Membros efetivos:

Deputado Luiz Humberto BPSP

Deputado Padre João Bloco PT-PCdoB

Deputado Leonardo Moreira PL

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Doutor Viana PFL

Membros suplentes:

Deputada Ana Maria Resende BPSP

Deputada Maria José Haueisen Bloco PT-PCdoB

Deputado João Bittar PL

Deputado Paulo Piau PP

Deputado Gustavo Valadares PFL

Comissão de Redação:

Membros efetivos:

Deputado Djalma Diniz BPSP

Deputada Maria Olívia BPSP

Deputado Laudelino Augusto Bloco PT-PCdoB

Deputado Antônio Genaro PL

Deputado Dimas Fabiano PP

Membros suplentes:

Deputado Doutor Ronaldo BPSP

Deputado Fahim Sawan BPSP

Deputado Durval Ângelo Bloco PT-PCdoB

Deputado Irani Barbosa PL

Deputado Gil Pereira PP

Comissão de Saúde:

Membros efetivos:

Deputado Carlos Pimenta BPSP

Deputado Fahim Sawan BPSP

Deputado Neider Moreira BPSP

Deputado Ricardo Duarte Bloco PT-PCdoB

Deputado Célio Moreira PL

Membros suplentes:

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Doutor Ronaldo BPSP

Deputado Arlen Santiago BPSP

Deputado Chico Simões Bloco PT-PCdoB

Deputado Roberto Ramos PL

Comissão de Segurança Pública:

Membros efetivos:

Deputado Antônio Carlos BPSP
Andrada

Deputado Sargento Rodrigues BPSP

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Rogério Correia Bloco PT-PCdoB

Deputado Alberto Bejani PL

Membros suplentes:

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Arlen Santiago BPSP

Deputado Olinto Godinho BPSP

Deputado Biel Rocha Bloco PT-PCdoB

Deputado Leonardo Moreira PL

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social:

Membros efetivos:

Deputado Alencar da Silveira BPSJ
Jr.

Deputado André Quintão Bloco PT-PCdoB

Deputada Marília Campos Bloco PT-PCdoB

Deputado Alberto Bejani PL

Deputado Elmiro Nascimento PFL

Membros suplentes:

Deputada Ana Maria Resende BPSJ

Deputado Padre João Bloco PT-PCdoB

Deputada Maria José Haueisen Bloco PT-PCdoB

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Gustavo Valadares PFL

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas:

Membros efetivos:

Deputado Djalma Diniz BPSJ

Deputado Laudelino Augusto Bloco PT-PCdoB

Deputado Célio Moreira PL

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Gil Pereira PP

Membros suplentes:

Deputado Antônio Carlos BPSJ
Andrada

Deputada Cecília Ferramenta Bloco PT-PCdoB

Deputado Sidinho do Ferrotaco PL

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PP

Comissão de Turismo, Indústria e Comércio:

Membros efetivos:

Deputada Maria Olívia BPS

Deputado Biel Rocha Bloco PT-PCdoB

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Chico Rafael PMDB

Deputado Paulo Cesar PFL

Membros suplentes:

Deputado Alencar da Silveira BPS
Jr.

Deputado Laudelino Augusto Bloco PT-PCdoB

Deputado Antônio Genaro PL

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Elmiro Nascimento PFL

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 1.296/2003, da Comissão de Direitos Humanos, e 1.297/2003, da Comissão de Educação. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Assuntos Municipais - aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.042/2003, do Deputado Márcio Passos, e 1.242 e 1.243/2003, do Deputado Zé Maia; de Defesa do Consumidor - aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.198/2003, do Deputado Weliton Prado, e 1.256/2003, do Deputado Bonifácio Mourão; de Educação - aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.217/2003, do Deputado Célio Moreira, e 1.220/2003, do Deputado Domingos Sávio; de Meio Ambiente - aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.245/2003, do Deputado Doutor Viana, e 1.250/2003, da Comissão de Turismo; de Política Agropecuária - aprovação, na 17ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.191/2003, do Deputado Djalma Diniz, e 1.222/2003, do Deputado Gilberto Abramo; e de Transporte - aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.139/2003, do Deputado Djalma Diniz, 1.140/2003, do Deputado Doutor Viana, 1.157 a 1.159/2003, 1.224 e 1.225/2003, do Deputado Leonardo Moreira, 1.173/2003, do Deputado Biel Rocha, 1.174/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1.196/2003, do Deputado Paulo Cesar, 1.212/2003, do Deputado Roberto Carvalho, 1.215/2003, da Comissão de Turismo, 1.223/2003, do Deputado Leonardo Quintão, e 1.241/2003, do Deputado Célio Moreira (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 119/2003. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno.

Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 126/2003. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno.

Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 130/2003. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno.

- A seguir, a Presidência defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Gil Pereira, solicitando que o Projeto de Lei nº 568/2003 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; Padre João, solicitando que o Projeto de Lei nº 786/2003 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; Weliton Prado, solicitando que o Projeto de Lei nº 178/2003 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; Antônio Júlio (2), solicitando que os Projetos de Lei nºs 481 e 542/2003 sejam encaminhados às comissões seguintes a que foram distribuídos, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; Durval Ângelo, solicitando que o Projeto de Lei nº 373/2003 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; Leonardo Moreira (3), solicitando que os Projetos de Lei nºs 640, 785 e 832/2003 sejam encaminhados às comissões seguintes a que foram distribuídos, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; Paulo Piau, solicitando que o Projeto de Lei nº 247/2003 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; e Leonardo Quintão (6), solicitando que os Projetos de Lei nºs 102, 233, 315, 316, 318 e 324/2003 sejam encaminhados às comissões seguintes a que foram distribuídos, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos da Deputada Maria Olívia e outros, solicitando a realização de reunião especial para homenagear a Sociedade Amigas da Cultura pelo transcurso do seu 50º aniversário de fundação, e do Deputado Paulo Piau e outros, solicitando a realização de reunião especial para homenagear a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro pelo transcurso do seu 50º aniversário de fundação.

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que o há para a continuação dos trabalhos. Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

- O Deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a existência de matéria a ser votada nesta fase, o Sr. Presidente determina que seja feita a chamada para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Doutor Ronaldo) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada dez Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 5, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 5/9/2003

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dalmo Ribeiro Silva - Elmiro Nascimento - Jô Moraes.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 8, às 20 horas.

ATA DA 15ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 22/8/2003

Presidência do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Ministro Régis Arslanian - Palavras do Senador Eduardo Suplicy - Palavras do Secretário Wilson Nélio Brumer - Palavras da Sra. Martha Regina Coelho Teixeira Lassance - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Chico Simões - Fábio Avelar - Ivair Nogueira - Leonídio Bouças - Maria Olívia - Rogério Correia - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Rogério Correia, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Wilson Nélio Brumer, Secretário de Desenvolvimento Econômico, representando o Governador do Estado; Ministro Régis Arslanian, Diretor-Geral do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores; Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado; Martha Regina Coelho Teixeira Lassance, Presidente do Conselho de Relações Econômicas Internacionais da FIEMG; José Alcino Bicalho, Cônsul do Reino do Marrocos; Emilio Júlio Neffa, Cônsul-Geral da República Argentina em Belo Horizonte; e Gilman Viana Rodrigues, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos a presença do Sr. Jorge Perutz, representante da Câmara Americana de Comércio.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao lançamento da Frente Parlamentar Mineira de Acompanhamento das Negociações da ALCA e à realização do Ciclo de Debates O Brasil na ALCA, com o painel "O Brasil na ALCA: Riscos e Oportunidades".

Palavras do Sr. Presidente

"Sou antes brasileiro, e tenho o dever de colocar acima de tudo, de todas as considerações pessoais e de meus sentimentos particulares, a dignidade e a honra do Brasil". Essas são palavras do Barão do Rio Branco, com as quais inicio minha fala, para que possamos repetir, neste momento: somos todos, antes, brasileiros e temos o dever de colocar acima de tudo, de todas as considerações pessoais e de nossos sentimentos particulares, a dignidade e a honra do Brasil.

A constituição da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA - é certamente um dos assuntos mais polêmicos no âmbito das relações internacionais brasileiras nos últimos anos. Desde as primeiras articulações políticas visando à sua criação, ela tem gerado reações antagônicas, em razão das conseqüências positivas ou negativas que pode ter no desenvolvimento dos países envolvidos, de acordo com as peculiaridades e as condições econômicas de cada um deles.

Proposta pelos Estados Unidos durante a Primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo das Américas, realizada em Miami, em 1994, a ALCA tem como objetivo instituir o livre comércio entre as 34 nações do continente americano, excluindo-se Cuba. Em reunião posterior, definiu-se o ano de 2005 como prazo-limite para que entre em vigor o acordo destinado a institucionalizá-la.

Em tese, o acordo pode ser benéfico para todos os países que o assinarem, uma vez que, removidas as restrições atuais à circulação de produtos e mercadorias no continente e diante das possibilidades abertas por um enorme e diversificado mercado, todas as economias seriam estimuladas, aumentando-se as exportações, as importações, os níveis internos de produção e de emprego.

Os defensores da inclusão do Brasil no acordo acrescentam argumentos como a oportunidade para a modernização e o aumento da produtividade das nossas empresas, em razão do elevado grau de competição que delas seria exigido, criando-se condições para um salto qualitativo do setor industrial, requisito básico para uma mudança de patamar do País no contexto das relações econômicas globalizadas.

Na prática, contudo, alertam os críticos da ALCA, ela pode não ser tão boa para todos os participantes. Movimentos políticos, sociais e de trabalhadores temem que, se ela for francamente favorável aos interesses dos Estados Unidos, poderá ser prejudicial aos demais países, especialmente ao Brasil, aprofundando as desigualdades e os problemas já existentes nas economias periféricas do continente.

Em primeiro lugar, ponderam, o livre comércio de produtos e serviços poderia favorecer apenas as empresas com maior poder de competitividade, detentoras de maior tecnologia e capacidade de investimentos, concentrando-se nos grandes conglomerados sob controle dos norte-americanos.

Diante desses grupos, muitos deles multinacionais, não teria chances de concorrer a maioria das empresas brasileiras, especialmente as pequenas e médias, que perderiam boa parte do mercado a que atendem, dentro e fora do País. As conseqüências da desigualdade estabelecida, afirmam os opositores do acordo, seriam a redução da produção e do nível de empregos, agravando-se os problemas econômicos e sociais que já enfrentamos.

Enumeram-se ainda outras preocupações com a constituição da ALCA, como uma ameaça à própria soberania nacional, diante da probabilidade de uma crescente perda de mecanismos de proteção ao setor produtivo e aos recursos naturais brasileiros.

À parte os argumentos favoráveis e contra a constituição da ALCA, algumas premissas nos parecem imperativas na formulação de políticas e acordos do Brasil com outras nações. Quaisquer que sejam tais acordos, eles devem promover os valores humanos e o bem-estar social das populações, respeitar as realidades econômicas, as condições históricas e culturais de cada povo e preservar a autodeterminação de cada país para traçar o seu futuro.

Parece-nos ainda, dentro desse espírito, que um acordo que exclua a participação de qualquer nação do continente não coaduna com os princípios da solidariedade, da cooperação e do desenvolvimento harmônico entre os povos. Referimo-nos à exclusão de Cuba na proposta de constituição da ALCA, considerando que sua incorporação nas discussões do bloco econômico interamericano iria fortalecê-lo e legitimá-lo como proposta de integração regional.

O tema é complexo, envolto de componentes políticos e econômicos delicados, exigindo, portanto, um amplo debate com a sociedade brasileira para que as idéias, as demandas e as realidades concretas do nosso País subsidiem a participação do Governo Federal nas negociações relativas à ALCA.

É com esse entendimento e com a convicção de que o diálogo, a troca de informações e a livre manifestação de opiniões são fundamentais para a tomada de decisões de interesse coletivo, que a Assembléia Legislativa de Minas está lançando, nesta solenidade, a Frente Parlamentar Mineira de Acompanhamento das Negociações da ALCA.

Pretendemos que o trabalho dessa Frente – fundamentado em discussões com os mais diversos segmentos da comunidade e dos setores públicos do Estado – efetive-se como uma contribuição positiva de Minas para as deliberações do Governo brasileiro em um assunto de tamanha importância para o desenvolvimento do País.

Pretendemos também que as atividades da Frente estimulem a formação de instituições congêneres em outros Estados, para que, dentro do desejado fortalecimento da Federação, possam os parlamentos estaduais articular-se de forma mais efetiva com o Congresso Nacional para o amadurecimento das discussões em pauta.

Como primeira atividade da Frente constituída nesta Casa, daremos início, a seguir, ao Ciclo de Debates O Brasil na ALCA. As ponderações por nós suscitadas, assim como diversas outras considerações a respeito do tema, serão detalhadas e aprofundadas, com mais propriedade, no decorrer deste encontro, pelos ilustres expositores que nos honram com sua presença.

Agradecemos o comparecimento das autoridades, dos palestrantes, debatedores e demais participantes deste encontro, certos de que as idéias e opiniões aqui apresentadas irão contribuir para ampliar o nível de informação e discernimento em torno do assunto, de importância fundamental para o futuro do nosso Estado e do nosso País. Muito obrigado.

Palavras do Ministro Régis Arslanian

Agradeço ao Deputado Adelmo Carneiro Leão e à Assembléia Legislativa por ter-me concedido a honra de participar deste seminário. O senhor não podia ter escolhido tema mais importante. Realmente, é controverso, é polêmico. Tenho trabalhado em comércio nos últimos 18 ou 19 anos e talvez nunca com uma agenda de negociação tão controversa, que, como o senhor mesmo disse, despertasse reações tão antagônicas quanto a questão da ALCA.

É uma iniciativa relevante um agente de Governo envolvido diretamente nessas negociações poder vir à Capital de um Estado importante como Minas Gerais para explicitar o que o Governo está fazendo, de que forma o Itamarati está conduzindo essas negociações da ALCA. Felicito a Assembléia Legislativa por essa iniciativa.

Não é a primeira vez que venho a Minas Gerais falar sobre a ALCA. Ano passado estive em um seminário organizado pela Câmara de Comércio Americana. Depois fui convidado para falar sobre o assunto em Varginha e, mais recentemente, em Uberlândia. Não fui apenas para falar sobre a ALCA, sobre o que o Governo está fazendo, mas também para aprender um pouco. Entendo que o agente de Governo não deve ficar apenas em seu escritório em Brasília, pensando em formulação de posições brasileiras, sem conhecer melhor o interior do País, sobretudo um interior importante como o de Minas. Também é um aprendizado para mim vir conversar com vocês. Fui convidado para participar do debate, o que faço com o maior prazer, porque poderei ouvir a opinião de todos vocês sobre o que é essa importante negociação.

Não nos esqueçamos de que a ALCA é um projeto. Não há como dizer se é boa ou ruim para o Brasil. Será boa à medida que for bem negociada pelos negociadores brasileiros, que os interesses brasileiros forem bem atendidos, que for benéfica para nós. Saberemos se é boa ou ruim quando for concluída, se é que será concluída.

Se amanhã a ALCA for concluída, bem ou mal, vamos estabelecer um cenário para o comércio exterior brasileiro com implicações para a política industrial e econômica brasileira para os próximos 20 anos. Não é uma rodada de negociações como a uruguaia, que terminou em 1992. Ela vive até hoje. Temos disciplinamento, regulamentos internacionais e multilaterais que prevalecem até hoje. A rodada com o Uruguai começou a ser negociada em 1986, terminou em 1992, e Deus sabe lá quando teremos nova rodada, porque já estamos engajados numa rodada de Andorra, chamada de desenvolvimento - que de desenvolvimento tem muito pouco, apesar de ter sido classificada como tal. Deus sabe lá quando teremos novo acordo multilateral, que forme e constitua novas disciplinas multilaterais.

O mesmo será para a ALCA. Se amanhã tivermos um acordo de livre comércio hemisférico que inclua todos os países, menos Cuba, isso estabelecerá um cenário de comércio exterior de política industrial e econômica com implicações sociais profundas nos próximos 15 anos.

Não poderia deixar de ser polêmico, e é bom que seja. É bom que desperte reações antagônicas, porque democratiza essa negociação e a torna mais legítima. Ao se tornar mais transparente e democrática essa negociação, quanto mais a sociedade puder participar e dar subsídios, melhores serão os acordos que vierem a ser assinados. Quando houver a eventual negociação da ALCA ela será legítima.

É isso o que o Governo do Presidente Lula mais quer. Nesses 18 anos de negociação comercial, participei das reuniões preparatórias de nível técnico para os diferentes nove grupos negociadores da ALCA. Pela primeira vez os representantes de todos os segmentos da sociedade civil participaram ativamente, informando e discutindo as posições tomadas nas negociações. No SENALCA, representantes não técnicos e políticos participam da preparação das negociações e informam as nossas posições negociadoras.

Hoje em dia, 50% do meu trabalho é dedicado à preparação de informação do Congresso Nacional. O Ministro Celso Amorim e o Secretário-Geral das Relações Comerciais estiveram no Senado na semana passada, e tivemos que preparar as informações. Também participaram da reunião de Vice-Ministros de São Salvador os Senadores Capiberibe e Eduardo Azeredo. Essa reunião se realizou há um mês e meio para preparar as negociações comerciais da ALCA.

O Senador Suplicy também participa deste seminário, iniciativa tão importante da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Estou aqui também participando deste seminário, desta iniciativa tão importante da Assembléia Legislativa, deste envolvimento maior de um Legislativo de um Estado tão importante como Minas Gerais. Isso é fundamental, novo e inédito. Desde que foi lançado o processo negociador da ALCA, em 1994, não via uma participação tão grande da sociedade civil, do Congresso, de parlamentos, nesse processo negociador que será tão importante para todos nós. Esse, então, era o primeiro ponto que gostaria de esclarecer, para mostrar quanto é importante essa participação e essa reflexão sobre um tema fundamental para todos nós e para o Brasil.

Como dizia, a ALCA é um projeto. Há pouco, dizia em uma entrevista que a ALCA não existe. Ela, como uma associação de livre comércio, só existirá quando houver acordo dos 34 países por consenso. Ou seja, todos os países deverão fazer um acordo e assiná-lo, subscrevê-lo. A ALCA hoje é um projeto, um empreendimento que pode ser aperfeiçoado, alterado ou, simplesmente, não acontecer. Ela foi lançada em 1994 por iniciativa dos Estados Unidos, como o senhor disse. Então, ela não é nem boa nem ruim.

Agora, estamos nesse processo negociador que se iniciou em 1994, como disse. Quer dizer, já são quase oito anos não de negociação, mas de preparação para a negociação. Justamente agora, estamos em um momento mais crucial da negociação em si, ou seja, a ALCA está prevista para ser concluída em janeiro de 2005. Temos mais 16 ou 17 meses de negociações. Há uma agenda negociadora, um mandato de negociação acertado entre os 34 países, e deveríamos concluí-lo em janeiro de 2005. Estamos na etapa final da negociação, na etapa mais crucial em que, realmente, nos sentaremos à mesa de negociação e trocaremos ofertas e concessões. Ou seja, o Brasil apresentará as suas possibilidades de negociação, os outros países também apresentarão as suas, e faremos uma troca de concessões, tentando, a partir dela, retirar o máximo

possível de benefícios e vantagens para os interesses do Brasil.

Vocês poderiam perguntar sobre o estado atual das negociações. Esse, aliás, foi o segundo tema da agenda de negociação da reunião de Vice-Ministros de São Salvador, a que me referi há pouco. É importante que se saiba que, pela primeira vez, houve consenso da parte dos 34 países participantes de que o estado atual das negociações da ALCA não está bem. Sobre o processo negociador, os 34 países participantes da ALCA disseram que se ele continuar como está evoluindo, em 16 meses não chegaremos a uma conclusão exitosa sobre as negociações. Aliás os Estados Unidos fizeram uma intervenção. A chefe da delegação americana disse que, realmente, a negociação não estava indo bem, e corremos o risco de não a concluirmos como gostaríamos. Por iniciativa do Brasil - e poucas pessoas sabem disso porque tem sido pouco noticiado pela imprensa -, os demais países do MERCOSUL apresentaram - e isso se tornou um documento que a secretaria da ALCA fez circular oficialmente - uma proposta de reestruturação das negociações.

Nosso argumento, nossa posição apresentada em São Salvador, na reunião dos Vice-Ministros, foi de que o estado atual das negociações não está bom, não concluiremos essa negociação se continuarmos dessa maneira, com esse desequilíbrio na agenda negociadora. O Presidente Lula assumiu um compromisso com o Presidente Bush, na visita que fez a Washington, de concluir exitosamente essa negociação em janeiro de 2005. Portanto, é preciso repensarmos o processo negociador, reestruturá-lo de maneira a fazer com que a negociação seja mais realista, mais pragmática a partir de agora. Temos uma agenda muito abrangente e muito grande na ALCA, em que vários temas estão envolvidos em todos os setores, como por exemplo propriedade intelectual, compras governamentais, serviços e investimentos, e essa agenda não nos satisfaz. Isso foi dito em São Salvador.

O encaminhamento da negociação não nos satisfaz, porque está cada vez mais se evidenciando um enorme desequilíbrio no tratamento dessa agenda, ou seja, os temas que são da maior importância para o Brasil e também para o MERCOSUL não estão sendo tratados da maneira como gostaríamos, por exemplo a agricultura, e sobretudo o "antidumping", que tanto afeta as siderúrgicas mineiras. Estive em Washington durante quatro anos, como Ministro Conselheiro, e vi o que foram as exportações de aço e as restrições que os Estados Unidos impuseram sobre nossas importações de aço, por conta de investigações absolutamente arbitrárias e injustas que foram conduzidas pelo Governo americano, contra o nosso aço. E, com isso, hoje em dia, não exportamos nem 1/4 daquilo que exportávamos há dois anos.

O "antidumping" e os direitos compensatórios são dois temas vitais para nós, numa negociação com a ALCA e, sobretudo, com os Estados Unidos, se queremos ter maior acesso ao mercado americano. A agricultura, por conta dos subsídios agrícolas. Os americanos, até 2010, deverão gastar em torno de US\$90.000.000.000,00 em matéria de subsídios agrícolas, em apoio domésticos e em subsídios internos, também como subsídios a exportações. E, com isso, nós, que não temos recursos para subsidiar as exportações, somos deslocados não só do mercado americano, como também de terceiros mercados. Hoje em dia, não conseguimos vender, no mercado americano, quase nada em matéria de produtos agrícolas, apesar de sermos muito mais competitivos que eles. Se os Estados Unidos tivessem de abrir mão dos seus subsídios, invadiríamos o mercado americano, como também invadiríamos uma boa parcela do mercado internacional, de onde somos deslocados por conta desses subsídios e incentivos praticados pelos Estados Unidos. Não há como competir com os US\$80.000.000.000,00 ou US\$90.000.000.000,00 de subsídios em oito anos, fica muito difícil.

Esses dois temas são nossa prioridade e são vitais para nós. Se queremos ter uma ALCA, uma área de livre comércio, temos que ter maior acesso ao mercado americano, como também aos demais mercados do hemisfério. Sem isso, como se disse em São Salvador, não vale à pena, não interessa e não faz sentido continuarmos nessa negociação. É preciso reestruturá-la e reformatá-la, de maneira a fazer com que possa tornar-se mais equilibrada, se queremos concluí-la em janeiro de 2005.

A proposta do MERCOSUL, feita por iniciativa do Brasil, foi discutida durante uma tarde inteira pelos chefes da delegação. É óbvio que não esperávamos que a proposta brasileira fosse aceita pelos delegados logo de saída, foi apenas uma apresentação oficial, foi tabulada como documento oficial, foi a única proposta de reestruturação da negociação apresentada em El Salvador, foi a primeira desde o início do processo negociador.

Portanto, não esperávamos que houvesse uma aceitação total. Todos acolheram a proposta, e todas as delegações disseram que levariam para suas capitais a proposta apresentada pelo MERCOSUL, que, após estudo, voltaria a ser discutida na próxima reunião de Vice-Ministros, em Trinidad Tobago, que se realizará no final de setembro e princípio de outubro. Nessa reunião, esperamos que a proposta do MERCOSUL, chamada pelo Ministro Celso Amorim de proposta dos três trilhos, seja objeto de discussão. Mas haverá outras propostas.

Os Presidentes do Brasil e dos Estados Unidos pediram às demais delegações que apresentassem suas propostas e sugestões de reestruturação. Haverá, portanto, uma discussão. O MERCOSUL e o Brasil esperam que, na reunião ministerial, em Miami, que se realizará em novembro, haja uma decisão final sobre a reestruturação da ALCA. Portanto, não se discute mais se deve ou não ser promovida uma reestruturação do processo negociador da ALCA. Todos, em nível de delegação, de governo, todos os 34 países estão de acordo em que algo tem de ser feito para mudar, tornar mais realista e mais pragmática a negociação da ALCA, caso queiramos concluí-la em janeiro de 2005. E será um período muito interessante. Temos a proposta do MERCOSUL sobre a mesa, proposta importante, de grande alcance, e haverá também outras propostas de reestruturação. Em Trinidad Tobago, mais que uma discussão sobre os nove grupos negociadores, sobre agricultura e sobre aqueles temas a respeito dos quais não somos demandantes, como investimentos, serviços, compras governamentais, política de competição, mais que uma discussão sobre essas áreas mais específicas, haverá uma discussão política, de como se vai promover e implementar a reestruturação da negociação da ALCA. Esperamos que haja essa reestruturação porque, caso contrário, a ALCA não poderá ser bem-sucedida.

Em que consiste a proposta do MERCOSUL? Foi chamada, pelo Ministro Celso Amorim, de três trilhos, porque dividiu a agenda negociadora atual; todos os temas da agenda da ALCA foram divididos em três vias, três caminhos. O primeiro seria uma via bilateral, ou seja, teríamos os quatro países do MERCOSUL em negociação bilateral com os Estados Unidos, em que se sentariam à mesa cinco países, ou seja, quatro países do MERCOSUL e os Estados Unidos, daí o chamado "quatro mais um". E, da mesma forma, o MERCOSUL se sentaria bilateralmente com os demais países, com o México, o Canadá. Nessa via bilateral se discutiria apenas acesso a mercado, ou seja, como abrir nossos mercados no que tange às barreiras tarifárias. Aí estariam incluídas, por exemplo, a abertura do mercado americano no que tange ao suco de laranja. Hoje, os Estados Unidos impõem uma tarifa "ad valorem" de quase 55% sobre o suco de laranja brasileiro, tarifa que não praticamos para nenhum produto de importação. Nosso produto de importação que tem a maior tarifa é de 35%. Não praticamos 55% em nenhum produto de importação. E os Estados Unidos, considerados um país aberto, impõem 55% para nosso suco de laranja. Isso será discutido na reunião bilateral, no formato quatro mais um, entre MERCOSUL e os Estados Unidos.

Abrindo um parêntese, fizemos um estudo, na Embaixada do Brasil em Washington, em que tomamos os 15 produtos de exportação prioritária do Brasil para o mundo. Não seria ilustrativo considerar os produtos exportados para os Estados porque, como há tarifas proibitivas naquele país, há produtos que simplesmente não exportamos para lá. Então, tomamos os 15 de exportação prioritária para o mundo e sobre eles aplicamos a tarifa americana. O resultado foi uma média tarifária de 43%. Da mesma forma, tomamos os 15 produtos de exportação prioritária dos Estados Unidos para o mundo e sobre eles aplicamos a tarifa brasileira, chegando a uma média tarifária de 14%, que é absolutamente simétrica e equiparada à nossa tarifa média para o mundo. Ou seja, de forma justa e equilibrada, aplicamos para os Estados Unidos a mesma tarifa média que aplicamos para o mundo, de 14%, ao passo que os Estados Unidos, que dizem tanto que são o país mais aberto do mundo em matéria de mercado, que são os mais liberais do mundo, aplicam sobre os nossos principais produtos de exportação uma tarifa de 43%. Não é que não sejam abertos, mas, por infeliz coincidência, justamente para os nossos principais produtos de exportação essas são suas tarifas. E ainda há as restrições, as barreiras não tarifárias, como as cotas em açúcar - temos hoje, no mercado americano, uma cota menor do que a da República Dominicana. Então, por infeliz coincidência, o mercado americano é fechado, e muito, para o Brasil. Portanto, o argumento de que

temos muito mais a perder do que os Estados Unidos em matéria de redução tarifária não é verdadeiro. Se entrarmos em uma negociação bilateral "quatro mais um" com os Estados Unidos, não será o Brasil que terá de rebaixar mais tarifas, mas os Estados Unidos, porque têm uma tarifa média de 43% aplicada contra nós, quando temos uma tarifa média de apenas 14% aplicada contra eles.

Mas estava falando da nossa proposta dos três trilhos. O acesso ao mercado, então, entraria no trilho ou na via bilateral do "quatro mais um" - como disse, poderá haver negociações bilaterais do MERCOSUL com o Canadá, com o México e com outros países.

Na segunda via, o segundo trilho, que é o da ALCA, seriam discutidas regras sobre excesso, ou seja, procedimentos de nação mais favorecida, procedimentos fitossanitários, que também são enormes restrições aos produtos brasileiros, como à nossa carne de exportação. Atualmente, não exportamos carne congelada para os Estados Unidos. Estamos lutando há seis anos com o Departamento de Agricultura Americano, em um processo de licenciamento, e não conseguimos a certificação, quando vendemos muita carne congelada para a União Européia. Mas o mercado americano é fechado. E esperamos tratar desse tema nessa via da ALCA multilateral, da ALCA da segunda via, em que também discutiríamos procedimentos de solução de controvérsias no âmbito da ALCA.

O terceiro trilho seria o da OMC. Ou seja, há alguns temas na agenda negociadora da ALCA, como regras em matéria de serviços e em matéria de investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual, que seriam transferidos para a OMC. Os Estados Unidos dizem que não querem discutir na ALCA os temas relativos a subsídios internos, apoio doméstico, enquanto a União Européia não reduzir o seu apoio doméstico, alegando que, se o reduzissem no hemisfério, seria um desarmamento unilateral em que levariam desvantagem.

Ou seja, as duas grandes potências despendendo US\$80.000.000.000,00, uma; e US\$60.000.000.000,00 ou US\$70.000.000.000,00, outra. Enquanto um não renúncia ao seu subsídio, o outro também não quer renunciar, porque acreditam que levarão desvantagem.

Então, serão postos, no trilho da OMC, temas relacionados a regras investimentos e serviços, mais sensíveis a eles, e também a nós.

Existem aqueles que pensam que, se não firmarmos um acordo com a ALCA, perderemos espaço para outros países da América Latina. O México já assinou o NAFTA, o Chile também acabou de assinar um acordo. E, agora, os Estados Unidos estão contactando a Colômbia e a ATPA.

Não podemos comparar o acordo assinado com o Chile com o modelo de acordo assinado com o Brasil. Os acordos assinados com o México e com o Chile não nos interessam. Não poderíamos assinar esses acordos, porque o PNB do Chile é menor que o do Paraná. A infra-estrutura econômica do Brasil não permite tomar, como modelo, acordos que foram assinados com o México ou com o Chile. Somos um País diferente, um País muito grande, por isso, caso venhamos a ter um acordo bilateral com os Estados Unidos, que seja feito na medida da importância do Brasil. Isso tem de ficar muito claro. Muito obrigado.

Palavras do Senador Eduardo Suplicy

Prezado Deputado Adelmo Carneiro Leão, por atenção às pessoas presentes, para que enxerguem melhor, ocupo a tribuna agradecendo a oportunidade e expressando meu contentamento por estar aqui dialogando com o Ministro Régis Arslanian, com o Dr. Wilson Nélio Brumer, a Sra. Martha Regina Teixeira Coelho Lassance, o Cônsul José Alcino Bicalho, o Cônsul Emílio Júlio, Gilman Viana Rodrigues e os Deputados Estaduais Chico Simões, Fábio Avelar, Ivair Nogueira, Maria Olívia, Rogério Correia e Weliton Prado.

Será que deveremos avançar tão rapidamente em direção à ALCA em 2005? Lembremo-nos, Deputado Adelmo, que o pai do Presidente George Walker Bush já estabeleceu esse objetivo. Quando estava no seu último ano de mandato, o Presidente Fernando Henrique Cardoso convidou o Presidente eleito Itamar Franco, que tomaria posse no mês seguinte, para estar em Miami, quando o Presidente Bill Clinton anunciou que, em 2005, do Alasca à Patagônia, teríamos a ALCA. E o seu sucessor, George Walker Bush, vem insistindo que o façamos o quanto antes. A Embaixadora dos Estados Unidos no Brasil tem falado da importância de se atingir esse objetivo, mas bem salientou o diplomata Régis que precisamos ir devagar com o andar.

Primeiramente, com o objetivo de integração de todos os países das Américas, conforme salientou o Presidente Adelmo, não poderíamos de maneira alguma excluir Cuba. Quero dedicar um momento a essa questão porque, se for para estimular aquele país a se tornar uma nação com instituições as mais democráticas possíveis, com respeito aos direitos humanos e aquelas coisas que por vezes têm sido objeto de avaliações críticas até por intelectuais e partidos amigos seus, a melhor maneira de estimularmos Cuba a se integrar e ter procedimentos os mais democráticos possíveis é interagir-nos e nos integrar do ponto de vista cultural, comercial, diplomático e de todas as formas. Portanto, é inteiramente inadequado que os Estados Unidos continuem a promover um verdadeiro bloqueio econômico contra Cuba e, ao mesmo tempo, queiram falar em integração de todas as Américas.

Quando o Governo dos Estados Unidos, por seus Presidentes, fala que, do Alasca à Patagônia, deveríamos ter a integração, pensemos um pouco no exemplo de integração econômica como aquela que existe na União Européia e em como, desde o pós-guerra, dos anos 50, 60, 70 até hoje, passos foram dados gradualmente. Primeiro houve a formação da Comunidade Econômica do Aço e do Carvão; depois a criação do Mercado Comum Europeu, que deslançou nos anos 60. Os demais países do Norte da Europa também formaram a sua comunidade econômica. E depois foram pouco a pouco integrando essas áreas de livre comércio, mas com uma perspectiva de integração econômica muito mais forte.

Criaram-se instituições como o Parlamento Europeu, que não é apenas como o Palatino que existe em São Paulo, onde de vez em quando se reúnem parlamentares eleitos nos respectivos congressos de cada país. Lá ocorre a eleição livre de representantes de cada um dos Estados europeus, que se reúnem em Bruxelas, no Parlamento Europeu.

Depois, houve a criação do Banco Central europeu e a criação do euro, moeda que começou a circular em cada um de seus países desde o ano passado. Outro aspecto importante, não apenas do ponto de vista do capital, dos proprietários das empresas, do movimento dos fluxos de capital pelos países por meio das fronteiras sem barreiras e do movimento dos bens e serviços, é a possibilidade de as empresas de quaisquer desses países participarem de licitações públicas. Na União Européia, os cidadãos de Portugal, da Grécia, da Espanha, da Itália, da França etc. têm a liberdade de escolher onde viver, estudar e trabalhar.

Em 1989, o governo dos Estados Unidos assim como os povos de todo o mundo saudaram, e muito, a queda do Muro de Berlim. O interessante é que há algumas semanas o Governo George Bush disse ao governo de Israel que, se continuarem a erigir aquele muro na Cisjordânia, retirará aval que deu a ele de mais de US\$9.000.000.000,00. Saudei essa atitude do governo norte-americano, porque sempre achei que muros não são condizentes com os ideais de liberdade do ser humano. Mas lembrei, lá da tribuna do Senado, que, depois de terem saudado a queda do Muro de Berlim, os Estados Unidos começaram a erigir um muro na sua fronteira com o restante das Américas. Acho que o governo dos Estados Unidos, até para dar sinal de boa-vontade para as Américas e para os países da América Latina, deveriam destruir esse muro, que resultou na morte daqueles que o tentaram transpor, incluindo aí muitos brasileiros. O número de mortos nessa fronteira é maior do que o daqueles que tentaram fugir da Alemanha Oriental para a Alemanha Ocidental antes da queda do Muro de Berlim. Deixo essa sugestão ao governo dos Estados Unidos. Se for para pensar em integração das Américas, pensemos nisso.

O economista Paulo Nogueira Batista, uma das pessoas que mais tem estudado a ALCA e colaborado comigo, pede desculpas por não poder comparecer a este evento, em virtude de compromisso anteriormente assumido. Na verdade, ainda não havia confirmado presença, ficou preocupado por ter o seu nome no programa e encaminhou alguns artigos como contribuição ao evento. Na minha fala também haverá a contribuição do Prof. Paulo Nogueira Batista.

Ele foi uma das pessoas com as quais interagi a fim de elaborar um projeto de lei para instituir um mandato negociador. Essa é a minha contribuição para este encontro, porque o projeto que apresentei, em maio último, já foi aprovado pela Comissão Mista do MERCOSUL do Congresso e, neste momento, encontra-se na Comissão de Constituição, e Justiça. Na próxima quarta-feira, ele será apreciado nessa Comissão, recebendo parecer do Senador Pedro Simon, que poderá considerá-lo constitucional, ou não, mas ainda pode receber sugestões de melhorias, seja por parte do Itamarati, das entidades representativas da indústria, do comércio, da agricultura ou dos trabalhadores. Então, é uma ótima oportunidade para apresentar sugestões.

O que significa um mandato negociador? A outorga pelo Congresso Nacional de um mandato negociador para a celebração, pelo Poder Executivo, de acordos internacionais na área do comércio, atenderia a vários objetivos importantes. Primeiro, permitiria ao Congresso exercer, com pleno conhecimento de causa, aquilo que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição, e referendar, ou não, os acordos celebrados. Poderia, ainda, dar orientação segura aos negociadores brasileiros no que se refere ao interesse nacional. O mandato especifica os interesses a defender e delimita o campo de atuação da equipe negociadora, contribuindo para que seu trabalho seja, ao final, referendado pelo Congresso. Ou seja, confere aos negociadores a segurança de estarem efetivamente defendendo os interesses do País.

E mais; trata-se de uma forma de colocar os negociadores e o próprio Poder Executivo ao abrigo de constrangimentos e pressões indevidas por parte de outros parceiros nas negociações, sejam bilaterais ou multilaterais. Mais que isso, o que acontece na União Européia e nos Estados Unidos? Os Estados Unidos, antes, tinham o "Fast Track", e agora têm o "Trade Promotion Authority", uma lei que contém muitos detalhes sobre como o Poder Executivo norte-americano deve negociar com os demais países. Se vocês lerem com atenção o Trade Promotion Authority verão que ele nega ao Poder Executivo, por exemplo, a possibilidade de negociar com o Governo brasileiro e demais países alguns itens, como aquele a que me referi: o direito de imigração. Ora, vocês sabem que a França deu aos Estados Unidos da América um presente muito famoso, que está na entrada de Manhattan, a Estátua da Liberdade. Foi um presente do Governo da França e está lá, parece-me, há quase 100 anos. Por quê? Para simbolizar que a América era um lugar onde todas as pessoas poderiam chegar, e muitas vezes porque estavam sendo perseguidas em seus respectivos países. Todos podiam chegar e fazer a América.

Será que hoje isso é possível? Infelizmente, tem havido restrições crescentes sobre esse assunto, e o Congresso norte-americano já as colocou no "Trade Promotion Authority". Não se pode mexer nisso. Ora, o editorial do "Estadão", de dois ou três dias atrás, trouxe que o Senador Suplicy havia apresentado um projeto mirabolante e queria impor aos demais países a instituição de uma renda mínima. Mas quero esclarecer que não se trata de impor.

Se, por ventura, o Brasil e outros países da América Latina instituísem um programa que garantisse renda a todos os habitantes, seria apropriado dialogar com os governos de outros países para que também o fizessem.

Temos, por exemplo, projeto que institui renda básica de cidadania, dando direito a todos os brasileiros de garantia de uma renda, inclusive para os estrangeiros aqui residentes há cinco anos ou mais. Se instituímos uma lei como essa, que já foi aprovada pelo Senado unanimemente e poderá ser votada pela Câmara no segundo semestre, seria apropriado que nossos negociadores perguntassem aos governos da Bolívia, do Chile, do MERCOSUL se não achariam bom também instituí-lo em seus países. É muito mais para isso que está expresso o mandato negociador.

Na Argentina, por exemplo, começa a haver um debate intenso sobre renda básica. Isso foi objeto de debates, pois uma das candidatas, Elisa Carrió, tinha como seu principal coordenador econômico Rubem Lobolo, um dos que mais defendem o ingresso cidadão na América Latina.

Esse projeto de lei define, objetiva os métodos e modalidades da participação do Governo brasileiro em negociações comerciais, multilaterais, regionais e bilaterais. Ele é bastante simples. Citarei rapidamente seus principais artigos. (- Lê:)

"Art. 1º - A participação do Brasil, individual ou coletivamente, em negociações comerciais internacionais, quaisquer que sejam seu contexto, suas motivações originais, seu marco jurídico e seu estágio de evolução na data de entrada em vigor desta lei, orientar-se-á permanentemente pela necessidade de utilização do comércio internacional como instrumento básico do desenvolvimento econômico e social do País.

Art. 2º - O referendo a que se refere o art. 84, VIII, da Constituição da República dependerá, em matéria de acordos comerciais, do estrito atendimento do disposto nesta lei, com a criação de condições que permitam alcançar, entres outros, os seguintes objetivos:".

Portanto, esse projeto de lei define objetivos, para que nossos negociadores possam tê-los como base. São objetivos de natureza geral, não algo como disse o Ministro Celso Amorim, até como prudência a todos nós, no Senado. Quando lá estive, considerou muito importante que o Senado esteja tendo essa iniciativa, desde que não haja aqui cláusulas que inviabilizem qualquer acordo. Se disser aqui que só podemos fazer o acordo se as tarifas forem zero para todos os produtos, não daria para começar, mas não é isso que diz. Os objetivos são os seguintes. (- Lê:)

"I - expandir de forma significativa mercados externos para a colocação de bens, a prestação de serviços, inclusive através da presença de pessoas físicas, e a realização de investimentos brasileiros;

II - competir com vantagem não só externa mas também internamente, substituindo importações:

III - ampliar substancialmente a capacidade dos setores produtivos do País para gerar empregos;".

Temos uma preocupação muito significativa, hoje, de fazer a economia brasileira estar mais próxima do pleno emprego. (- Lê:)

"IV - possibilitar, mediante o crescimento dinâmico das exportações, a adoção de uma política de importação de insumos, bens de capital e tecnologia necessários, em níveis compatíveis com a manutenção de altas taxas de crescimento da economia;

V - modificar a composição da pauta de exportações para aumentar a participação de bens de mais alto valor agregado".

Quais são os resultados imediatos que devem ser observados na atuação brasileira na hora dessas negociações?

"I - definir claramente o escopo de cada processo negociador, mantendo, no contexto das negociações comerciais da Organização Mundial do Comércio, os temas ditos sistêmicos, tais como serviços, propriedade intelectual relacionada com o comércio, investimentos e compras governamentais, restringindo as negociações comerciais com e entre blocos, bem como as bilaterais, aos temas atinentes à redução de

barreiras tarifárias e não tarifárias que dificultam o acesso a mercados;".

Vejam que é algo que estamos colocando como forma de nos contrapor àquilo que fazem o Congresso Nacional e o Governo dos Estados no "Trade Promotion Authority". (- Lê:)

"II - lograr incluir como condição "sine qua non", em qualquer processo de negociação, a remoção de barreiras que impedem a penetração nos mercados externos dos produtos brasileiros, efetiva e potencialmente mais competitivos, inclusive as barreiras resultantes da utilização abusiva, com essa finalidade precípua, de legislações "antidumping", de direitos compensatórios e de salvaguardas;

III - preservar o exercício soberano da competência do Poder Legislativo brasileiro para aprovar legislação específica em matéria comercial e de desenvolvimento agrícola, industrial e de serviços, bem como do Poder Executivo, para adotar políticas correspondentes;

IV - assegurar a plena utilização da proteção que a legislação internacional de comércio - particularmente o art. 18 do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, de 1994 - concede à indústria nascente em países em desenvolvimento.

Os Estados Unidos, durante seu processo de desenvolvimento, fez, por muitas vezes, uso do conceito de indústria nascente. Também a Inglaterra e a Alemanha usaram muito da proteção da indústria nascente;

VI - assegurar a cabal aplicação ao Brasil, por parte dos países desenvolvidos participantes da negociação, de todas as modalidades de tratamento diferencial anteriormente acordadas para países em desenvolvimento, tanto na Parte IV do GATT 1994 quanto em decisões posteriores, como pré-requisito para a firma de quaisquer novos acordos comerciais;

VII - negociar tratamento de exceção na aplicação dos acordos da OMC sobre a propriedade intelectual relacionada com o comércio sobre investimentos e, eventualmente, compras governamentais, com vistas à adaptação desses acordos às necessidades dos países em desenvolvimento, como o Brasil;

VIII - garantir liberdade para o desenvolvimento, a absorção e a aplicação, sem restrições indevidas, de tecnologias essenciais ao aumento da competitividade da economia nacional e à execução de políticas públicas em áreas estratégicas;

IX - dar tratamento isonômico aos quatro modos cobertos pelas negociações em serviços na OMC, previstos no arts. 1º e 2º do Acordo Geral sobre Comércio em Serviços - GATS -, vedada sua negociação em separado;

X - aprovar calendário estrito e definitivo para a redução acelerada dos subsídios à produção e exportação de produtos agrícolas, até sua completa eliminação;

XI - baixar normas para o combate à pirataria de recursos fitogenéticos e definir formas de proteção de sua propriedade e de compensação adequada por sua utilização comercial;

XII - fortalecer os esquemas de integração regional de que o Brasil faça parte, em especial o MERCOSUL, sobretudo pela definição e gradual introdução em tais esquemas de políticas comuns não só em matéria econômica, comercial e financeira, mas também em matéria de direitos sociais e de cidadania a serem assegurados, como os referentes à garantia de uma renda mínima, ou renda básica de cidadania, direitos de aposentadoria e outros.

Notem que, em 1992, os países da União Européia assinaram um entendimento pelo qual todos eles iriam instituir uma forma de garantia de renda mínima. Ora, isso é um acordo de bom-senso. Será que eu estaria, então, sendo mirabolante ao propor que esse assunto seja objeto de negociação entre nós?

Há outros itens e, finalmente, o art. 4º, que diz respeito ao acompanhamento "pari passu" das negociações pelo Congresso Nacional, como já começou a ser feito. Há duas semanas o Ministro Celso Amorim disse à Comissão de Relações Exteriores do Senado ter afirmado aos demais países durante a reunião de El Salvador que, daqui para a frente, o Congresso Nacional terá sempre representação nas negociações, como acontecerá em Cancún, de 10 a 14 de setembro próximo.

Enviaremos talvez dois Senadores para acompanhar. Primeiramente houve uma certa reação, mas acabaram aceitando. O Dr. Régis estava lá e é testemunha do fato. Através de suas comissões competentes e de missões especialmente designadas para esse fim, o Congresso Nacional acompanhará de perto o andamento das negociações comerciais e, de acordo com dispositivos legais, avaliará seus resultados parciais e finais, inclusive por meio da convocação de membros do Poder Executivo e de audiências com especialistas representando setores da economia diretamente interessados nas negociações, de modo a facilitar a tomada de decisão referida no art. 2º: "A avaliação aqui estipulada far-se-á, obrigatoriamente, antes da firma de quaisquer acordos, ainda que setoriais, que finalizem negociações".

Alguns aqui, com certeza, gostariam de saber sobre a questão do projeto de lei do Senador Roberto Saturnino, que propõe um plebiscito sobre a questão da ALCA. Informo que ontem a Comissão do MERCOSUL aprovou a realização de um debate sobre a conveniência ou não de plebiscito de referendo, sendo chamados inclusive os que estão na campanha por esse plebiscito. Serão ouvidos representantes de trabalhadores e empresários do Itamarati para discutirmos o assunto. Lembro que na Europa quase todos os países têm decidido ingressar ou não na União Européia não apenas através de decisão do Congresso, como também de referendos populares, com grandes debates em cada um dos países.

Mencionei que no Alasca uma experiência "sui generis" deu tão certo que fez com que se tornasse o mais igualitário dos 50 Estados americanos. Foi a instituição da renda básica incondicional, por meio de um sistema de dividendos, em 1976.

Deixarei com o Deputado Adelmo Carneiro Leão a carta que enviei no dia 23 de maio ao grande brasileiro Sérgio Vieira de Mello, a quem presto uma homenagem. Na carta sugeria que, uma vez que os iraquianos têm o petróleo, fosse-lhes proposta a instituição de um fundo de riqueza tal como esse, que pode ser criado com base em qualquer tipo de riqueza: gado, café, trigo, aço etc. No dia 30, respondeu-me dizendo que achava boa a proposta, que seria encaminhada aos iraquianos.

No dia 23 de junho, o atual Administrador-Chefe do Iraque, o Embaixador Paul Bremer, dos Estados Unidos, anunciou na Jordânia, na palestra "Iraque: Quais os Próximos Passos", que o governo dos Estados Unidos está propondo a instituição de um sistema semelhante ao do Alasca, onde, nos anos 60, o Prefeito de uma pequena vila de pescadores, Bristol Bay, observou que de lá saía uma grande riqueza em forma de pesca. Então ele disse: "Vamos criar um imposto de 3% sobre a pesca e constituir um fundo que pertencerá a todos". Pois bem, ele encontrou enorme resistência à idéia, mas finalmente persuadiu a todos e, cinco anos depois, conseguiu instituí-la.

Deu tão certo - podem sugerir ao Governador Aécio Neves - que, 10 anos depois, ele se tornou Governador do Estado do Alasca. Eram 300 mil habitantes em 1976, quando o Alasca descobriu enorme reserva petrolífera. Ele disse: "Precisamos pensar não apenas na geração presente, mas também na vindoura. Vamos separar 50% dos "royalties" decorrentes da exploração de petróleo para instituir um fundo que a todos pertencerá. A proposta foi aprovada pela Assembléia Legislativa, em emenda à Constituição, mas por referendo popular, 76 mil a 38 mil, dois para um.

Por quatro anos debateram como administrariam o fundo. Alguns disseram: "Façamos um banco de desenvolvimento" - nosso BNDES -, outros alertaram: "Cuidado, será uma maneira de distribuir recursos subsidiados aos que já detêm grande patrimônio, vão criar empresas e empregos, mas concentrarão riquezas", como aqui sabemos.

Portanto, foi feito igual para todos. A partir de 1980, os 50% dos "royalties" passaram a ser investidos em títulos de renda fixa. Ações de empresas do Alasca contribuindo para diversificar a sua economia, como poderá ocorrer em Minas Gerais, se o Secretário recomendar ao Governador Aécio Neves. Estou recomendando ao Lula. Quem deu parecer favorável foi o Senador Francelino Pereira, persuadindo todos os Senadores, que aprovaram a proposta por unanimidade, em dezembro último. São títulos e ações de empresas dos Estados Unidos, internacionais e brasileiras, inclusive a USIMINAS. Estamos contribuindo para que lá existam empreendimentos imobiliários. O patrimônio líquido do Alasca passou de US\$1.000.000.000,00, em 1980, para US\$25.000.000.000,00, hoje.

Cada pessoa residente no Alasca, não importa a sua origem, raça, sexo, condição civil ou socioeconômica, desde que ali esteja residindo há um ano ou mais e que entre 1º de janeiro e 31 de março preencha um formulário informando seus dados pessoais, por exemplo: Sou Adelmo Carneiro Leão, residente na Rua Bernardo Guimarães, trabalho na Assembléia Legislativa, no ano passado votei nas eleições, duas pessoas como testemunhas; preencha também pelas crianças até 18 anos e recebe por elas; portanto, todos recebem. Quem assim procedeu recebeu, desde 1980, US\$300,00, US\$400,00, sucessivamente. No ano passado receberam US\$1.550,00 "per capita".

Na família do Adelmo são sete pessoas, receberia mais de US\$11.000,00 como direito de cada pessoa de sua família participar da riqueza do Estado do Alasca, que tem uma renda "per capita" quase dez vezes a nossa.

Poderíamos começar, em vez de R\$5.000,00 por mês "per capita", com R\$500,00 por ano "per capita". Digamos: R\$480,00 dividido por 12 são R\$40,00. Esse número, em uma família de seis pessoas, daria R\$240,00. Um trabalhador que recebe um salário mínimo teria mais R\$240,00, como um direito, se houvesse uma situação como essa, o que mudaria inteiramente o grau de liberdade, de escolha, de poder de barganha e de segurança de cada brasileiro. No Iraque, o Sérgio Vieira de Mello, que merece toda a nossa homenagem, estava propondo que isso fosse adotado. Eu estava até meio preocupado: será que o Iraque conseguiria instituir a renda básica de cidadania antes do Brasil? Isso depende muito de vocês, se acharam boa a proposta. Assim, instituiríamos isso no Brasil. Há uma proposta de um dos maiores ideólogos das Revoluções Americana e Francesa chamado Thomas Ben, de 1795, para a assembléia nacional francesa, que poderia ser aplicada em qualquer país do mundo. Nela, ele explicou por que cada pessoa deve ter o direito inalienável de participar da riqueza da nação.

Muito obrigado, parabéns por este simpósio, e desculpem-me de ter que sair correndo. Um abraço e um beijo para todos.

Palavras do Secretário Wilson Nélio Brumer

Exmo. Deputado Adelmo Carneiro Leão, por cujo intermédio saúdo todos os demais Deputados presentes; caro Ministro Régis, por quem saúdo todos os componentes da Mesa e os debatedores da parte da tarde; minhas senhoras e meus senhores, gostaria, em nome do Governador Aécio Neves, de dar à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais os parabéns por este evento, que discute um tema extremamente importante para o Brasil e, certamente, para a economia brasileira. Particularmente, gostaria de chamar a atenção para aquilo que me calou fundo. Hoje, nos debates, vi uma ala, ao lado direito, de muitos jovens presentes interessados em aprender sobre o assunto. Isso é muito bom, pois estamos falando de um tema que certamente terá uma influência enorme no futuro do País e desta geração que aqui está. Novamente, congratulo-me com a Assembléia Legislativa.

Entendemos que esse tema, que foi muito bem dito pelo nosso Ministro Régis, não é um tema acabado, ainda é um projeto, mas certamente nos faz refletir sobre temas importantíssimos para o País e para a economia mineira.

Minas Gerais, hoje, representa 10% do PIB brasileiro. Representa cerca de 10%, também, das exportações brasileiras e representa mais de 20% do saldo da balança comercial brasileira. Sugiro que, cada vez mais, acompanhem de perto essas negociações, porque entendemos que têm um efeito muito grande sobre a estratégia do Estado para os próximos anos. Hoje, somos o segundo Estado exportador brasileiro e um dos principais Estados participantes no comércio exterior brasileiro. Minas Gerais não é muito diferente do Brasil quando analisamos o comércio exterior. Certamente a discussão sobre a ALCA envolve vários aspectos, e quero concentrar-me especificamente na parte de comércio exterior. Hoje, vemos que o Brasil é um país que tem suas exportações concentradas em poucos produtos. Nossa pauta de produtos exportáveis ainda é bastante pequena se a compararmos com a de outros países. No caso de Minas Gerais, ao verificarmos nossa pauta de exportações, vemos que temos basicamente produtos primários. E essa discussão sobre a ALCA certamente envolve aspectos de tecnologia, de produtos de maior valor agregado e aspectos de agricultura, também, com produtos de maior valor agregado.

É fundamental para o desenvolvimento das economias brasileira e mineira que tenhamos em mente a necessidade de que, cada vez mais, as barreiras alfandegárias existentes sejam muito discutidas, mas que estejamos muito atentos, também, às barreiras não alfandegárias. O Ministro chamou a atenção para o problema da carne. Em nossa pauta de exportação, outros produtos também enfrentam barreiras não alfandegárias. Em discussões sobre comércio exterior, vemos até problemas relacionados com o meio ambiente e que, repentinamente, passaram a ser fatores inibidores da maior presença do Brasil no mercado internacional.

Quero apresentar outro ponto que entendo ser da maior importância e que certamente está na pauta de negociação, mas é pouco falado. Entendemos que o Brasil precisa, independentemente do que acontecer nessa negociação, acelerar a transformação de suas empresas e empreendimentos como um todo, para que se torne efetivamente competitivo. Chamo a atenção para os aspectos de infra-estrutura e logística, em que estamos muito aquém de outros países que certamente comporão a ALCA. Isso certamente será um fator de inibição de nossa competitividade. Sabemos todos que, infelizmente, por razões que desconhecemos, o Brasil investiu muito pouco em infra-estrutura e logística nos últimos anos, e isso faz com que muitos dos nossos produtos sejam pouco competitivos no mercado internacional.

Chamo a atenção para outros pontos que já foram levantados, como um certo protecionismo existente em mercados. Falou-se sobre o protecionismo americano, que já vivi, assim como outros componentes da Mesa. Temos um mercado aberto, teórico. O protecionismo dos Estados Unidos em relação a certos produtos é impressionante.

Vivemos isso de perto na área siderúrgica, que tem uma importância muito grande em Minas Gerais. Uma indústria que, hoje, nos Estados Unidos, é muito pouco competitiva, se comparada às nossas empresas siderúrgicas, que investiram somas expressivas. Após a privatização do setor siderúrgico, foram investidos nele cerca de US\$12.000.000.000,00, no período de 1994 a 2002, agregando-lhe quase nenhuma capacidade produtiva adicional, mas preparando-o para ser um setor mais competitivo, o que incluiu a solução de problemas ambientais, aspectos tecnológicos, agregação de valor ao produto, melhoria de seu produto, fator que permitiu que hoje tivéssemos um setor automotivo mais competitivo, mais eficiente, assim como o setor eletroeletrônico, a linha branca, etc. E, mesmo assim, os Estados Unidos ainda ficavam

debatendo problemas ocorridos há décadas, quando as empresas eram estatais, o que mostra a vocês ser este um fator importante a analisar-se, quando se fala no chamado mercado livre, que, na prática, não é tão livre assim, já que se criam barreiras e proteções a empresas ineficientes. E certamente o Brasil estará atento para que as chamadas indústrias não tão competitivas não sejam vistas como indústrias não competitivas no Brasil, estando também, presentes nesses países.

Chamo a atenção para segmentos que interessam ao Brasil. Interessa-nos agregar mais valor aos nossos produtos e, aí, falamos em tecnologia, segmentos importantes como química, bens de capital, eletroeletrônica, "software", etc. É necessário que tenhamos em mente que não só produtos agrícolas e o aço enfrentam problemas. Mas, se não conseguirmos, nessas discussões, permitir que tenhamos, no Brasil, capacidade de acesso a novas tecnologias, a novos mercados, possivelmente ficaremos muito concentrados na chamada indústria velha. Não estamos dizendo que as indústrias competitivas, no Brasil, sejam velhas; estamos falando no mercado velho, ou seja, a nova demanda do mundo passa por segmentos como os que mencionei. E, se ficarmos apenas concentrados em continuar sendo fornecedores de matéria-prima ou produtos de pouco valor agregado, certamente isso não interessará ao nosso País. Parabênico o Deputado Adelmo Carneiro Leão por este evento, esperando que cada vez mais segmentos da sociedade mineira estejam presentes nessa discussão. Que bom que ainda temos muitos problemas a serem debatidos, e Minas Gerais, Estado que é a terceira economia do País, caminhando para ser a segunda, tão presente no mercado internacional, não pode ficar alheio a essa discussão. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa a todos que o Prof. Paulo Nogueira Batista não pôde comparecer a esta reunião em razão do surgimento de compromissos inadiáveis, em São Paulo, e, muito gentilmente, nos enviou alguns textos que representam sua contribuição aos debates. Esses textos estarão à disposição de vocês, que poderão obtê-los na assessoria da Assembléia.

Também o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Federal Luiz Eduardo Greenhalgh, comunicou-nos ontem a impossibilidade de aqui comparecer em razão de convocação para discutir a reforma tributária. Pediu-nos desculpas e se dispôs a debater o tema em outro momento, até porque também participa da Frente Parlamentar Nacional para Debater a ALCA e a Defesa da Soberania Nacional.

Palavras da Sra. Martha Regina Coelho Teixeira Lassance

Bom dia. É uma grande honra para a Federação das Indústrias participar deste debate. Em nome de seu Presidente, Dr. Robson Braga de Andrade, trago os cumprimentos a esta Casa. Na pessoa do Deputado Adelmo Carneiro Leão, cumprimento a Assembléia Legislativa, todos os parlamentares e os participantes deste encontro, o Ministro Régis e os demais componentes desta Mesa.

Quero dizer que esta é uma oportunidade de levarmos aos senhores a nossa visão do contexto da ALCA para a indústria, especialmente para a indústria mineira. Entendemos que há riscos, mas também muitas oportunidades. Com esse escopo, farei uma breve introdução para mostrar-lhes os maiores interesses setoriais do Brasil e de Minas Gerais, para depois entrar um pouco mais na essência da discussão da ALCA para a indústria. Nossa exposição será muito em cima de fatos concretos; não estamos discutindo a ALCA em termos de negociação global, mas apenas do ponto de vista de seus reflexos concretos no setor industrial.

O sumário que pretendo seguir aparece na transparência que está sendo exibida. Como disse, inicialmente darei algumas informações introdutórias; depois, vou falar um pouco sobre os interesses industriais nos diversos acordos em andamento - entendemos que não podemos falar só da ALCA quando diversos acordos importantíssimos estão sendo negociados -; seguindo, vou abordar a ALCA e a posição dos principais parceiros, como a entendemos; os riscos e as oportunidades para a indústria; em seguida, farei algumas outras reflexões e, finalmente, focaremos Minas Gerais nesse contexto.

A inserção brasileira no comércio mundial é extremamente pequena, como podem ver neste quadro que mostra a modesta participação brasileira entre os principais importadores e exportadores. Se lembrarmos que, como disse o Dr. Wilson Brumer, Minas Gerais representa 10% da participação brasileira, isso significa que, se o Brasil representa 0,9% das exportações mundiais, Minas representa, então, 0,09%. Na importação, representamos 0,7% da participação brasileira; assim, se o Brasil representa 0,7%, Minas representa 0,049. Ou seja, nossa inserção no mercado internacional é muito baixa.

- Procede-se à apresentação de transparências.

Neste quadro, vemos as principais exportações brasileiras no ano de 2002 e, ao lado, as principais exportações mineiras. Se somarmos o minério, o café e todos os produtos siderúrgicos, veremos que a pauta mineira alcança de 65% a 67% das nossas exportações.

A título de destaque, o comércio exterior brasileiro teve uma grande evolução no último período, mas a evolução do Brasil foi bem mais expressiva do que a de Minas Gerais. As importações brasileiras, nos últimos dez anos, cresceram 129%, e as exportações, 67%. Em Minas Gerais as importações cresceram 100%, e as exportações, 31,5%. O baixo crescimento das exportações mineiras, relativamente, se deve muito a nossa pauta exportadora concentrada em produtos básicos, em "commodities", que tiveram seus valores aviltados no mercado internacional neste último período.

Exportações brasileiras, por bloco, e exportações mineiras, por bloco: os senhores podem perceber a expressiva participação da ALCA nas exportações brasileiras e mineiras. As exportações mineiras são mais equilibradas e mais bem distribuídas entre os blocos, mostrando como a Ásia é um mercado extremamente importante para Minas Gerais. Apesar de, no bloco do Brasil, não estar especificado, em outros blocos, dos 24%, 15% a 16% representam a Ásia. Então, se os senhores somarem, nas exportações brasileiras por bloco, a ALCA e o MERCOSUL, chegaremos aos 50%.

Estas duas transparências a seguir têm a finalidade de mostrar aos senhores a importância do mercado da ALCA e do MERCOSUL para o setor industrial.

Nossa parcela de exportações de semimanufaturados e manufaturados representa 91% das exportações brasileiras para a ALCA. Elas são industrializadas. Quarenta e seis por cento das exportações totais brasileiras destinam-se à ALCA, e 68% das exportações brasileiras e industriais também destinam-se à ALCA.

Em Minas Gerais, não é muito diferente. O percentual é um pouco mais baixo, mas é também extremamente expressiva a participação das exportações de valor agregado.

Falarei rapidamente sobre a ALCA e, em seguida, os principais interesses industriais desses acordos.

O Brasil, hoje, está vivendo um momento de integração e negociação por via de acordos. Existem inúmeras discussões de acordo na ALCA, na OMC, na Comunidade Andina, no MERCOSUL - União Européia, no MERCOSUL - México, no MERCOSUL - África do Sul e no MERCOSUL - Índia. Estamos com uma agenda de acordos e negociações muito pesada e de curto prazo. Isso tudo visando reduzir o protecionismo mundial no acesso aos mercados.

A partir do novo Governo, foram estabelecidas novas prioridades para a integração do Brasil. Essas quatro prioridades relatadas pelo Ministério do Desenvolvimento têm foco no MERCOSUL, no Brasil-Venezuela - Eixo Norte -, no Brasil-Peru - Eixo Transversal América do Sul - e no Brasil-Bolívia - Eixo Noroeste. É uma ênfase na integração com a América Latina, visando, especialmente, aos objetivos aí relatados. Os principais interesses industriais nos acordos poderiam ser sintetizados desta forma:

O MERCOSUL é um mercado muito importante para as nossas exportações de produtos industrializados, enfatizando-se as empresas de menor porte.

É o início da saída dessas empresas para a exportação, é uma plataforma negociadora muito relevante na agenda externa. O MERCOSUL faz um pacto geopolítico importante, no qual temos afinidades e complementaridades em diversas cadeias produtivas e também o processo de logística.

Dentro da OMC, se, de um lado, temos um foco muito bem localizado e específico no MERCOSUL, os nossos interesses também são amplos, porque lá se discutem as regras e temas diversos: comércio, investimentos estrangeiros, regras de "dumping", subsídios à agricultura. E é o fórum onde acontece o julgamento das disputas entre os países. A questão agrícola tem uma importância muito grande, especialmente no momento, e penso que teremos um encaminhamento na Rodada de Cancún, em setembro. Talvez o Dr. Gilman possa esclarecer melhor essa questão. Isso mostra a predisposição dos países desenvolvidos em discutir temas de interesse dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. É extremamente importante a postura nessa negociação de setembro, porque vai ser norteadas por uma propensão de negociação por parte dos países desenvolvidos.

No MEBF, como chamamos, que é o MERCOSUL com a União Européia, o maior interesse são os produtos agrícolas e agroindustriais; a melhoria de acesso para alguns produtos industrializados mais protegidos na Europa, como, por exemplo, os têxteis; a redução dos subsídios à exportação; o nivelamento de preferências recebidas pelo Brasil em relação aos nossos principais concorrentes no mercado europeu - queremos as mesmas regalias; a amenização de possíveis desvios de comércio em relação à ALCA - há esse tipo de contrapartida; e a ampliação do poder de barganha do MERCOSUL nas negociações da ALCA.

Farei uma breve colocação sobre a ALCA, e depois vamos detalhar. Interessa-nos realmente a melhoria substantiva nas condições de acesso ao mercado americano, especialmente, e ao do resto da América. É a salvaguarda contra a imposição de barreiras tarifárias e não tarifárias aos produtos brasileiros, assunto já colocado aqui. É interessante a eliminação das distorções ocorridas com a aplicação de subsídios e da lei "antidumping" americana, com a qual não concordamos, e também um nivelamento com as preferências recebidas pelo Brasil em relação aos nossos principais concorrentes nas Américas.

Depois dessa visão dos nossos principais interesses, entendemos ser extremamente necessário que os entendimentos sejam aprofundados entre os formuladores das estratégias nacionais de negociação e as sociedades, porque o quadro negociador está ganhando cada vez maior complexidade e as novas etapas estão exigindo definições e decisões muito difíceis, que repercutirão na vida não só da indústria, mas de toda a sociedade brasileira.

Os cronogramas estão predeterminados num cenário de curto prazo para discussões tão complexas e são praticamente simultâneos. A do MERCOSUL está em andamento. A da OMC, com essa rodada, está prevista para se encerrar em 2005. Há a da ALCA, a da União Européia e do MERCOSUL. Então, os cronogramas são muito apertados.

O setor empresarial reúne-se por meio da coalizão empresarial brasileira.

A CEBE, como tratamos, entende que a participação do setor empresarial é muito importante no processo de negociação, porque vai mudar a forma de competição, as características e o nosso poder de negociar. Queremos discutir os pontos especialmente concretos, os cronogramas, a tarifa, ver se esse produto é ou não sensível, quanto tempo pode ser reduzido, porque isso interessa ao setor industrial no seu dia-a-dia. Caso contrário, teremos problemas na frente.

Agora, vou fazer uma breve colocação sobre o que é a ALCA e qual é a posição do Brasil e a dos Estados Unidos. O Brasil está do outro lado da ponta, com o setor industrial mais diversificado, que tem uma maior frente de conflitos com os Estados Unidos em virtude dos interesses convergentes. Alguns interesses americanos prejudicam os interesses brasileiros e vice-versa. Vamos focar os interesses desses dois países.

Aqui são os principais grupos de trabalho que estão sendo negociados na ALCA e que já foram tratados aqui: acesso aos mercados onde estão incluídos todos esses sistemas de procedimentos, barreiras técnicas, depois subsídios "antidumping", investimentos, compras governamentais. São nove grupos de trabalho que depois foram acrescidos de economias menores: comércio eletrônico e sociedade civil. Esse era o escopo da ALCA. Esse dado é de 2001.

Para os senhores verem a diferença de peso das economias: enquanto o NAFTA corresponde a 89,2% do PIB das Américas, o MERCOSUL representa 7,5%. Realmente, é uma negociação entre pesos desiguais.

Esta aqui é a distribuição do percentual do comércio na ALCA nestes três anos. Mais de 50% desse comércio ocorre dentro do NAFTA, 2%, 4%, 5% ocorrem dentro do MERCOSUL. O de outros países e o interblocos está na faixa de 40%. O grande peso do comércio na ALCA está dentro do próprio NAFTA, Estados Unidos, Canadá e México.

Este outro ponto mostra a diferença de peso e de importância: a participação das nossas exportações e importações no comércio americano. Enquanto as exportações brasileiras representam 1,85% das importações dos Estados Unidos, as exportações dos Estados Unidos para o Brasil representam quase 25% das importações brasileiras. Ou seja, representamos muito pouco na pauta deles, e eles representam muito na nossa.

A visão empresarial é muito pragmática e mais concreta. Apesar de avaliarmos outras questões e fazermos todos os outros estudos, temos uma visão muito pragmática dos setores, de como isso vai ocorrer dentro do industrial.

Sabemos que existem razões bem fundamentadas que criaram esta polêmica em torno da ALCA. Há alguns pensamentos que já vêm pré-formados, pré-consolidados - a favor e contra - e temores que são fundamentados quanto à perda de emprego, exacerbação de concorrência da indústria e serviços, problemas de soberania, desnacionalização. Ou seja, temos de temer uma ALCA mal negociada porque existem ameaças. Também há inseguranças quanto a algumas posições americanas que incluem um discurso liberal e posicionamentos reais contrários ao discurso. Haja vista o TPA, como disse o nosso Senador Suplicy, a nova lei de subsídios agrícolas e, agora, a de nº 201, do setor siderúrgico. Então, existe uma série de posições ambíguas ou que mostram ambigüidade. Há também o problema do México no NAFTA. Seus resultados globais são indefinidos. Não existe uma definição de que o processo realmente tenha sido positivo. Existe o problema de empresas maquiladoras no México, e temos dúvidas quanto à possibilidade real de acesso ao mercado dos Estados Unidos, que significa três vezes o PIB da América Latina e oito vezes o do Brasil. Barreiras são impostas pelos países desenvolvidos, não somente pelos Estados Unidos, apesar do discurso liberal. Vemos, aí, alguns números que mostram essa distância.

A proposta brasileira inicial, o trabalho que estava sendo desenvolvido até surgir a nova idéia já citada pelo Ministro Régis, era pela manutenção dos acordos sub-regionais e pela redução das tarifas para todos - idealizamos a ALCA e conseguimos impor essa colocação de se fazer uma ALCA para todos, com todos os critérios homogêneos -; pela extinção de cotas sobre preços, tarifas por quantidade, regras da OMC para o "antidumping" e propriedade industrial - não a regra de "antidumping" de acordo com a lei americana, mas de acordo com a que prevalece na OMC. Tivemos um grande ganho com a reunião realizada em Belo Horizonte, que foi o "single undertaking" - cláusula que estabelece que só entrará em funcionamento depois de tudo negociado e que, se houver algum impasse, todo o processo ficará paralisado -, o conceito de nação mais favorecida e serviços e compras governamentais, que são temas sensíveis, com uma abertura mais moderada. Essa nova proposta do Governo, segundo colocou o Ministro, são três novas vias, dividindo a negociação em três trilhos diferentes: o acesso ao mercado geral - a chamada ALCA -, as negociações bilaterais "quatro mais um" e os temas mais sensíveis e regras dentro da OMC.

A síntese da proposta americana está colocada aí. Já tínhamos alguns conflitos desde essa discussão. A legislação "antidumping" é uma legislação nacional deles, que reconhecem produtos ditos sensíveis de uma forma diferente da nossa e têm uma visão dos investimentos a serem realizados sem exigência de desempenho, como ocorre no NAFTA. E ainda existem outros: liberação ampla dos serviços - que não nos interessa -, ampliação da propriedade industrial, seguros, aviação, finanças e telecomunicações. Em decorrência de a nossa indústria ser muito diversificada, são temas muito mais sensíveis para o Brasil do que para os demais países das Américas.

Passarei, rapidamente, a uma comparação da negociação da ALCA antes dessa nova proposta e, agora, a partir da nova proposta. As principais vantagens que víamos antes de 2003 seriam a preservação do mercado sul-americano, a melhoria do acesso aos Estados Unidos, o rompimento das barreiras agrícolas, o disciplinamento de subsídios e "antidumping", a atração de investimentos americanos e a aproximação de todo o continente.

Falaremos das expectativas de uma ALCA bem negociada, que são as de um maior pragmatismo, porque foi fatiada. Não perderíamos os outros mercados da América Latina e preservariamos a possibilidade de utilizar alguns mecanismos de política industrial, hoje importantes para o Brasil. Não discutiríamos os temas de maior conflito.

Para nós, do setor industrial, algumas questões ainda estão no limbo, depois dessa nova proposta brasileira de divisão em três trilhos, porque muitos temas ainda estão em suspenso. Queremos entender qual seria a real validade dessa mudança. Tínhamos uma posição ofensiva para discutir temas que são de nosso interesse, que esse acesso a "dumping", subsídios, etc., se bem negociados. Passamos para uma posição defensiva, de só discutir a parte de tarifas estabelecidas e as reais. O Ministro esclareceu que, realmente, existe uma série de outros mecanismos que seriam discutidos, mas nossas tarifas oficiais estão na faixa de 14%, 15%, e as médias americanas são de 5%.

Não temos certeza se há unanimidade quanto a essa nova posição. Gostaríamos de saber se existe outro plano, caso essa proposta brasileira não dê certo. Qual é a real abrangência dessa mudança? Vamos abrir mão de cláusulas conquistadas como "single undertaking", em Belo Horizonte, que era uma forma de pressão, era um "trade off" para nossas solicitações, ou isso ficará perdido? Entrando o conceito de nação mais favorecida, é melhor essa chamada ALCA mais "light", ou uma ALCA "late", "mais tarde", mas bem negociada em todos os assuntos? Temos algumas questões que estão em aberto ainda perante o setor produtivo.

A coalizão empresarial defende que, a ser mantido esse novo quadro, devemos manter as regras acordadas e o acesso de bens, explorar as alternativas que preservem os interesses brasileiros essenciais, sem liberação de mercado. Seriam três estratégias, e teríamos também uma aspiração menor, dentro de dois novos ambientes mentais: menor ambição em áreas de âmbito multilateral e sensível e a manutenção da agenda temática o mais abrangente possível. Teríamos de mudar nossa postura mental diante da negociação de nossas estratégias.

Sobre os riscos e as oportunidades para indústria, passarei para os senhores perceberem como os entendemos, se podemos colocar de um lado risco e, de outro, oportunidades. Oportunidades para o setor produtivo: acesso mais favorável aos mercados americano, do Canadá, do México, do Caribe, da América Central, e, em relação à Ásia e à Europa, teríamos preferência.

Manutenção da posição brasileira na América do Sul, no Chile e em países andinos e defesa dos setores mais sensíveis;

Internacionalização gera aumento de competitividade e redução de preços. Há temas cuja negociação nos interessam: barreiras não tarifárias, estilo em investimento, aumento da concorrência e mercado regional, efeito "lock in" - acesso preservado aos mercados -, momento de discussão das barreiras não tarifárias.

Nossas desigualdades competitivas teriam de ser priorizadas por medidas governamentais. Estamos chamando logística, tributação, financiamentos e tecnologia à redução do custo-Brasil.

Tendência de convergência de rendas "per capita", por via de absorção de tecnologia: a oportunidade do setor empresarial na ALCA seria nos produtos dinâmicos. Os produtos dinâmicos são os que mais crescem no comércio internacional, e cresceram mais que o dobro da média anual. Têm crescido nos países em desenvolvimento que têm tido sucesso. A estratégia, então, é crescer em produtos dinâmicos, que geram empregos e mais renda no País. Esse mercado da ALCA é importante para nós.

Os riscos para o setor produtivo brasileiro são muitos. Há uma desigualdade muito grande nos indicadores sistêmicos do Brasil. Nosso diferencial competitivo em níveis de desenvolvimento humano, escolaridade e carga tributária é bem menor em comparação ao dos nossos parceiros.

Entendemos, no setor produtivo, que os riscos fora da ALCA são maiores que dentro dela. O risco é nossa maior defesa. A tarifa será zerada no final de algum período. Teremos muita pressão em temas importantes para nós, e podem alguns assuntos nossos serem jogados só para a OMC. No entanto, fora da ALCA, vamos ficar isolados. A perda do mercado da América Latina e dos Estados Unidos é extremamente importante para nós, se forem dadas outras preferências. A desigualdade no recebimento de investimentos americanos, a transferência de tecnologia e também os países asiáticos, do Leste Europeu e da África, que estão ganhando o mercado americano, são também um grande risco para o Brasil, se ficarmos fora da ALCA.

Um trabalho feito pela FIESP mostra que nosso custo de exportação é muito mais alto. Isso é um risco. Exportar US\$20.000,00 custa ao Brasil, em média, US\$3.588,00 e aos Estados Unidos US\$2.215,00.

Um exemplo de 1999, com o dólar na faixa de R\$1,76, mostra que nossos ganhos são principalmente na agroindústria. Não é tão positivo quanto se espera para as exportações brasileiras.

No que diz respeito à carga tributária sobre automóveis no Brasil, o impacto no preço é de 38,65% e nos Estados, de 16,5%.

O próximo quadro mostra os custos de financiamento. Os senhores podem conferir os números das taxas básicas brasileira e americana, que são até negativos em longo prazo, e de capital de giro.

Esses são riscos grandes, porque nossa competitividade fica extremamente prejudicada.

Vou falar dos investimentos públicos em áreas estratégicas no Brasil e nos Estados Unidos. Os senhores podem ver um gravíssimo problema de logística e quais são os investimentos que os Estados Unidos fazem em termos de percentual de PIB e de valor. Perdemos em qualquer um dos dois, a não ser em energia, em que tiveram a primeira crise recentemente. Até em educação, item que temos louvado, nossos investimentos são de 2,3% do PIB, enquanto o dos americanos é de 13,2%.

Existem outras simulações, com o dólar a R\$1,76, incluindo seis países. Os Estados Unidos teriam o maior ganho de comércio com a ALCA, o Canadá e a Argentina. E o Brasil, o México e o Chile teriam perdas. Mas isso representa 93% do PIB da região.

Um outro número interessante se refere ao pessoal de governo envolvido em defesa comercial. Enquanto os Estados Unidos têm 16 mil pessoas envolvidas nesses órgãos, o Brasil tem sessenta e poucas. Esses números também merecem muita atenção. É uma briga um pouco desigual.

Antes de encerrar, gostaria de fazer algumas reflexões. O Brasil tem uma acanhada participação no mercado mundial de bens e serviços e apresenta expressivo direcionamento de seu comércio para os Estados Unidos, como mostramos. Em contrapartida, no comércio global americano, o Brasil tem baixa representatividade. Os senhores podem ver que esse quadro aponta o Brasil, os Estados Unidos e a América Latina com quase 50%. Em países como o México, por exemplo, 92% estão localizados nesse mercado; Venezuela, 77%; Argentina, 58%. Mesmo assim, somos praticamente os de menor direcionamento. Só o Chile está mais pulverizado que o Brasil, o que demonstra nossa dependência.

Faço uma reflexão um pouco mais abrangente, que diz respeito aos países em desenvolvimento. Essa é uma conclusão de um trabalho da UNCTAD. Nos últimos 20 anos, as exportações dos países em desenvolvimento aumentaram. Mas só ampliaram a renda aqueles países que adotaram estratégias bem concebidas de industrialização, de superação do atraso tecnológico e de inserção externa. Não adianta falar só em crescimento de exportação. É crescimento com outras variáveis para melhorar renda e bem-estar. Os manufaturados cresceram de 20% para 70% nas exportações globais do mundo. As exportações da Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia e China cresceram na participação de valor agregado de 7,3% para 14%. E a atividade manufatureira do Brasil no mercado mundial permaneceu estagnada. Os senhores podem ver que, de 2,9%, ainda caiu para 2,7%.

Os diferenciais nesses processos exportadores nos países em desenvolvimento se devem ao fato de que, enquanto alguns se concentraram em exportações de produtos de baixa demanda global, excesso de oferta e elevada participação de componentes importados, outros cresceram em produtos manufaturados dinâmicos e com alto conteúdo tecnológico. Esses melhoraram sua renda e o bem-estar da população. Os fatores de concentração da riqueza gerada na indústria exportadora nesses países são a não-apropriação de grande parte do valor agregado contido nos produtos exportados e a inserção no comércio internacional realizado através de redes globais por empresas transnacionais, com baixa interação com o mercado interno no qual estava localizado.

A outra reflexão é a seguinte: diz-se que a ALCA não é destino, é opção, isso sob o ponto de vista de país. Mas a perspectiva muda sob o ponto de vista do setor produtivo. A ALCA deixa de ser opção e é destino, na medida em que o país decide e que a inserção competitiva internacional é uma realidade inexorável para os países.

Encerrarei falando de Minas Gerais. Quero mostrar as exportações dos produtos de Minas Gerais por país, dentro da ALCA. Os produtos em vermelho são "commodities" e o café, produto agrícola. A importância vem em ordem decrescente de valor.

Quero mostrar como são importantes as importações industriais e que cada setor deve fazer o seu estudo, o seu trabalho para determinar o que é importante.

Em Minas Gerais, vamos detalhar dois setores e os reflexos desses sistemas que estão em negociação para a siderurgia. O que é favorável ou não. As negociações simultâneas MERCOSUL, União Européia e CAN são favoráveis. O MERCOSUL procura um acordo de livre comércio com o Peru; não há preferência, dentro do CAN, com a Venezuela. Na siderurgia, há alguns pontos favoráveis e outros desfavoráveis. Produtores exportadores da região têm grande preocupação com a "performance" competitiva da siderurgia brasileira. Existem acordos preferenciais bilaterais entre os quatro países do CAN. Tudo isso é desfavorável às negociações para a siderurgia.

Dentro desse escopo, a siderurgia, na ALCA, tem de se preocupar com esses assuntos da seguinte forma: com o "dumping", a mudança de regra, se eu uso como barreira tarifária; com os subsídios, produção para a siderurgia em todos os níveis governamentais e apoio nas negociações, como deve ocorrer a desgravação e o problema das regras de origem.

Outro setor abordado é o têxtil. Esses são os principais pontos favoráveis e desfavoráveis. O problema do acordo de multifibras, a desgravação têxtil é uma arma para países latino-americanos. Temos grande competitividade, mas a desvantagem é que o CAN, acordo negociado há sete anos, defende que o setor têxtil não faça parte daquele acordo. Temos de avaliar tudo que ocorre setorialmente e procurar estratégias para cada setor.

No setor têxtil queremos a extinção das cotas sem nenhuma salvaguarda, no acordo de multifibras, na parte de propriedade industrial e "design".

O Brasil e Minas Gerais têm oportunidades e riscos. Precisam negociar bem. A Federação das Indústrias está fazendo um trabalho para definir quais são as ameaças e os riscos de cada setor industrial e quais tópicos precisam ser defendidos na ALCA, para não ser prejudicada. É preciso definir os temas importantes. Se eles não forem negociados dessa forma, será prejudicial ao setor.

Se esses temas não forem negociados dessa forma, haverá prejuízo para o setor, sim. São esses os setores produtivos mineiros da ALCA que podem ganhar, os que podem perder e os que dependem de alguns outros fatores.

Finalmente, queria dizer que a integração positiva brasileira na ALCA requer uma agenda doméstica para maximizar oportunidades, reduzir riscos e superar as atuais deficiências competitivas e uma competência externa para enfrentar os desafios das negociações e utilizar a liderança política do Brasil no fortalecimento dos nossos interesses nacionais. Muito obrigada.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que agilizemos o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade

das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas. A Presidência informa, também, que será estabelecido um limite de tempo para a realização dos debates, uma vez que haverá, ainda hoje, um segundo painel.

Debates

O Sr. Presidente - Considerando que temos 20 perguntas já encaminhadas à Mesa, vamos dirigi-las aos expositores por bloco e encerraremos as inscrições já no primeiro bloco. O primeiro bloco trata das barreiras tarifárias. As perguntas são dirigidas ao Ministro Régis Arslanian e à representante da FIEMG, Dra. Martha Regina. A primeira é de Alex Albuquerque Sette: "Quais os argumentos defendidos pelos norte-americanos, que justificam as altas taxas tarifárias e não tarifárias aos principais produtos de exportação brasileiros?". A seguinte é de Gilberto Ottoni Porto, da AFATO: "O valor arrecadado pelos Estados Unidos com as tarifas protecionistas atinge qual montante? Esses valores são usados para bancar os subsídios?". Temos outra, de Jesiane Aguilár Barbosa: "Gostaria que o senhor falasse claramente sobre essa questão: se a ALCA é uma opção para fazer a efetiva integração das Américas, porque o Brasil não propõe, de forma séria e talvez agressiva, que os Estados Unidos diminuam, desde já, o seu protecionismo alfandegário e restrições, para mostrar a sua boa-vontade com o projeto?". Pergunta de Thiago Antônio Bittencourt Boschi: "Salvo engano, as taxas aos produtos brasileiros são somente retiradas mediante aprovação do Congresso norte-americano. Assim sendo, como poderia o Brasil tentar contornar essa situação?". Pergunta de Armando Giaquinto, Agente de Segurança da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais: "Gostaria de saber se o Brasil tem condições tecnológicas suficientes para competir com o gigante americano; e também se os norte-americanos abrirão mão de suas restrições protecionistas, que colocam toda a América Latina em desvantagem, detonando a nossa indústria e o nosso comércio e elevando ainda mais o nível de desemprego, o que evidencia, cada vez mais, a hegemonia imperialista."

O Ministro Régis poderá responder a essas perguntas. Vamos conceder-lhe 5 minutos para resposta, inclusive para fazer as considerações que achar necessárias em relação à fala da representante da FIEMG, Martha Regina. Depois, passaremos a palavra à Martha.

O Ministro Régis Arslanian - Quais são os argumentos dos Estados Unidos para suas altas taxas aplicadas contra nós? O argumento é que são bens sensíveis no mercado americano. Há 15 anos estamos lutando contra a tarifa do suco de laranja, que é de quase 55% "ad valorem". Isso chega a ser motivo de chacota, pois, quando ia ao STR, o escritório comercial encarregado das negociações comerciais, me perguntavam, rindo, se aceitava um suco de laranja. Isso já virou quase um estigma. Dizem que os produtores de suco de laranja da Flórida não concordarão com nenhuma redução da tarifa para o suco de laranja brasileiro, porque, se abaixarem essa tarifa, invadiremos o mercado americano com o suco de laranja brasileiro. E muito possivelmente isso ocorrerá, porque nosso suco de laranja é muito mais competitivo que o da Flórida. Tanto isso é verdade (a tarifa é tão alta), que alguns produtores, inclusive os de suco de laranja brasileiro, chegaram a se instalar na Flórida e produzir o suco de laranja lá, para vender para o mercado americano, pois está cada vez mais difícil vender suco de laranja para os Estados Unidos. Não arredarão pé disso.

Acho que às vezes perdemos a noção das coisas quando dizemos que o mercado americano é importantíssimo para nós, queremos reduzir a tarifa do suco de laranja e ter acesso aos produtos siderúrgicos. Esperamos isso da ALCA, mas o problema é saber se darão. E não darão, dizem isso na mesa de negociação da ALCA: "Não vamos reduzir a tarifa para o suco de laranja". O Senador Suplicy mencionou que o problema de imigração está no TPA, mandato negociador do Congresso americano. Está, também, a questão do suco de laranja. O Congresso já determinou restrições para a agricultura, em matéria de subsídios agrícolas e tarifas de suco de laranja. Estão no mandato negociador do Congresso americano, ou seja, o negociador americano não pode nem falar sobre o tema na mesa de negociação. Queremos, gostaríamos, temos esperança; se negociarmos bem, conseguiremos; mas não, o problema é que não querem, e não nos darão, já nos avisaram. Daí, termos proposto que, se não nos derem aquilo que queremos, não daremos aquilo que querem. Se dermos a eles aquilo que querem, sem que eles nos dêem aquilo que queremos, vamos pagar um preço altíssimo na ALCA, e é preciso assegurar esse equilíbrio. Daí, termos dito: vamos reduzir o escopo da agenda da ALCA, deixando para que a OMC resolva os problemas mais graves, como o subsídio, as tarifas e "antidumping".

O "antidumping" é algo sobre o qual eles nem sequer aceitam falar. Na declaração final da reunião de Vice-Ministros, em São Salvador, não aceitaram nem colocar uma linguagem vaga sobre o propósito de falarmos sobre "antidumping".

Não é que estivessem se comprometendo a negociar "antidumping" conosco. Não aceitaram nem mencionar o tema na declaração final dos Vice-Ministros. Se numa reunião de Vice-Ministros não há vontade nem de mencionar um assunto, fica difícil. Digo isso com relação aos argumentos deles.

Quanto aos valores das tarifas, se elas são usadas para subsidiar... Sim, são. Não só o são, como muitos de vocês sabem que na área siderúrgica, por exemplo, houve um projeto no Congresso que determinava que os recursos auferidos com as margens de "dumping", de diretos compensatórios aplicados pelo Governo americano, reverteriam às siderúrgicas americanas, supostamente prejudicadas. Isso se tornou um incentivo para a siderurgia americana, que fica motivada a denunciar um "dumping" por saber que, se for aplicada margem ao produtor que importa, o valor voltará para seu próprio bolso. É um incentivo para a siderurgia americana abrir investigações de "dumping", acusar países de prática de "dumping" e subsídios.

Com relação à ALCA, perguntam-nos se não pedimos a redução do protecionismo. É claro que sim. Fiquei quatro anos em Washington solicitando a redução do protecionismo americano, tendo, por sinal, publicado um livro, "As Barreiras Comerciais Americanas aos Produtos de Bens e Serviços Brasileiros". Nele listamos todas as barreiras: suco de laranja, açao, "dumping", carnes, restrições sanitárias. Em quatro anos, o único produto que saiu do livro foi o mamão papaia. Não há boa-vontade por parte do governo americano em abrir o seu mercado para o Brasil. E não haverá tampouco boa-vontade em abri-lo àqueles produtos cruciais para nós no âmbito da ALCA. Necessitamos de uma agenda mais realista, abrindo nosso mercado no que podemos, na medida certa e correspondente ao que poderão abrir para nós na ALCA. Temos de delimitar o campo da nossa abertura para que tenhamos um resultado final equilibrado. Nisso consiste a nossa proposta do "quatro mais um", em que mantemos uma negociação bilateral em que se discute o que é viável, o que é possível. É uma ALCA possível, como disse o Ministro Celso Amorim, porque a impossível não nos interessa pois estará falida, malsucedida.

Quanto à questão sobre se o Brasil tem condições tecnológicas para competir com os Estados Unidos, digo que estamos vendendo aviões para os americanos. Os Estados Unidos são o maior comprador de aeronaves da EMBRAER. Temos de persistir nessa capacidade tecnológica e na competição no mercado externo, internacional e no próprio mercado americano. Vendemos também "softwares" para os Estados Unidos, assim como eletrônicos, que são o terceiro ou o quarto produto da nossa pauta exportadora para o mercado americano.

A Sra. Martha Regina Coelho Teixeira Lassance - O Ministro já abordou a questão com muita propriedade e deve ter dirimido todas as dúvidas. Quero dizer apenas que não temos o entendimento de que a ALCA não seja possível. Temos a esperança de que, dentro do escopo, a ALCA seja possível, e achamos que em cláusulas como "single undertaking" os "trade off" de uma negociação em bloco são muito maiores ou possíveis do que em uma negociação "um a um", mesmo sendo quatro mais um" - assim, perderíamos. É questão de entendimento. Talvez o setor empresarial não esteja vivendo o âmago da negociação, não esteja sentado à mesa das negociações e não tenha vivido o processo que o Ministro vive. Mas esse é o nosso entendimento, apesar de sermos do setor siderúrgico e sofreremos, na ponta, todas as restrições do governo americano, que, aliás, a cada dia cria uma nova, que defendem com métodos e razões não técnicas. Seu fundamento é de que precisam defender, e pronto; dizem apenas que se trata de um acordo; que vão dar cinco anos para a sua siderurgia melhorar; que vão fazer a 201, criar cotas, etc. Ou seja, realmente é muito unilateral. Ninguém tem dúvida de que, pela imposição do mais forte, às vezes as negociações são muito unilaterais. Mas nosso entendimento é que a negociação em bloco da ALCA representa mais força para se negociar e que, negociando tudo de uma vez, os "trade off" e os retornos seriam muito mais possíveis do que na negociação em separado. Obrigada.

O Sr. Presidente - Anuncio a presença do Prof. Plínio Arruda Sampaio Filho, que participará da Mesa da reunião da tarde e a quem recebemos com muito carinho.

O Sr. Luiz Henrique de Oliveira Cunha - Gostaria de trazer ao debate a posição dos que consideram que há uma outra integração econômica possível que não aquela nos termos propostos pelo Governo dos Estados Unidos no projeto da ALCA.

Acho que esse projeto é, em certo sentido, uma cortina de fumaça em relação ao que está realmente colocado para os povos da América Latina, que é a criação de uma nova ordem econômica internacional que permita colocar limites à deterioração histórica dos termos de troca dos produtos e do trabalho desses povos, coisa que não é abordada em um projeto como esse. Na verdade, o projeto da ALCA é mais do que uma discussão de acesso a mercados. No limite, os Estados Unidos poderão até aceitar concessões em relação à penetração de produtos no mercado americano, mas desde que consigam o filé da discussão, que trata das questões dos serviços, da propriedade intelectual, do grande mercado inserido nas compras governamentais, da biodiversidade e do acesso aos recursos fundamentais de que a natureza dos nossos países, principalmente o Brasil, dispõe. Então, esse é um grande risco.

Considero que não procede a posição da indústria de que a não-participação do Brasil seja um isolamento. Na verdade, é preciso saudar a posição do Ministério das Relações Exteriores ao procurar promover discussões a respeito de outros mercados que se colocam, como a relação do Brasil com a Índia, a Rússia e a China. Além disso, o Brasil não é qualquer coisa, e sem ele não haverá ALCA. Na verdade, toda a motivação do governo americano em relação à ALCA é o Brasil.

Para terminar, gostaria que o Ministro comentasse a questão dos blocos regionais como uma ameaça potencial às relações políticas internacionais. Sabemos que os defensores mais lúcidos do livre comércio e da OMC estão preocupadíssimos com a proliferação de blocos regionais.

No projeto da ALCA está contida uma espécie de fortalecimento do bloco americano, para preservar uma possível concorrência com a União Européia ou com o Bloco Asiático.

Gostaria que o Ministro falasse a respeito da posição do Governo brasileiro em relação à questão da ampla liberdade no comércio internacional.

O Ministro Régis Arslanian - O que estamos negociando na ALCA não é uma integração, e sim um acordo de livre comércio. É diferente. Integração econômica, comercial, inclusive política, temos com o MERCOSUL. Estamos falando em parlamento do MERCOSUL e em eventual moeda única. Isso, sim, é integração. A União Européia também é uma integração. A ALCA é um acordo de livre comércio.

Nunca ficaremos isolados se, eventualmente, decidirmos não participar. Não ficaremos isolados com relação ao Equador ou Barbados, porque o interesse maior dos Estados Unidos na ALCA é o mercado brasileiro. Então, na hipótese de não estarmos nesse projeto, não somos nós que ficaremos isolados, e sim os outros.

O Sr. Presidente - Perguntas dirigidas ao Ministro Régis Arslanian:

De Cyntia de Souza Cardoso: "Por que levar negociações da ALCA para o âmbito da OMC, se os pontos controversos dessa organização são basicamente os mesmos apresentados na ALCA? Se não se chega a um ponto comum dentro das negociações da própria OMC, como ela seria capaz de apresentar soluções para os mesmos problemas, para uma outra organização ALCA?"

De Celina Alves Areas, do Sindicato dos Professores de Minas Gerais - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: "A correlação de força na negociação na OMC é mais favorável ao Brasil para que se justifique colocar vários temas sensíveis nela? Qual a posição oficial do Governo sobre o plebiscito oficial? O MERCOSUL já está bastante fortalecido e unido para atuar como bloco com interesse único";

De Marcus Miranda Marins: "A priori, o Mercado Comum é uma situação que antecede a Área de Livre Comércio, para que os países signatários se preparem para a queda das barreiras. Na negociação da ALCA é discutido algo a respeito?"

O Ministro Régis Arslanian - Porque deixar permanecer o tratamento dos temas que, comprovadamente, serão impossíveis serem negociados na ALCA? No nosso ponto de vista, são exatamente as duas áreas prioritárias para nós: agricultura e "antidumping", direitos compensatórios, que são dois temas que os americanos se recusam a tratar na ALCA. Dizem tratar-se de temas sistêmicos que devem ser discutidos na OMC.

Então, ou aceitamos continuar negociando na ALCA, sem incluir, na agenda, os temas prioritários para nós, apenas falando de serviços, compras e investimentos, que são temas em que eles, americanos, são demandantes, ou paramos por aqui, e equilibramos a situação. Daí a nossa proposta dos três trilhos, já que o Congresso dos americanos proíbe que falem de agricultura, de "antidumping" e de direitos compensatórios na ALCA.

Então, está bem, a gente tira isso, deixa na OMC. Mas vamos tirar também aqueles produtos que são interesse de vocês, deixamos na OMC, e pronto. Então, vamos discutir na ALCA o que é possível e ter pelo menos alguma coisa para conseguir chegar a 2005 com algum resultado que possa beneficiar todos os 34 países, inclusive o Brasil. Essa é a razão de termos passado para a OMC.

Por que seria mais favorável discutir esses temas na OMC? Seria, sim, mais favorável porque temos grandes aliados nesses temas que são mais importantes para nós, como Índia e China. E é um ambiente muito mais multilateral. Na OMC está muito mais arraigada a percepção de que, sem a agricultura, por exemplo, a nova Rodada de Doha não acontecerá. Ela foi lançada em razão da agricultura e terá de ser concluída em razão dela. Logo, há mais possibilidade de conseguirmos apoio para as nossas posições na OMC que na ALCA. Na ALCA, quem teria interesses maiores de "antidumping" do nosso lado, por exemplo? Quem vende tanto aço quanto nós para o mercado americano na América Latina? Talvez o Chile venda um pouco, eles têm interesse, mas é muito menor que o nosso. Em matéria de agricultura é a mesma coisa. Quem são os produtores senão o MERCOSUL, a Argentina e o Brasil? Quem tem grandes interesses em matéria de exportação de produtos agrícolas e "agrobusiness", senão o Brasil e a Argentina? Os outros países da América do Sul não têm grande interesse. Acredito que temos menos base de apoio na ALCA que na OMC.

Quero fazer uma rápida menção com relação ao "single undertaking", a que se referiu a Dra. Martha. O "single undertaking" é um consenso na ALCA de que chegaremos ao final do processo negociador com acordos ou entendimentos para cada um dos nove grupos negociadores: agricultura, serviços, investimentos, etc. Os 34 países se sentarão à mesa, e faremos o "trade off", ou seja, eu te dou isso, você dá aquilo, você diminui as suas concessões nisso, diminui aquilo. E faz-se a troca. Só quando existir um acordo sobre tudo é que se tem o "single undertaking", que é o acordo final.

Por que isso do "quatro mais um", por que a via bilateral? Porque vamos estar ao lado de países - sem nenhum menosprezo - menores, com economias diferentes da nossa, como TrinidadTobago, Barbados, Panamá, que têm interesses totalmente diversos dos nossos. E vamos acabar

tendo de fazer concessões aos americanos, que constituem o mercado mais importante, por conta de concessões que os americanos farão a eles e não farão a nós, na medida em que os nossos produtos sofrem restrições quase que estruturais no mercado americano. Então, farão concessões em matéria têxtil para a Colômbia, por exemplo, e teremos de fazer concessões para os americanos por causa das concessões que eles fizeram para os outros. Isso fatalmente acontecerá, porque somos economias muito diferentes dentro do projeto da ALCA.

Então, numa relação "quatro mais um" bilateral, poderemos pôr na mesa mais claramente os nossos interesses, os americanos, os brasileiros, os do MERCOSUL e de parte a parte, dizendo: podemos dar isso, vocês podem dar aquilo, vamos negociar nessa base.

A Sra. Martha Regina Coelho Teixeira Lassance - Quero fazer um esclarecimento. Não é que o setor industrial queira a ALCA. Ele quer a ALCA bem negociada. Por exemplo, para a siderurgia, a ALCA sem se discutir "antidumping" não tem sentido. Mas entendemos que será discutido e que iremos conseguir. Se não conseguirmos o que queremos ou o mínimo necessário, vamos sair da negociação. Mas vamos discutir.

Não conhecemos muito bem essa mudança, Sr. Ministro, pois foi uma colocação feita há pouco tempo dentro da coalizão empresarial. O próprio Ministério tinha muitas dúvidas sobre diversos assuntos porque era uma idéia. Parece-nos que o Brasil achava que ia perder, sem lutar ou sem ir até o fim. Acreditávamos que, dentro da ALCA, teríamos muito a ganhar e antecipar discussões da AMC de forma favorável.

Discutir a ALCA e participar dela em nenhum momento elimina ou minimiza os outros acordos. O setor empresarial quer acordo com todo o mundo, quer discutir novos mercados, Rússia, Europa Oriental, etc. Daqui a duas semanas a Federação das Indústrias vai para Zagreb, que é a segunda maior feira da Europa Oriental, para entrar em novos mercados. Estamos interessadíssimos nisso. Mas não quer dizer vamos substituir. Queremos todos.

O Sr. Evaristo Garcia de Matos - Sou do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte. A nossa impressão é a de que a FIEMG - e o Ministro também - estão muito presos à ALCA. Acho que temos todas as condições de sair dela.

Desde o Governo Tancredo Neves temos o Programa do Corredor de Transporte e Exportação, do qual fazem parte todo o cerrado, o Norte de Minas e o Jequitinhonha. Ele tem por objetivo abastecer o mercado asiático, por meio do vale do rio Doce.

A nossa briga desde o GATT foi pela conquista de mercados, porque, como a senhora disse, exportamos pouco para a região do Pacífico, leste europeu, Ásia, Portugal, Shangi, mercado asiático. São 3.000.000.000 de habitantes, enquanto na ALCA não chegam a 1.000.000.000. Depois, Deputado Adelmo Carneiro Leão, teremos de discutir o nosso corredor de exportação.

Na técnica produtiva, ninguém tem condições de produzir com o Brasil, principalmente em agricultura, avicultura, suinocultura.

Teremos o Programa do Corredor de Exportação da Região Metropolitana de Belo Horizonte no Aeroporto Tancredo Neves, em Confins. A Aeroflot, soviética, nos prometeu vir aqui buscar toda a nossa produção e levá-la para o mercado do leste europeu, Espanha e Portugal.

Outro programa é o Programa de Exportação da Zona da Mata. Temos o corredor de exportação do vale do Jequitinhonha, Mucuri, Minas Novas, Turmalina, Novo Cruzeiro, Teófilo Otôni, Carlos Chagas, Nanuque, Bahia e Belmontes.

Já tivemos o sonho de realizar isso e estamos dando um exemplo para o Brasil inteiro como maiores exportadores. Temos também o de Varginha, que já está em funcionamento.

Portanto, seria um grande reforço para o MERCOSUL. Se pudermos ter nosso próprio desenvolvimento, por que tutelar nossa soberania? Se o MERCOSUL é um pacto dos iguais, vamos para a ALCA, que é o pacto dos desiguais, como a OMC e toda essa coisa? Deveríamos reforçar o projeto do Presidente Tancredo Neves. Em 1982 e 1983, já tínhamos a visão e o sonho de nos libertar dessa dominação da ALCA e do imperialismo americano. Vou passar o histórico da nossa luta ao Deputado Adelmo Carneiro Leão. Hoje, não está sendo fácil. Se o Lula não se aliar ao povo para romper com isso, vai ser muito difícil. Também lhe passarei uma solicitação do Conselho Municipal de Saúde para que promova um debate aqui, com o Presidente do BNDES, para saber onde vamos buscar recursos para o nosso desenvolvimento.

O Sr. Edinaldimar Barbosa da Silva - Sou do Movimento de Consulta Popular. Gostaria de questionar um pouco a sua fala, Martha. Penso que você atenua demais os dados e apresenta contradições nas suas palavras: ambigüidades nas posições brasileiras na negociação da ALCA e ambigüidades nos números do NAFTA. São contradições pesadas, que tiveram um efeito muito perverso para a sociedade mexicana. Os efeitos causados pelas maquiladoras na economia mexicana, por exemplo, foram desastrosos, principalmente nas relações trabalhistas e no valor do salário dos trabalhadores. A pobreza aumentou consideravelmente desde a época em que foi implantado até hoje. Se 53% da população mexicana eram pobres, hoje, são mais de 80%.

Então, se pensam que algum setor da população mexicana ganhou com a ALCA, isso é uma coisa que podemos discutir. Agora, no conjunto, a sociedade mexicana teve uma perda muito grande com o NAFTA. Isso é evidente. Penso que devemos nos basear muito no que está acontecendo com a economia e com a sociedade mexicana. Muitos dizem que o que está sendo negociado na ALCA é um NAFTA plus. Ou seja, tudo o que está no NAFTA e alguns ganhos adicionais, que seriam novidades colocadas nessa proposição dos Estados Unidos. Portanto, por causa dessa brutal assimetria nas condições negociadoras e nas condições das economias dos Estados Unidos e do Brasil, não há como fazer uma ALCA bem negociada do ponto de vista brasileiro. Os Estados Unidos têm todo um anteparo legal para essa negociação, que não existe no Brasil, devido à quantidade de recursos que eles têm e ao número de pessoas que estão negociando. Então, não é possível termos uma ALCA bem negociada.

Em função disso, manifesto a posição do movimento que está convocando para a realização de um plebiscito em que decidiríamos pela participação, ou não, do Brasil nessas negociações. Existem outras alternativas possíveis e não somente essas que estão colocadas, em termos de acordos bilaterais "quatro mais um", MERCOSUL e União Européia. Outras formas de integração seriam possíveis entre os países da América Latina. É por isso que estamos referendando um projeto de lei do Saturnino Braga, que está tramitando no Congresso, prevendo a realização de um plebiscito adiando por 20 anos, no mínimo, a entrada do Brasil na ALCA. Nesse período, seriam criadas condições para que houvesse uma integração mais ampla do Brasil com o mercado norte-americano.

Por último, registro que, sobre essa questão da ALCA, muitos debatedores ressaltaram que o Brasil tem plenas condições de fazer acordos bilaterais e de integração, com participação de comércio exterior, fora da ALCA, e que não estaríamos isolados. Se já vendemos aviões e "software" para os Estados Unidos sem a ALCA, por que não podemos continuar? A ALCA não criaria condições de ampliar a capacidade de participação do Brasil nessa pauta de exportação para os Estados Unidos. É preciso pensar em outras medidas para que o conjunto da sociedade brasileira participasse de um projeto de integração. Certamente não seria proposta dos Estados Unidos para a ALCA.

A Sra. Martha Regina Coelho Teixeira Lassance - Sr. Edi, temos consciência da polêmica e das ambigüidades que existem em um projeto dessa natureza e magnitude. Não estou pensando em ALCA como o NAFTA plus nem como uma adesão, como foi a do México, que era a sua alternativa. Estamos pensando em um projeto muito bem estruturado; temos consciência do risco.

Gostaríamos que fosse negociado, e, se possível, seria efetivado. Se não, não seria. A busca de alternativas está sendo feita paralelamente, mas nada é exclusivo. Não participar do NAFTA não significa dizer que por isso será aumentado o comércio com os outros. É preciso também aumentar o comércio com os outros, estreitando relacionamentos. Essa é a realidade mundial. Estamos procurando em Minas Gerais uma forma muito especial.

Sou do setor industrial, que está saindo na frente. Minas Gerais saiu na frente. Começamos a diversificar os mercados heterodoxos desde 1995, para a Rússia, Índia, antes do movimento como Brasil. Não gostaria de ser entendida dessa forma. O setor industrial, empresarial privado está saindo, buscando mercado de carne e outros, como a Rússia e outros países. Estamos programando uma visita ao Vice-Presidente José Alencar.

Se pudermos abrir o mercado americano, especialmente para Minas Gerais, onde as barreiras para o aço são muito grandes, barreira para produtos importantes na nossa pauta, seria um fator de grande importância. Defendemos que devemos continuar negociando a ALCA, achando que negociar em bloco tem mais força. Nunca defendemos a ALCA mal negociada, sem incluir temas de nosso interesse, abrindo mão deles.

Essa variação é que está um pouco diferenciada. O Ministério das Relações Exteriores acha que não temos condições de negociar. Talvez eles tenham razão.

O Ministro Régis Arslanian - Acho importante mencionar que não há divergência entre o Ministério das Relações Exteriores, o Itamarati e a comunidade empresarial. Longe disso. Um de nossos instrumentos mais importantes são as reuniões preparatórias técnicas com os segmentos da sociedade civil. Temos reuniões preparatórias com todos os grupos negociadores, em que, às vezes, durante uma tarde inteira, discutem-se exaustivamente as posições que o Brasil levará às negociações com a ALCA.

Dessas negociações sempre participam representantes da coalizão empresarial, formada por praticamente todas as associações empresariais do Brasil. A coalizão tem voz ativa na preparação de todas as nossas posições negociadoras. E devo dizer que, por causa da nossa proposta de reestruturação do processo negociador, já estive duas vezes falando com a coalizão empresarial. E mais, vários setores da coalizão empresarial já elogiaram e apoiaram a proposta, até mesmo por escrito.

O Sr. Presidente - Perguntas ao Ministro Régis Arslanian. Do Sr. José Eduardo da Silva, do SEAPA: "O agronegócio é competitivo com a ALCA; a indústria e o comércio, nem tanto. Para que se tornem também competitivos, além da exposição à concorrência externa, são necessários ajustes macroeconômicos - juros e impostos mais competitivos - e estruturais - custo Brasil. Que política industrial o Governo deve adotar? Qual o dever de casa do Governo?"; da Sra. Fernanda Borges, da PUC: "Como a agricultura brasileira pretende, depois da instalação da ALCA, competir com os produtos transgênicos que tantos investimentos recebem dos norte-americanos? Existe alguma cláusula ou fazem-se debates sobre o uso e a comercialização da biotecnologia no projeto ALCA?"; do Sr. Oderige, da Assembléia Legislativa: "Por que até hoje não ampliamos o MERCOSUL para todos os países da América do Sul, formando um bloco com maior poder de negociação?"; do Sr. Samuel Avelino Alvarenga: "Como o MERCOSUL conseguiria influenciar nas decisões da ALCA, já que passa por período delicado, com países membros reestruturando-se de graves crises e outros passando por turbulentas reformas? Não estariam os países membros do MERCOSUL voltados para outras prioridades, deixando a ALCA em segundo plano?"; do Sr. Almir, dos Comitês Mineiros FSB e URI: "Como estão as negociações com os outros grandes mercados - China e Rússia? Seria interessante investir na África e na Austrália?"; da Sra. Roberta Rodrigues Marques da Silva, da PUC: "As questões levantadas acerca da inserção do Brasil na ALCA parecem restringir-se a relações comerciais com os Estados Unidos. No entanto o Brasil também mantém relação com países com o PIB muitas vezes inferior ao seu. Como se dão as negociações entre o Brasil e esses países em relação à ALCA? Vêm-se prejudicados em comercializar com o Brasil, assim como o Brasil vê-se prejudicado em comercializar com os Estados Unidos no atual estágio de negociação da ALCA? Qual a posição desses países em relação à ALCA?".

O Ministro Régis Arslanian - Quanto a ampliar o MERCOSUL e negociar com outros países, é o que estamos fazendo. O Presidente Lula deverá visitar Lima, no Peru, oficialmente, semana que vem. Neste momento estamos justamente negociando uma associação do Peru ao MERCOSUL. Estive em Montevideú, há duas semanas, participando de uma reunião em nível ministerial, e também em uma reunião de Coordenadores Nacionais do MERCOSUL com a Comunidade Andina - CAN. O MERCOSUL e a CAN também estão negociando um acordo de livre comércio. A negociação está em curso, e esperamos que, até o final do ano, já haja um acordo final. Há uma ampliação do MERCOSUL. Como os senhores sabem, o Chile e a Bolívia já se associaram.

O MERCOSUL continua muito coeso, apesar das turbulências econômicas. Tanto que nossas posições na ALCA têm sido todas defendidas e apresentadas sempre em nome dos quatro países do MERCOSUL. Atualmente, quem preside o MERCOSUL é o Uruguai, que responde pelas negociações com a ALCA em nome do MERCOSUL.

No que diz respeito aos transgênicos, ainda não temos uma posição final. Não houve nenhuma proposta de incluir esse assunto na pauta. Nem poderemos aceitar isso enquanto não houver uma definição de política interna sobre se aceitamos ou não os transgênicos. Ainda existe um grande debate interno, e não há por que pensar em incluir o assunto na agenda negociadora da ALCA, enquanto internamente não tivermos uma definição a respeito.

Abrindo um parêntese, não queremos sair da ALCA. Volto a dizer que estamos propondo um reformatamento da ALCA, para tornar mais realista e mais pragmático o processo negociador. Nunca passou por nossa cabeça sair da ALCA, pois é do nosso interesse o mercado americano. O que queremos é equilibrar o processo negociador da ALCA no que for possível.

Quanto aos outros blocos, o MERCOSUL mantém negociações com a África do Sul, com o Japão, com a China, com a Índia e com a União Européia, com que já atingiu a primeira fase da negociação, que foi a apresentação de ofertas em bens agrícolas e bens não agrícolas. A União Européia simplesmente excluiu o mais importante para nós, como produtos lácteos, da oferta de bens, porque ainda não tinham a reforma da política agrícola comum e, portanto, não poderiam fazer uma oferta em relação àqueles produtos mais sensíveis. Mas continuaremos. Até o final do ano teremos uma reunião ministerial com a União Européia, justamente sobre essa negociação. E devo ir a Montevideú para mais uma rodada de negociações com a China. As outras negociações estão em pleno andamento, com suas dificuldades, seus riscos e oportunidades, para usar uma expressão da Dra. Martha.

A Sra. Martha Regina Coelho Teixeira Lassance - Há desigualdade de tamanho entre os países do bloco. O conflito é maior entre o Brasil e os Estados Unidos, porque os dois têm indústria e economia muito diversificadas, com interesses próprios. Os Estados Unidos são muito maiores, mas o Brasil é o único país, no bloco, que tem economia diversificada e interesses bem definidos. A negociação acaba polarizada.

Dentro do MERCOSUL, o interesse do Brasil é tão grande na formação desse bloco, numa visão geopolítica, de formação, de fortalecimento, que muitas das nossas ofertas na ALCA - o Ministro não me deixa mentir - não são as melhores para o Brasil, são as que prevalecem para os outros três companheiros.

Muitas vezes é a proposta que não nos interessa, mas, no médio prazo, a proposta feita em conjunto com o MERCOSUL fará com que o Brasil tenha seus interesses reais privilegiados. O interesse é na visão geral do peso da estratégia do bloco.

Estamos negociando com esse enfoque primordial de MERCOSUL. Há sete anos estamos negociando com a CAN, mas não conseguimos chegar

a um ponto comum. Mais uma vez quero dizer que não há uma posição de visão e de objetivo diferenciada do setor empresarial ou do setor industrial para o Ministério das Relações Exteriores, nem para o governo. Pelo contrário, a posição é única.

Estamos discutindo uma estratégia para chegar à abertura de mercado e à redução do protecionismo, a qual o Ministério das Relações Exteriores considerou pertinente. Estamos levantando algumas questões, porque temos dúvidas. Estamos envolvidos no processo, desde o início, discutindo etapa por etapa.

Acho que a discussão está assim, não há antagonismos. Queremos abrir o mercado, e, quanto mais mercado, melhor.

O Sr. Kleider Luciano Barbosa Risso - Boa-tarde. Até agora as discussões foram do ponto de vista mercadológico, mas gostaria de saber do Sr. Ministro a posição do povo.

Infelizmente não participam da Mesa representantes populares, que mais sofrerão o impacto da nossa entrada ou não na ALCA; exceto os parlamentares, não estão representados neste debate.

Não é possível incluir nessas discussões a expressão-chave "amor e sentimento humano"? A ALCA é vista do ponto de vista técnico e de planejamento. As pessoas que serão mais beneficiadas são os empresários, a elite empresarial que está crescendo. Até agora não vi nenhum interesse meu ser debatido.

A ALCA é um novo pacto colonial, nos moldes do século XIX, uma vez que os americanos enfrentam a maior recessão, maquiada, desde o pai do Bush. De lá para cá, inventou-se a história de fazer uma área de livre comércio.

Não é uma grande oportunidade histórica - e perguntaria isso ao Ministro -, em termos de relações comerciais, de o Brasil ganhar a sua real independência comercial? É óbvio que o Brasil não dirá "não" aos americanos. Ele diz "não" ao Paraguai e ao Uruguai. O Brasil não terá a oportunidade de assegurar o seu desenvolvimento, mostrando a sua posição segura de País grande, forte e com um mercado com potencial não só de bilhões, mas de trilhões de dólares, uma vez que já foi até levantado o valor do nosso patrimônio de subsolo?

O Ministro Régis Arslanian - Essa é uma pergunta importante. O Jorge já deve até estar cansado de ouvir esse meu exemplo, que já dei, várias vezes, em Uberlândia, em Varginha e em Belo Horizonte, para mostrar quanto é importante o mercado americano. Falemos mais francamente: é ele o mais importante para nós nesse projeto da ALCA, não há dúvida. Os mercados mexicano, canadense e dos outros países são todos também muito importantes, e é óbvio que, quanto mais houver livre comércio de parte a parte, melhor. Mas o mercado americano é - e vimos isso pelos dados da Dra. Martha - fora do comum.

Uma vez fui com minhas filhas viajar. Saí de Washington e fui para Los Angeles, com bilhetes comprados de uma companhia "charter" absolutamente desconhecida. Ela se chamava ITA, e nunca tinha ouvido falar sobre ela, uma companhia aérea totalmente desconhecida, com um avião absolutamente novo. Era um avião da Boeing novo, e o próprio comandante disse que estávamos fazendo o voo inaugural desse avião. Quando voltei ao meu escritório, dois ou três dias depois, vieram uns Diretores da Boeing visitar-me, porque estavam negociando com a VARIG, tão conhecida internacionalmente, a venda ou o "leasing" de duas aeronaves 777. Então, mencionei que, por coincidência, outro dia havia viajado em uma companhia absolutamente desconhecida, quando o comandante anunciou que haviam acabado de comprar o avião e que aquele seria o voo inaugural. Ele perguntou qual era a companhia, eu disse que era a ITA, e me responderam que eles haviam comprado 60 aeronaves. Quer dizer, uma companhia desconhecida americana compra 60 aviões, e a VARIG estava negociando, com muita dificuldade, como eles próprios disseram, a compra ou o "leasing" de duas aeronaves.

Então, a escala de consumo, a dimensão do mercado americano para nós não é uma coisa dispensável. Acho que seria irresponsável da nossa parte dizer que não queremos o mercado americano e que nos bastamos aqui dentro. O MERCOSUL é importantíssimo, é uma integração nossa, mas, em termos de expansão de comércio, a menos que haja um "boom" econômico na Argentina e nos nossos países vizinhos, não temos potencial de crescimento das nossas exportações no MERCOSUL. Se pensarmos, veremos que, dentro da América Latina, o mercado é grande e significativo, mas não se compara ao mercado americano. Precisamos dele como também do mercado da União Européia. Podemos duplicar as nossas exportações, e os benefícios disso são enormes. Acho que não preciso dizer quais serão os benefícios de um aumento substantivo das nossas exportações e da abertura de mercados para produtos nossos importantes. Então, não podemos dispensar o mercado americano, mas negociaremos o que for possível. Não daremos nada de graça. Se recebermos dois, daremos dois. Se recebermos dez, daremos dez. Isso é boa negociação. Depois de oito anos negociando na ALCA, chegamos à conclusão de que não receberemos aquilo que mais desejamos: os pontos de agricultura, o "antidumping" e os direitos compensatórios. Então, reestruturemos e montemos, como disse a Dra. Martha, uma nova estratégia que se ajuste às circunstâncias atuais da ALCA.

Se a ALCA, como quiseram os americanos, não está dando certo com uma agenda ambiciosa, não atende aos nossos interesses, vamos propor outra coisa, mas vamos ficar na ALCA, porque o mercado americano é fundamental para o Brasil. Não podemos sobreviver, como País grande que somos, com nossa economia, sem contar e sem ter maior acesso ao mercado americano, ao mercado da União Européia, à Índia, à África do Sul e a todos os outros países. Obrigada.

O Sr. Presidente - Pergunta da Márcia: "Com relação aos movimentos sociais realizados em todo o País contra a ALCA, como estão sendo vistos e avaliados pelo Governo?".

Pergunta do Alexandre, da FIEMG: "Com o "quatro mais um" temos mais a perder, pois nossas tarifas são mais elevadas. Com o novo formato de trilhos, perdemos nosso maior triunfo, "single undertaking"?".

Pergunta do Almir, do Comitê Mineiro do Fórum Social Brasileiro: "O que está sendo feito para impedir a fuga de cérebros (cientistas) nacionais para o exterior? E da matéria-prima para tecnologia de ponta (quartzo, silício, etc.)? Como selecionar e aproveitar superdotados (o Brasil tem a maior taxa do mundo)? O Governo pretende explorar o enorme potencial das indústrias de reciclagem? Como?".

Retorno a palavra à Martha e ao Ministro para as respostas e as considerações finais. Antes, quero avisar que a exposição da Martha Regina Coelho Teixeira Lassance, através do "powerpoint", estará disponível no "site" da Assembléia a partir de amanhã. "Site" da Assembléia: www.almg.gov.br.

A Sra. Martha Regina Coelho Teixeira Lassance - As perguntas estão abrindo bastante o espectro. Quero lembrar que não perdemos capacidades quando geramos, internamente no País, oportunidades correspondentes para reter esses cérebros. Infelizmente, não conseguimos reter nossas capacidades, formando poucas, relativamente, em função de um mercado em recessão e dos problemas do mercado interno. Somente podemos reter capacidades dessa forma. Podemos criar formas artificiais, mas seguraremos um número pequeno. Podemos criar alguns institutos, motivar áreas específicas, mas a essência chama-se desenvolvimento. E desenvolvimento sustentado é desenvolvimento de mercado interno e inserção competitiva externa. E isso que retém cérebros, melhora capacidade, gera alternativa e emprego. O senhor disse que a indústria não é prejudicada, mas o povo, sim; quero dizer que a indústria, ao crescer, gera emprego, opção e oportunidade. A população

quer emprego e tranquilidade, não agressão, insegurança e pobreza. A indústria é um dos instrumentos para defendermos mercados grandes, e o fazemos com essa ênfase porque são os mercados que recebem nossos produtos industrializados que agregaram valores, geraram empregos, riqueza e renda. Não podemos continuar exportando "comodities", em que os preços são controlados no mercado internacional e dos quais não temos controle porque não agregamos nada. Por isso, temos preocupação com o mercado das Américas, que é aquele que mais recebe os produtos que gera: riqueza, renda, emprego e trabalho. Essa é uma observação que quero deixar aqui. Não estamos defendendo a indústria como indústria, mas um País melhor, com um desenvolvimento sustentado. Tanto que a indústria, hoje, é o grande parceiro do Governo em todos os grandes projetos. Entendemos que esse é o seu papel; caso contrário, ela não sobrevive.

O desenvolvimento é sustentável calcando-se no meio ambiente e no desenvolvimento social. Entendemos que só com o desenvolvimento, ou seja, com a melhoria de mercado interno, inserção competitiva internacional e aumento de exportação, chegaremos a bom termo.

Quanto ao problema do quatro mais um, temos preocupação com essa negociação porque, se nela vão sendo dadas melhorias, teremos também de fazer quase 30 acordos. Preocupa-nos o fato de que os Estados Unidos dêem benefícios maiores, chegando antes até nossos parceiros, quando poderemos perder mercados importantes na América Latina. São preocupações que temos relativamente à nova estratégia. Não somos contra, apenas queremos esclarecer as dúvidas e maximizar o esforço. Comparativamente, são poucas as pessoas que negociam. Quem apóia as negociações é a coalizão empresarial, a sociedade civil e os próprios negociadores, porque o potencial brasileiro não é tão grande. Nesse aspecto, deixamos nossa mensagem: a indústria entende que o desenvolvimento é sustentável, e aqui não defendemos a nossa cara, mas a cara da nossa sociedade, pois não adianta haver um setor bom em uma sociedade doente. Temos uma visão global e fazemos questão de tê-la. Deixo claro que estamos juntos na estratégia da geração de empregos, pois é essa a nossa preocupação com o mercado das Américas. Onde se gera mais emprego, há mais riqueza.

Quanto às questões relativas à nova estratégia, estávamos com uma visão mais otimista do que estão nossos negociadores, que devem conhecer melhor que nós o assunto. Mas também temos uma série de dúvidas.

O Ministro Régis Arslanian - Falou-se em plebiscito relativamente à ALCA. Se realmente existe um projeto, no Congresso, sobre o plebiscito, não cabe ao Executivo questioná-lo. Esse plebiscito poderá ser convocado e caberá ao Congresso discutir a questão. Mas, quando esse projeto foi proposto, há dois ou três anos, as circunstâncias eram diferentes. Hoje, com a proposta do MERCOSUL e a disposição dos 34 países da ALCA de discutir uma reestruturação do processo negociador, as circunstâncias são inteiramente diferentes. Talvez o plebiscito, agora posto, tivesse de se adequar a essa nova feição da negociação da ALCA. Mas o mais importante é que possamos conversar com negociadores, empresários, interessados, estudantes. Trata-se de um projeto que poderá definir todo o futuro do nosso comércio exterior, com implicações importantes para a nossa política econômico-industrial, implicações sociais para os próximos 15, 20 anos.

Não vamos ter uma ALCA ou uma negociação com a União Européia ou MERCOSUL a cada dois ou cinco anos. Estamos falando de todo um cenário que vai prevalecer em matéria de comércio exterior nos próximos 20 ou 30 anos. Uma área de livre comércio é uma área definitiva. Não haverá mais rodadas. Se chegarmos à tarifa zero com os Estados Unidos e os demais países do Hemisfério, como gostaríamos, isso será algo definitivo, até mesmo em matéria de implicações internas para nós.

Então, o mais importante é que possamos conversar. Louvo a iniciativa da Assembléia Legislativa, pois essa é uma oportunidade de conversar com vocês e ouvir os seus comentários, o que, para mim, é um aprendizado muito importante. Acho que quanto mais eu puder ouvir, como negociador, opiniões diferentes de todos os segmentos da sociedade, mais legítimo será o que fizermos, como Itamarati, na mesa de negociações. Isso tem uma validade muito grande e, mais ainda, é algo inédito. Como disse, há dez anos, quando negociávamos, não tínhamos essa participação tão ativa da sociedade. Quero agradecer a todos esta oportunidade. Obrigado.

O Sr. Presidente - Também quero agradecer ao Ministro e à Martha, e dizer da importância de estarmos discutindo um tema tão desafiador, polêmico e relevante no contexto das nações que compõem a nossa América. Estou convencido de que é por meio do debate que vamos encontrar os melhores caminhos para, juntos - empresários, trabalhadores e governantes -, construirmos este País como uma nação justa, fraterna e capaz de oferecer a todos a oportunidade de desenvolver plenamente os seus talentos.

A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e participantes, bem como ao público em geral, pela honrosa presença.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 22/8/2003

Presidência dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Carlos Andrada e Chico Simões

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras da Deputada Federal Maria do Carmo Lara - Palavras da Sra. Dirlene Marques - Palavras do Sr. Jorge Perutz - Palavras do Sr. Paulo Lavigne - Palavras do Sr. Plínio de Arruda Sampaio Filho - Palavras do Ministro Régis Arslanian - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Antônio Carlos Andrada - Chico Simões - Rogério Correia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Antônio Carlos Andrada, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Ministro Régis Arslanian, Diretor-Geral do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores; Deputada Federal Maria do Carmo Lara; Plínio de Arruda Sampaio Filho, Professor do Instituto de Economia da Unicamp; Jorge Perutz, Representante da Câmara Americana de Comércio; Paulo Lavigne, Coordenador do Curso de Relações Internacionais da PUC-Minas; Dirlene Marques, Membro da Coordenação do Fórum Social Brasileiro e Presidente do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais; e os Deputados Chico Simões e Rogério Correia.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Carlos Andrada) - Destina-se esta reunião à realização do 2º Painel do Ciclo de Debates "O Brasil na ALCA", que tratará do tema "A ALCA e suas Implicações Socioeconômicas".

Palavras da Deputada Federal Maria do Carmo Lara

Cumprimento o Deputado Antônio Carlos Andrada, um dos propositores e Presidente da Mesa; o Deputado Adelmo Carneiro Leão, a quem parabeno por trazer essa discussão para Minas Gerais; todos os Deputados que se somaram no trabalho de formação da frente parlamentar; os expositores e expositoras. Meu objetivo é trazer uma saudação em nome do Deputado Federal, pelo PT de São Paulo, e Coordenador da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da ALCA em Defesa da Soberania, na Câmara Federal, Luiz Eduardo Greenhalgh. Foi convidado para este debate, mas, devido a outros compromissos em Brasília, não pôde vir, pedindo-me que o substituísse. Deixarei aqui uma circular dos trabalhos. (- Lê:)

"Em reunião da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania, no dia 12 de agosto corrente, considerou-se conveniente que a Direção da Frente fosse integrada por colegiado composto por 5 Coordenadores, tendo como critério a diversidade partidária. Apresentaram-se, na ocasião, o nomes dos Deputados Luiz Eduardo Greenhalgh, Sérgio Miranda, Néelson Marquezelli, Renato Casagrande e Jackson Barreto, que foram aprovados pelos presentes.

Tendo em vista a multiplicidade e a especialização dessas negociações, considerou-se adequado, ademais, que fossem criados 9 cargos de Subcoordenadores, que espelhassem os 9 grupos de negociação atuais; a questão dos mercados, serviços, agricultura, compras, de investimentos e outros. E que a Frente acompanhasse e incentivasse a formação de Frentes Parlamentares nos Estados."

Quero dizer da importância da Assembléia Estadual de Minas Gerais, dos Deputados, da Coordenação, da Presidência do Deputado Adelmo Carneiro Leão por estarem fazendo acontecer a Frente Estadual para discutir a questão da ALCA. Trata-se de um assunto sério, que não começou a ser discutido hoje. Com certeza, aqueles que ouviram a Mesa, pela manhã, e os que ouvirão os expositores, agora, perceberão a importância da participação dos parlamentares e do parlamento nessa questão.

Nós, parlamentares, estarmos discutindo, propondo e querendo participar ativamente dessas discussões é fundamental para que o Brasil avance. Devemos ter uma participação clara, de cabeça erguida, no que se refere a esse tema, não nos posicionando como subservientes. Sabemos que é importante a nossa participação e temos a clareza de que, com o Governo Lula, nossas negociações e debates serão diferentes.

Parabeno, mais uma vez, os organizadores da Frente deste Estado. Com muito alegria, trago o abraço do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh por essa iniciativa e por estarem somando conosco, nessa preocupação de estarmos atentos, acompanhando, propondo e não deixando que este País fique refém de questões internacionais, sem que tenhamos participação séria, que leve em conta os interesses de nosso País. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Dirlene Marques

Boa tarde. Cumprimento os companheiros e companheiras aqui presentes e a Mesa, dizendo que esta é uma discussão importante, diante dos atuais processos. Discutir a ALCA é sempre importante, mas implica escolher algumas questões principais a serem tratadas, devido à abrangência do tema. Escolherei duas que considero relevantes: a idéia do livre comércio e os investimentos.

Há vários anos que o Tratado da ALCA vem tomando forma a partir das negociações dos 9 grupos negociadores. Na realidade, a ALCA começou a desenhar-se no início dos anos 90, mas esteve congelada até 1998. A iniciativa tomou novo impulso sobre a Presidência de George Bush e nos encontros realizados em Buenos Aires e no Quebec, onde apareceu a proposta de adiantar e agilizar as negociações, com final previsto para 2005.

O livre comércio tem sido o lado mais divulgado por aqueles que defendem a ALCA. Essa idéia tem sido defendida há mais de dois séculos e meio por teóricos britânicos. Entre eles, o mais conhecido é Adam Smith, com o tão falado "laissez-faire".

Esse princípio é a transposição para o âmbito das trocas internacionais do princípio colocado para as trocas internas, ou seja, para o funcionamento dos mercados internos, segundo o qual a ausência de restrições, de barreiras às livres forças que atuam no mercado, conduziria, em última instância, ao bem-estar geral da população e a uma melhoria do padrão de vida de todos. Lembre-se que estamos falando de uma época em que pequenas e médias empresas é que disputavam o mercado, a chamada etapa da concorrência perfeita. Falamos de um mercado oligopolizado pelas megaempresas dos EUA em que as microempresas e as pequenas e médias empresas brasileiras teriam de competir. Além disso, as empresas brasileiras estão com as condições de competitividade muito pioradas, pois pagam taxa de juros de 22% ao ano, enquanto nos EUA a taxa fica em torno de 1,5%. Pagam impostos que oneram todas as fases da produção, enquanto nos EUA o imposto sobre a produção é mínimo. Portanto, a desigualdade na competitividade já está colocada. Nessa situação, só resta aumentar a exploração sobre o trabalhador, reduzindo o salário e intensificando a jornada e o ritmo de trabalho. Mas ao argumento da livre concorrência acrescenta-se outro, o das vantagens comparativas, em que a disponibilidade relativa de "fatores" de produção, terra, trabalho e capital permite que cada país se especialize, "com vantagem", na produção de alguns produtos e possam vendê-los competitivamente no mercado internacional. Ou seja, a divisão internacional estabelecida com base na especialização de cada país (produtores agrícolas, produtores de produtos industrializados, de produtos pesqueiros, etc.) equivaleria à divisão mais eficiente, em que cada país produziria com o mínimo custo, e todos os países, ao comercializarem seus produtos entre si, sairiam ganhando, e o mundo alcançaria bem-estar e alto padrão de vida. Essa lógica é ainda mais perversa. Ela implica uma divisão internacional do trabalho, em que a tendência dita natural de um país como o Brasil seria o de produtor de bens agropecuários e importador de produtos de maior tecnologia dos EUA. O concreto é que teríamos de abrir mão de um projeto de desenvolvimento e aceitarmos a condição de subdesenvolvidos e subordinados aos EUA. Mas vamos supor que, mesmo sabendo de todas as condições acima, pudéssemos aceitar a proposta de livre comércio, com a idéia hoje posta de que, ao retirar as barreiras alfandegárias, haveria uma igualdade na concorrência. Mas nem isso está posto. Como todos têm acompanhado, para os EUA são "dois pesos, duas medidas": liberdade para os mercados em que eles podem facilmente prevalecer, e restrições e proteções diversas para os outros. Por isso, é que continuam com a lei "antidumping". Por isso também, continuam com seus enormes subsídios, em especial sobre os produtos agrícolas. Como se isso não fosse suficiente, o Congresso norte-americano limitou as possibilidades de negociação, excluindo da pauta em torno de 300 produtos. Coincidentemente são os produtos com que o Brasil poderia ter alguma competitividade no mercado americano, como o aço, o suco

de laranja, os produtos têxteis.

Mas a FIESP, para testar essa situação, e acreditando em uma ALCA melhorada, como muitos no Brasil ainda acreditam, fez uma pesquisa, divulgada em junho de 2002, considerando a melhor das hipóteses, isto é, a retirada de todas as barreiras alfandegárias, e concluiu que, mesmo nessa hipótese, o Brasil perderia por ano em torno de U\$1.000.000.000,00 nas relações comerciais e ainda levaria à falência setores que têm alto nível tecnológico.

Mesmo reconhecendo as desvantagens e limitações da ALCA, há quem recomende a adesão a esse tratado com o argumento de que não participar significaria condenar o Brasil ao isolamento e à perda de mercados; contudo, a não-participação do Brasil em uma eventual ALCA - ou em uma zona de livre comércio com a União Européia - não nos impediria de continuar ampliando nossas exportações para esses e outros mercados. A expansão do comércio internacional não pressupõe o livre comércio. É só observarmos o comportamento das três maiores potências econômicas do planeta: os EUA, a União Européia e o Japão, que mantêm forte e crescente inter-relacionamento comercial, nunca tiveram - e nem pretendem ter — acordos de livre comércio entre si.

Tampouco tem cabimento a idéia de que não participar da ALCA deixaria o Brasil isolado na América. Os países latino-americanos têm, regra geral, economias bem menores e menos desenvolvidas do que a brasileira; não competem de forma significativa com o Brasil nos mercados dos EUA. Os países que poderiam concorrer mais fortemente conosco, o Canadá e o México, já fazem parte do NAFTA e a criação da ALCA não modificaria sua posição competitiva.

Se existe o receio de que a ALCA sem o Brasil nos levaria à perda de mercados sul-americanos para as exportações norte-americanas, o Governo brasileiro sempre teria a opção de negociar acordos de livre comércio com países vizinhos sem ter de assinar acordo desse tipo com os Estados Unidos.

Outros analistas argumentam que só o mercado interno não nos possibilita sair do subdesenvolvimento e que a ALCA contribuirá para desenvolver a nossa capacidade exportadora e favorecerá a entrada da região no maior mercado do mundo. Já mostramos que os produtos competitivos brasileiros não terão o mercado norte-americano aberto e que também não teremos o fechamento do mercado latino-americano. Além disso, os países subdesenvolvidos têm um poderoso mercado interno, o que lhes dá maior vantagem na competitividade internacional.

Espero ter conseguido demonstrar que não existe livre comércio, que, no mundo atual, é ficção. Se tudo isso não é suficiente, exemplificaremos com o que tem ocorrido no México, integrado no NAFTA. Como já disseram, pobre México, tão perto dos Estados Unidos e tão longe de Deus. Naquele país, as pessoas que apoiaram o NAFTA, acreditando que traria desenvolvimento, tiveram de fechar suas lojas e pequenas fábricas, porque, hoje, os "Wall-Marts" da vida controlam todo o mercado varejista, comprando os produtos na China e em diferentes países para vender no México, em detrimento dos fabricantes locais. Apenas na fronteira têm havido mais investimentos, com as tão faladas maquiadoras. No Brasil, se propagandeia sua instalação e a criação de 800 mil empregos, como ocorreu no México, entre 1º de janeiro - quando a NAFTA entrou em vigor - até hoje. Mas não mostram que, de outro lado, houve a perda de 2 milhões a 2 milhões e meio de postos de trabalho no comércio varejista e nas pequenas indústrias. Além disso, 5 milhões de famílias de agricultores perderam seu meio de sustento. O NAFTA, assim como o atual projeto da ALCA, permite aos Estados Unidos continuar a subsidiar a agricultura. Então, que adianta tarifa zero, se o produtor americano tem subsídio do governo e o mexicano, nenhum? São pessoas que apoiaram o NAFTA, inicialmente, porque acreditavam que traria desenvolvimento. Por tudo isso, deveríamos ser contrários à ALCA.

Daremos um passo a frente para discutir o capítulo de investimentos. Vamos novamente tomar o NAFTA como referência. Um dos pontos mais polêmicos do NAFTA, da ALCA e da OMC é o que trata de investimentos. Esse regulamento tem sido usado por empresas multinacionais para fazer reverter decisões tomadas por governos federais, estaduais e municipais no México, no Canadá e nos Estados Unidos.

O Capítulo 11 do NAFTA concede garantias e proteções jurídicas especiais e novos direitos às empresas multinacionais. Esses direitos são garantidos por meio de tribunais privados e secretos, independentes dos sistemas judiciais locais. Prevê, ainda, novas garantias e facilidades para empresas estrangeiras comprarem empresas nacionais, terras e se apropriarem de recursos naturais, além de permitir que movam ações contra políticas e regulamentos de governos federais, estaduais ou locais. Se uma empresa considerar que seus direitos foram violados, pode impugnar as leis ou políticas do governo que hospeda seus investimentos, utilizando o sistema de solução de controvérsias entre um investidor e um Estado. De acordo com esse sistema, um investidor privado pode mover ação contra qualquer governo membro do tratado que se recuse a conceder-lhe os privilégios previstos no NAFTA.

Por exemplo, a United Parcel Service - UPS -, empresa privada norte-americana prestadora de serviços de correio, moveu ação contra o Serviço Postal Canadense, impugnando judicialmente a prestação de serviços de distribuição de objetos postais pelo governo, além de pedir indenização de US\$160.000.000,00. Essa ação gerou grande oposição ao NAFTA por parte da sociedade canadense. Alguns sindicatos e entidades da sociedade civil deram entrada a uma ação na Suprema Corte, alegando a inconstitucionalidade do NAFTA, por permitir que empresas estrangeiras impedissem o governo de legislar sobre meio ambiente, utilização do solo, planejamento urbano e até mesmo fornecer serviços públicos para a população.

O mais importante é que as ações das empresas contra o Estado são julgadas por organismos especiais de arbitragem internacional, sem o conhecimento da imprensa nem de nenhum tipo de participação pública. O Capítulo 11 estabelece dois desses organismos: a Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional e o Centro Internacional para o Acerto de Diferenças em torno de Investimentos, do Banco Mundial, cujos membros atuam como juízes e jurados ao mesmo tempo. Esses tribunais têm poderes para obrigar um país a pagar soma ilimitada de recursos, retirados obviamente de seus contribuintes, a título de indenização a uma empresa.

Esse mesmo tipo de acordo está sendo negociado na ALCA. Por tudo isso, a nossa luta é pela soberania e pela dignidade do povo brasileiro, pois nenhuma regra pode ser superior às normas criadas pelo Brasil. Como diz o nosso grande mestre Dalmo Dalari, é preciso fazer diferenciação entre os acordos internacionais que impliquem a submissão do Brasil a determinadas regras constantes em tratados, pactos, convenções e acordos internacionais, sem obrigar os órgãos do poder público a tomarem decisões que contrariam interesse público nacional relevante e os acordos externos que, em sentido contrário, entregam parcela do Governo a entidades internacionais.

No primeiro caso não há inconstitucionalidade, tanto pelo alcance limitado das restrições livremente aceitas, quanto pelas circunstâncias de que, estando inteiramente preservado o direito da autodeterminação, o Brasil poderá denunciar o tratado ou acordo retirando-se dele quando for necessário ou conveniente para a preservação da soberania. No segundo caso, a entrega de parcela do Governo a entidade externa provoca ofensa à Constituição por dois motivos: um é que as funções de governo são exercidas por delegação do povo. Não pode o governante transferir a terceiros um poder que só exerce por delegação, que pertence ao povo.

Outro princípio constitucional é o da dignidade da pessoa humana. Demonstração eloqüente das graves conseqüências que o desrespeito a esse princípio pode acarretar está evidente no aumento do desemprego, da marginalização, das discriminações econômicas e sociais, resultantes da submissão do Brasil às metas do FMI. O mais escandaloso efeito dessa entrega do Governo ao FMI é a obsessão pelo pagamento regular dos juros da dívida externa e o vergonhoso superávit de 4,25% às custas do emprego, do salário, da saúde, da educação, das estradas, da habitação e da reforma agrária. Enfim, da vida do povo brasileiro.

A posição dos negociadores brasileiros na ALCA tem sido marcada por relativa ambigüidade e até por certa contradição. Por um lado, os representantes do Itamaraty afirmam que ao Brasil interessa consolidar o MERCOSUL e adiar ao máximo a conclusão das negociações. Por outro lado, o Governo brasileiro assina carta de intenções com Bush para concluir as negociações em 2005.

Nestas alturas, não podemos mais ter dúvidas de que esse tratado corresponde a estratégia dos EUA para superar seu problema de sobreprodução, para subordinar os espaços geoeconômicos do continente às megaempresas norte-americanas e para criar um bloco regional dominado pelos EUA, capaz de suplantando a competição da União Européia e do bloco asiático na disputa pela hegemonia econômica, geopolítica e cultural do planeta.

Quanto mais leio sobre o assunto, mais fico indignada com esse acordo e não entendo como alguns cidadãos de nosso País, que conhecem o acordo, podem ser favoráveis a ele, mesmo com o argumento de uma ALCA melhorada.

O movimento de luta contra a ALCA só quer que o Governo acredite no povo brasileiro e na democracia. Queremos um plebiscito. Queremos que o povo seja ouvido oficialmente. Os movimentos sociais organizaram plebiscito no ano passado, conseguindo mais de 10.000.000 de votos. Em Minas, conseguimos 1.300.000 assinaturas. Não propomos que o Governo assumira sozinho dizer "não" à ALCA. Queremos que ele acredite no nosso povo e abra essa discussão chamando o plebiscito oficial. Dessa forma estará respaldado por milhões de brasileiros para assumir posição clara frente à ALCA. Para viabilizar essa proposta da convocação de plebiscito, estamos colhendo assinaturas na entrada do Plenário. Convidamos a todos que querem participar dessa luta para uma reunião, segunda-feira, na secretaria do Fórum Social Brasileiro, às 18h30min.

Companheiros, temos de saber que o Brasil não é o Panamá, nem o Haiti, nem a combativa e pequenina Cuba. O Brasil é Nação com espaço territorial, recursos naturais, conhecimento tecnológico, grande história e grande povo. Trata-se de país com potencial para se tornar grande nação. Por isso lutamos e gostaríamos que todos estivessem conosco. Obrigada.

Palavras do Sr. Jorge Perutz

Parabênizo a Assembléia por esta iniciativa. O debate da ALCA é aberto, por isso é extremamente importante que esta Casa participe mais ampliadamente.

Acompanho o processo da ALCA desde 1996, quando preparamos a reunião ministerial de 1997 em Belo Horizonte. Percebi certos pontos na evolução da discussão. Um deles é que o debate da ALCA é o mais aberto. No debate da União Européia não houve participação popular nem de empresários. No MERCOSUL também não houve essa participação. Essa abertura no debate da ALCA ocorreu muito por iniciativa do Governo brasileiro, que sempre fez questão que assim fosse. Tanto é que há "sites" oficiais da ALCA na Internet, onde podemos consultar de tudo, inclusive o dia-a-dia das reuniões, todos os acordos e protocolos. Temos de aproveitar essa abertura e conversar muito.

Nos últimos anos, notei que nós, brasileiros, variamos nossa percepção do que somos: de muito pequenos a, às vezes, muito grandes. Economicamente, se comparamos com os Estados Unidos, é lógico que é infinitamente maior. Mas por que colocam tantas barreiras, fazem leis "antidumping" justamente contra o Brasil? É porque somos fracos? Não, é porque têm receio.

Conheço alguns estudos, por exemplo, do aço. O Brasil investiu nos últimos anos US\$8.000.000.000,00 na indústria siderúrgica. O resultado disso foi que a média da produção de aço para exportação é 30% mais barata que a produção americana também para exportação. É um número respeitável. Seríamos imbatíveis. Por isso, o receio deles.

No setor agrícola, não sei dizer exatamente todos os produtos, mas certamente entre eles estão a soja e o café. O preço de cinco produtos agrícolas brasileiros no mercado mundial é 25% menor, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Nossos têxteis também são mais baratos, e, nesse setor, somos consideravelmente maiores. Por isso têm receio.

Já que a discussão bilateral não modificou a situação, a ALCA seria o fórum adequado. Torna-se necessário negociar sempre. O Brasil não aceitará o que lhe for prejudicial. Sob o ponto de vista da soberania, é necessário haver discussão. Não comungo com a idéia de que, sem a ALCA, o Brasil sairá perdendo, porque os Estados Unidos também perderão. A decisão madura do Brasil, de não fazer parte, será melhor.

Sob a ótica da negociação, o Governo brasileiro tem sido firme. Ao contrário do que dizem, o Brasil não está cedendo. Nada será decidido sem que tudo esteja discutido. Se um único item dos 1.500 não for negociado, não existirá a ALCA. Veremos em breve se a discussão de 2005 será possível. Os Estados Unidos têm de pensar muito bem a respeito da ALCA, já que a questão não caminha para uma decisão feliz. Não se trata de indústria, mas sim de comércio e serviço. Serviço abrange área bancária, da saúde, educação, informática, propriedade intelectual, etc. As tarifas representam apenas um dos problemas. Como negociaremos a propriedade intelectual? A área de compras governamentais também é complicada, porque abrange os Governos Federal, Estadual e municipal. Há grande massa circulante de recursos. Portanto, tenho convicção de que o Brasil não aceitará negociação nesse sentido.

Saliento que, dentro desta negociação, pode-se realizar muita coisa em paralelo. Por exemplo, há alguns meses, nós, da Câmara Americana, que defendemos a indústria nacional juntamente aos consumidores de aço americano, às fábricas de automóveis e motos, ao setor doméstico, como geladeiras, linha branca, etc., mostramos, por meio de um trabalho, que, como eles compram produtos dos EUA 30% mais caro que no Brasil, encarecem sua produção. Então, há essa diferença e o custo do incentivo deles à indústria. Isso representa alguns bilhões. Devemos realizar trabalhos dessa maneira também em outros setores em defesa da indústria nacional e da agroindústria. Podemos e devemos convencer os consumidores do exterior de que pagam mais pelos produtos que consomem e de que o Governo poderia gastar os subsídios em outros setores sociais.

Não vejo como ser a favor ou contra uma ALCA que não existe. Há um projeto e discussões. Por tudo que vi, estou convicto de que não é possível sair do debate. Isso seria crime. Devemos debater até a exaustão e, finalmente, verificar se isso será ou não vantajoso para o País sem o receio de que, se não entrarmos, perderemos mercado. Quer dizer: ganhar alguma coisa é melhor que realizar uma negociação ruim.

Há muito tempo acompanho o trabalho do Ministro no Itamaraty. Tenho plena convicção de que essa negociação está sendo muito bem realizada por pessoas competentes. Não há dúvidas, por parte do Governo Federal, do que realizar nesse sentido. Basicamente, era o que tinha a dizer. Obrigado.

Palavras do Sr. Paulo Lavigne

Boa tarde a todos. Saúdo esta Casa pela iniciativa da criação desta frente parlamentar. Primeiramente, faço uma reflexão sobre este debate relacionado à ALCA e ao que ela alcança na esfera pública brasileira.

Teremos uma idéia da importância deste debate. Estamos nos aproximando de 2005. Até onde temos notícia, o Congresso Nacional, na história

republicana, jamais votou contrariamente a decisão internacional do Executivo brasileiro. O próprio processo de debate da ALCA, alcançando os parlamentos brasileiros, estaduais, hoje, vê-se enredando empresários e segmentos da sociedade civil e sindicatos. Isso já é um ganho do ponto de vista da tomada de decisão sobre a política externa brasileira, pois é um fato inédito na nossa história republicana. Jamais se viu um evento internacional ocupar o espaço das tribunas dos parlamentos brasileiros e tal mobilização da sociedade civil nos últimos tempos.

A partir desse fato expressivo, ou seja, dessa frente parlamentar e dessa mobilização da sociedade civil e de empresários, destaco a importância deste debate, que vai além da demonização da ALCA e da euforia relacionada ao livre comércio. Essa euforia trata o livre comércio como condição para se alcançar a prosperidade e o bem-estar.

Parece que o debate público da ALCA tem a virtude de gerar um campo intermediário que vê o livre comércio não como um demônio que vai usurpar nossa soberania, tampouco como solução de todos os nossos problemas. O livre comércio é um instrumento que pode ser usado, produzindo resultados positivos ou absolutamente negativos. Temos exemplos disso.

Se acompanharmos o debate da ALCA e a condução na política externa brasileira com relação a esse ponto, perceberemos que estamos numa situação extremamente difícil. O debate foi colocado no Governo do Presidente Bush pai, alimentado no Governo Clinton a partir de 1994, e hoje estamos no Governo Bush, chegando a 2005, quando seria lançada a ALCA. O tempo passou, a situação econômica doméstica brasileira se agravou, a situação econômica da Argentina se agravou, a situação econômica da América do Sul em geral se agravou. Com o agravamento da situação econômica dos países sul-americanos, coloca-se mais dificuldade na negociação do processo de formação da ALCA. Esse parece ser um ponto relevante. Se formos acompanhar esse processo de 1994 para cá, quando o Governo Clinton coloca definitivamente a ALCA na agenda hemisférica, vamos perceber que, de um primeiro momento de relativa indecisão ou de aposta no multilateralismo da integração sub-regional característica do primeiro Governo Fernando Henrique até o presente momento, o Brasil perdeu uma série de oportunidades de fazer o que hoje está fazendo de fato. Num primeiro momento, no Governo Fernando Henrique, todos devem se lembrar do processo de estabilização econômica com o Plano Real, o Brasil apostava, quase que cegamente, em primeiro lugar nas negociações multilaterais e na construção do MERCOSUL. Num segundo momento, já ao final do segundo Governo FHC, no momento em que a Argentina vivia o impacto da sua maior crise econômica, no momento em que as esperanças e expectativas com o livre comércio e o processo de globalização que foi progressivamente se mostrando como assimétrico já se mostravam infundadas, o Governo brasileiro lança uma iniciativa que foi a Cúpula Sul-Americana de Brasília, na tentativa de reunir na Capital brasileira os Governos sul-americanos para enfrentarem, de um lado, a ação unipolar norte-americana no subcontinente sul-americano e, de outro, para tentar uma integração com vistas ao enfrentamento da questão da ALCA. De 2000 a 2003, as iniciativas nesse campo no sentido da tentativa de construção de um espaço sul-americano que de alguma maneira pudessem se contrapor às iniciativas norte-americanas de construção da ALCA não passaram de pura retórica.

É importante saudar uma política externa que é ativa, afirmativa no sentido de colocar recursos nacionais para a construção da integração latino-americana de fato, disponibilizando recursos mesmo do BNDES. Em segundo lugar, houve a tentativa de se contrapor às iniciativas norte-americanas junto à OMC, por exemplo, com a criação do Grupo dos Três, que reúne o Brasil, a África do Sul e a Índia, tendendo, no futuro, a incluir a China e a Rússia, numa tentativa de formação de novo bloco político-econômico internacional, com vistas ao enfrentamento de questões cruciais para esses países, inclusive a dos serviços e dos investimentos.

Quero destacar que hoje nos encontramos em situação muito mais frágil do que estávamos em 1994, porque a nossa economia está fragilizada. Estamos também dependurados no hemisfério americano, nas Américas, em mais de 50% das nossas exportações. A tentativa brasileira de vetar a ALCA parece cada dia mais difícil e improcedente, uma vez que a capacidade de cooptação pelos Estados Unidos dos Estados sul-americanos que vivem crises econômicas ou dos que ainda não passaram pelas crises econômicas, como o Chile, pode significar para o Brasil um enorme dano e prejuízo em suas relações comerciais. O Brasil é dependente das relações comerciais que estabelece tanto com os Estados Unidos quanto com os países das Américas. Uma tentativa de vetar a ALCA, dizendo não, ou imaginar uma eventual inexistência da ALCA sem a participação brasileira parece bastante improcedente.

Nos próximos dois anos, teremos diante de nós o desafio de consolidar, de um lado, a integração sul-americana, que parece ser o caminho que a diplomacia vem assumindo ultimamente e, do outro lado, fortalecer os laços comerciais e políticos com países do chamado G-3, tentando a sua ampliação para um eventual G-5, o que fortaleceria a posição brasileira, tanto na negociação da ALCA, quanto nas negociações da OMC.

Em terceiro lugar, seria uma tentativa de reforço e de aceleração do processo de negociação com a própria União Européia. Somente dessa maneira, poderemos enfrentar os desafios que estão levantados para a negociação da ALCA, aquém de nossa capacidade de negociação, pois nossa capacidade de veto estaria no momento cada vez mais distante. Era o que tinha que dizer. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Plínio de Arruda Sampaio Filho

Boa-tarde! Em primeiro lugar, agradeço o convite da Assembléia, na pessoa do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Quero saudar a iniciativa do comitê mineiro de fazer um amplo debate sobre a ALCA, que é um setor estratégico para o nosso País. Serei breve na minha fala, mas procurarei ser bem objetivo para destacar os pontos que considero mais importantes.

A ALCA não é apenas uma negociação de livre comércio. Ela é um acordo muito mais amplo e, como disse o Ministro no período da manhã, é um acordo definitivo para o Brasil. Portanto, temos que fazer um balanço definitivo sobre o impacto da ALCA na vida nacional. Qual é o espírito da ALCA? É o aprofundamento do neoliberalismo. O patamar mínimo da ALCA é o NAFTA. É daí para cima.

A lógica que movimenta a ALCA é a lógica dos negócios e da busca desesperada de nossas elites em copiar os estilos de vida das economias centrais.

É isto que movimenta a ALCA: fazer do Brasil grande negócio para o capital e, no processo, permitir que exígua parcela da nossa população possa copiar os estilos de vida do centro. A ALCA é, portanto, esforço para dar sobrevida ao famigerado modelo econômico brasileiro.

Qual o impacto socioeconômico da ALCA? É um impacto devastador sobre a região latino-americana. A ALCA não significa a integração da América Latina, mas a sua desintegração. O impacto econômico e social da ALCA sobre os nossos países seria de extrema gravidade e provocaria concorrência predatória entre os países da região. O motivo disso é muito simples: a brutal assimetria na correlação de forças econômica e política entre os países latino-americanos e o regente-mor da ALCA: os Estados Unidos. Essa é a questão central.

Dentro desse movimento, o Brasil, provavelmente, é quem mais perde e menos ganha com a ALCA. Mais perde por ter parque industrial e, de maneira geral, parque produtivo redundante, por competir com o norte-americano. Havendo redundância, um terá de ser liquidado. Evidentemente, será liquidado o mais fraco. Só para informar, o Brasil tem produtividade média de trabalho pelo menos dez vezes inferior à produtividade média da economia norte-americana. Nossas empresas são muito mais débeis do que os gigantes americanos. Nossas condições sistêmicas de competitividade internacional são incomparavelmente inferiores às condições da economia norte-americana. O Brasil é quem menos ganha com a ALCA, pois a eventual compensação de se entrar na ALCA - mordiscar parcelas do mercado americano - ficará barrada pela política neomercantilista adotada pelo governo norte-americano. Portanto, temos muito a perder e muito pouco a ganhar. Essa é a nossa situação na ALCA. Isso não quer dizer que devemos subestimar os amigos da ALCA no Brasil. Temos poderosos aliados da ALCA dentro e fora do nosso País, empurrando a ALCA goela abaixo do nosso povo. Quem são os amigos da ALCA? Todos os sócios do modelo econômico

brasileiro, de maneira geral, e os sócios do modelo neoliberal, em particular, pois a ALCA nada mais é do que radicalização da opção neoliberal da política econômica brasileira.

Quando posta em perspectiva histórica, a ALCA significa mudança de qualidade no processo de reversão neocolonial, já em curso no Brasil há algumas décadas. Temos de levar a ALCA muito a sério. Pela manhã, disse o Ministro, honestamente, tratar-se de acordo definitivo. Então, antes de tomar decisão, temos de pensar bem. A ALCA significa mudança de qualidade na degradingolada economia brasileira. Celso Furtado, nosso maior intelectual, em 1992, escreveu o livro "Brasil, Construção Interrompida". Qual a tese desse livro? Que estamos ameaçados de reversão neocolonial, provocada pelo avanço do mercado, pela retração e desorganização do Estado brasileiro.

A ALCA, portanto, vai na contramão das necessidades históricas do povo brasileiro. O que o Brasil precisa hoje é deter a reversão neocolonial, consumir a longa transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã, integrando o conjunto do povo brasileiro no desenvolvimento nacional, priorizando a economia nacional, a existência autônoma do Brasil, a criação de forças próprias para conduzir a vida nacional, não organizar o País em função de interesses estranhos, espúrios, que vêm de fora, que nos são impostos. Essa é a gravidade do momento histórico que estamos vivendo. A ALCA não é um acordinho a mais, está dentro de um conjunto. Temos de ter absoluta clareza desse conjunto, saber o que é e combatê-la. Estamos negociando a ALCA num contexto histórico, externo e interno, extraordinariamente adverso. No externo, porque o império está mais agressivo do que nunca, está em crise econômica profunda, precisa de mercado, não respeita lei nenhuma. Prevalece, na lógica do Estado norte-americano, o princípio do unilateralismo, faço o que quero, do jeito que quero, sou mais forte e aproveito minha posição de força. O espaço da negociação é mínimo. Internamente, estamos com economia debilitada, em frangalhos, numa crise cambial monumental. Temos de enfrentá-la com estrutura estatal neoliberal. O Estado brasileiro é neoliberal, rejeita tudo que não seja a favor do mercado. Temos de enfrentar essa negociação num contexto que o neoliberalismo criou, uma blindagem institucional e mental que impede o Brasil de buscar novos rumos. São sintomas dessa blindagem a Lei de Responsabilidade Fiscal, a independência do Banco Central, as agências reguladoras, a abertura indiscriminada da economia brasileira, a própria ALCA, a reforma da Previdência, em curso, a reforma fiscal, absolutamente neoliberal, a lei de falência, que está sendo preparada. Estamos sitiados. O capital faz, na marra, o que quer, porque tem o poder descomunal de produzir crise violentíssima na economia brasileira, se o Estado ousar se contrapor aos seus interesses. E pior do que a blindagem institucional é a mental. Convenceram os brasileiros de que não há saída fora do neoliberalismo. É neoliberalismo ou neoliberalismo. O máximo que poderíamos escolher, dentro da família do neoliberalismo, seria o neoliberalismo. E foi infeliz a escolha do Presidente Lula, quando escolheu Palocci, que, dentro da família neoliberal, é o mais radical da direita. Isso é só um parêntese, porque nem é assunto da nossa discussão. Estamos numa situação complicada. Caracteriza essa blindagem mental a estigmatização da idéia de ruptura, de alternativa, a prevalência de um sentimento difuso de que a história acabou, de que não há jeito, de que vamos ter que nos ajustar, de que não temos outra saída, de que os Estados Unidos são fortes demais, de que vamos ter que nos acomodar, como se o Brasil não tivesse mais futuro. A verdade é que o Brasil não pode se acomodar, porque o que está em questão é um problema definitivo.

Sem exageros, o que está em questão não é uma retórica empolgada, mas o futuro do Brasil. Esse é o diagnóstico do Celso Furtado e de todos os nossos grandes pensadores. Trata-se do sentimento do povo. O País está degradingolando. Essa é a realidade. Portanto, temos de dizer não à ALCA. Isso significa sair do neoliberalismo. É impossível negar a ALCA e permanecer no neoliberalismo, porque é a tábua de salvação desse sistema no Brasil. Sair do neoliberalismo significa negar a situação atual e afirmar outra maneira de organizar a sociedade brasileira. Temos de enfrentar o capital financeiro e o problema da dívida externa, impor controles ao movimento de capital, recuperar a capacidade de regulação do Estado brasileiro, estatizar o Banco Central e não privatizá-lo, como está sendo solicitado pela banca.

Mas não basta negarmos o neoliberalismo. Teremos de afirmar outro modelo, criando nova agenda. A agenda do Brasil é o povo brasileiro na sua simplicidade, que tem dito aquilo que os intelectuais não têm conseguido inserir no debate público. O povo tem colocado seus problemas na agenda do Brasil. "Fila de gari no Rio de Janeiro: 30 mil brasileiros". Está na agenda o problema do emprego. "Ocupações dos sem-teto em São Paulo". O recado não poderia ser mais claro. Há muitos sem-teto, e muito teto sem gente. Precisamos de uma reforma urbana. Ocorrem ocupações dos sem-terra, expondo a vergonha de um país do tamanho que é com estrutura latifundiária concentrada. Greves, resistência do funcionalismo público a essa reforma da Previdência, absolutamente privatista. A defesa do Estado brasileiro é a defesa da sua soberania. O Brasil precisa disso, e não de refazer uma economia colonial. O Ministro Rodrigues celebra a revolução verde do Brasil, dizendo, no programa do Jô, ser novidade. Isso não é novidade, mas falta de cultura do Ministro, que não leu a história do Brasil. Essa revolução verde é a economia colonial da cana. Só não foi verde quando Minas foi o centro da colônia, pois nesse caso era amarela, representando o ouro. Não temos de organizar o País para fora, temos de fazer isso para dentro, porque temos 54 milhões de pobres.

O primeiro passo que o Governo brasileiro deve dar com relação à negociação da ALCA é se retirar dela. Lerei o que aprendi com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães em seu artigo escrito no final do ano 2000: "Deve o Brasil se retirar da ALCA". Como homem meticoloso, concluí, no item XXIX: "Por essa razão, todos os segmentos, setores, classes e organizações que compõem a sociedade brasileira devem se mobilizar e solicitar ao Congresso o impedimento da continuidade dessas negociações, pois levarão inexoravelmente a um acordo que, de um lado, impedirá o enfrentamento, com êxito, dos grandes desafios sociais brasileiros, e, por outro, reduzirá a soberania e frustrará a possibilidade de o Brasil, realizando o seu potencial, tornar-se potência tão importante quanto qualquer outra, como permite o seu território, o seu povo e o seu capital acumulado".

Não podia ser mais claro. O Ministro é um estudioso do assunto, sabe o que diz. Não há o que negociar. Temos de dizer não à ALCA. Obrigado.

O Sr. Presidente - Pela manhã, contamos com a presença do Ministro Régis Arslanian. Teve dificuldades de retornar, mas, para nossa sorte, agora participa desta reunião. Com a palavra, o Sr. Ministro.

Palavras do Ministro Régis Arslanian

Obrigado. Talvez seja para a sorte de vocês e para minha infelicidade. Se soubesse que a mesa da hoje à tarde teria esse tom tão diferente do da manhã, pegaria um carro para voltar a Brasília, para não ter de ouvir o que ouvi.

O Sr. Plínio Arruda Sampaio Filho - Se os Srs. Paulo Nogueira e Luiz Eduardo estivessem aqui pela manhã, imagino que o tom ficaria na média.

O Ministro Régis Arslanian - Estou como penetra agora. Como negociador brasileiro e Diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Itamaraty, dedico 40% do meu tempo a negociações sobre a ALCA. Só pode ser muito desafiante para mim estar aqui, conversando com vocês. Não vale a pena repetir o que já falei de manhã.

Estou envolvido com a ALCA desde 1994, quando foi lançada em Miami. Depois houve interrupção de quatro anos. Estive em Washington e agora voltei para a ALCA. Durante esse tempo, esse processo de negociação ou pelo menos de discussão sobre a ALCA, é a primeira vez que vejo a crescente participação da sociedade civil, sobretudo nas posições negociadoras que o Governo brasileiro, especificamente o Itamaraty, tem assumido frente à ALCA.

Tivemos reunião de Vice-Ministros da ALCA em El Salvador, que foi a última, há um mês e meio, quando, pela primeira vez, contamos com a presença de dois Senadores brasileiros: Capiberibe e Eduardo Azeredo. Grande parte dos 40% de meu trabalho dedico a preparar papéis, posições, pareceres do Itamaraty, que são dados ao Congresso Nacional, exposições para o Ministro Celso Amorim, para o Embaixador Samuel

Pinheiro Guimarães, que é o Secretário-Geral das Relações Exteriores junto ao Congresso, e para explicar as posições do Brasil no processo negociador da ALCA.

Temos nove grupos de negociação da ALCA. Para cada grupo há uma reunião preparatória técnica em Brasília. Isso é inédito, acontece de dois meses para cá. São convidados representantes de todos os segmentos da sociedade civil, que participam da mesa, dão subsídios, informações e influenciam nessas posições negociadoras na ALCA.

Todos eles representantes de força sindical. Parlamentares, jornalistas, trabalhadores. A coalizão empresarial está representada. Os empresários participam das reuniões e têm sido muito úteis para a formulação das nossas posições na ALCA.

Fico satisfeito por ter podido participar desta Mesa de hoje à tarde. Tomei nota das partes principais das falas de cada um dos cinco expositores da Mesa da manhã. Fico feliz com a acertada posição do Governo brasileiro, mais especificamente do Itamaraty, com relação à negociação da ALCA.

E por que tem sido acertada a posição do Governo brasileiro com relação à ALCA? Porque, pelo que pude perceber, com muita sensibilidade o Governo brasileiro decidiu mudar sua estratégia com relação à ALCA. Isso não foi dito por nenhum dos expositores. Foi divulgada pela imprensa, há um ou dois meses, essa nova estratégia, que não é apenas uma estratégia, mas uma proposta formalizada e oficializa no contexto das negociações da ALCA, nessa reunião que aconteceu em El Salvador. Houve debates na imprensa sobre isso. Foi objeto de editoriais no "Estado de São Paulo", com críticas e elogios. O que aconteceu não foi dito aqui por nenhum dos expositores. Não foi dito que o Brasil oficialmente propôs uma reestruturação da negociação da ALCA, uma vez que o Governo brasileiro percebeu que o processo de negociação, da forma como estava, não interessava aos objetivos do País.

Apresentamos essa proposta, que o Ministro Celso Amorim chamou de proposta dos três trilhos, há um mês e meio, na reunião de Vice-Ministros em El Salvador. Apresentamos em nome do MERCOSUL, por iniciativa do Brasil. Aliás, o Uruguai estava na Presidência "pro tempore" do MERCOSUL, apresentando-a em nome do MERCOSUL. Os demais 30 países, inclusive os Estados Unidos, reconheceram, formalmente, no plenário, que a ALCA não poderia continuar como estava, porque, nos 16 meses que faltam para concluirmos a negociação, não conseguiríamos nada. As negociações estão num impasse absoluto. É um projeto, não um acordo, como foi dito aqui. Não existe acordo da ALCA, existe o projeto. Não sabemos o que será a ALCA.

O Ministro Celso Amorim disse que existem, nos nove projetos de acordo, que são chamados capítulos, nos grupos negociadores, 7 mil colchetes, ou seja, praticamente o texto inteiro dos capítulos está entre colchetes. Todos os textos. Os nove grupos. Existe um impasse, quase que virtual, da negociação como um todo. E isso foi reconhecido pelos 34 países. Constou do segundo item, na agenda da reunião de El Salvador, o estado atual das negociações. E a proposta do MERCOSUL apresentada, de reestruturação do processo, de forma a fazer com que aconteça a negociação para concluir o eventual acordo, precisa ser mais realista, mais pragmática.

Temos de trabalhar mais com uma ALCA possível, e não insistir na agenda, tão abrangente como agora. A proposta do MERCOSUL foi objeto de discussão durante uma tarde inteira dos quatro dias de negociação. Vários países elogiaram, a maioria criticou. Não se esperava que, quando o MERCOSUL apresentasse a proposta pela primeira vez, fosse acolhida e fosse objeto de discussão aprofundada. A idéia do MERCOSUL era apresentar a proposta.

Nosso objetivo é ter a proposta discutida em profundidade na reunião de Vice-Ministros em Trinidad e Tobago. E que seja objeto de decisão final pelos Ministros, na reunião ministerial de Miami, que se realizará em novembro. Esperamos que, a partir daí, o processo da negociação da ALCA seja outro. Não só o MERCOSUL quer mudança, reformatamento da negociação, como outros 30 países envolvidos. Por que o Brasil apresentou proposta de reestruturação? Porque o processo estava desequilibrado. O Brasil, com nossa importância econômica, com as indústrias que possui, com a competitividade e o potencial de crescimento, não tem como ignorar a importância do mercado americano, aberto para outros países, mas fechado para o nosso.

Por infeliz coincidência, a tarifa média americana imposta para os 15 produtos principais de exportação para o mundo é de 45%, enquanto nossa tarifa média imposta para os 15 produtos de exportação é de 14%, o que equivale à nossa tarifa média em geral. Há simetria, equilíbrio maior, tratamento mais justo das nossas tarifas quanto aos produtos americanos e vice-versa. Não há como abrir e liberalizar o mercado americano.

Não temos muito potencial de crescimento comercial dentro do MERCOSUL, a menos que haja um "boom" econômico na Argentina e nos demais países do MERCOSUL. Nossas exportações deverão crescer para os grandes mercados, que são os Estados Unidos e a União Européia. Nossos produtos são mais sensíveis para o mercado americano. Nosso suco de laranja tem tarifa de 55% "ad valorem", que é muito maior que nossa tarifa média de 14%. Nossa carne não entra no mercado americano porque, supostamente, tem aftosa, mas entra no mercado europeu. Existem restrições, subsídios agrícolas, 80 bilhões de subsídios agrícolas até 2010.

Perdemos esperança de conseguir maior abertura. A liberalização completa do mercado americano, a essa altura, é impossível. A única maneira de termos maior acesso ao mercado americano seria por meio de negociação comercial com os Estados Unidos. A ALCA para áreas prioritárias como a agricultura, as investigações arbitrárias injustas em matéria de "antidumping", de direitos compensatórios, de salvaguardas, afeta nossas exportações de aço para os Estados Unidos.

Essas áreas prioritárias para o Brasil não têm sido objeto de flexibilidade por parte dos Estados Unidos, a ponto de defenderem que subsídios agrícolas e "antidumping" devem ser tratados no âmbito da OMC. Apesar de constarem da agenda, não podem ser incluídos na negociação da ALCA.

Existe enorme pressão para que avancemos nas áreas para as quais não somos demandantes - e sim eles -, como serviços e investimentos, que foram citados como área sensível e complexa. Isso é verdadeiro. A proposta apresentada pelos americanos para a área de telecomunicações na ALCA, em Puebla, durante as negociações sobre investimentos, dizia que faríamos, por exemplo, ligação telefônica local de Copacabana para Ipanema por meio da ATT, nos Estados Unidos, sem interferência de sistema de telefonia brasileiro. Além disso, pagaríamos aos Estados Unidos, mandaríamos as remessas de pagamentos de telefonemas locais àquele país. Mas a delegação brasileira nem sequer comentou ou formulou perguntas sobre tal proposta.

Como nas áreas para as quais não somos demandantes existe pressão enorme para avançar, há grande desequilíbrio, diferença entre as áreas nas quais temos interesses, como agricultura e "antidumping", e outras, como serviços, investimentos e compras governamentais, no processo negociador. Isso significa avanço desenfreado, avassalador nas áreas que não desejamos e paralisação total naquelas de nosso maior interesse.

Portanto, não podemos continuar assim, sobretudo agora, na etapa final da negociação, em que iniciaremos a discussão das concessões. Os Estados Unidos e outros países terão de fazer concessões em troca das nossas. Decidimos propor uma reestruturação do processo. O MERCOSUL apresentou a sua proposta, denominada três trilhos. Por que três trilhos? Dividimos a agenda e o mandato negociador da ALCA, acordado há quatro ou cinco anos, em três caminhos. O Ministro Celso Amorim os chamou de três trilhos. O primeiro é a via bilateral, a quatro

mais um, em que o MERCOSUL negociará com os Estados Unidos. Negociaremos, assim, de forma mais objetiva com aquele país do que se fôssemos negociar com outros países, cujos interesses são totalmente diferentes dos nossos, inclusive menos ambiciosos em matéria de comércio. Por meio da negociação bilateral, exporemos as nossas reais possibilidades, flexibilidades e pleitos. Eles farão o mesmo. Dessa forma, faremos um acordo possível nessa área e teremos uma ALCA possível a partir daí, ou seja, discutiremos somente o acesso a mercados, não regras e serviços, regras e investimentos e compras governamentais. Os dois países poderão expor, de forma mais clara, as suas reais possibilidades. Quem sabe conseguiremos parcela daquilo que poderíamos desejar da parte do mercado americano. Mas um fato é certo: eles terão a correspondente parcela, na base absoluta da reciprocidade, daquilo que poderiam querer da nossa parte.

É um esquema mais justo e equilibrado. Os temas mais sensíveis para eles, como subsídios agrícolas, apoio doméstico, "antidumping" e direitos compensatórios, como já foi determinado pelo TPA, autoridade negociadora que o Congresso dá ao Executivo, seriam discutidos na OMC, juntamente com as áreas que, para nós, são sensíveis e para as quais não somos demandantes, como serviços, investimentos e compras.

Se não querem discutir o que nos interessa, também não discutiremos o que lhes interessa.

O segundo trilho diz respeito às regras de acesso na ALCA, solução de controvérsias, regras de origem, barreiras técnicas - aspectos mais simples. O terceiro trilho se refere aos temas da OMC.

Portanto, com essa proposta, pretende-se que haja negociação do que for possível, sobretudo de forma equilibrada até janeiro de 2005. O que pudermos conseguir, será ótimo. O que não conseguirmos, fica para a OMC. Uma coisa é certa: se não alcançarmos o que queremos, também não conseguiremos tudo o que almejam. Esse ponto é importante, a proposta feita pelo MERCOSUL, por iniciativa do Brasil, mudará a feição e o formato do processo negociador. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Hélcio Braga - Comércio comercializa produtos resultantes de trabalho. A palavra trabalho vem de "tripalium", que na Roma antiga era um instrumento de tortura. Marx dizia que trabalho é "obus", transformação. Então, se transformamos as coisas, isso é ato humano. Seria possível pensar na integração, dentro do modelo da ALCA, num país com população estimada em 170 milhões de habitantes, sendo 20% de analfabetos? Seria possível integrar população com essa característica, num país produtor de avião com velocidade próxima ou superior à do som? O Brasil tem grande população de analfabetos; mas, por outro lado, possui capacidade para extrair petróleo em altas profundidades.

Em 1973, quando aconteceu o baque do petróleo, dizia-se que no Brasil não havia petróleo e que, portanto, estaria acabado. Depois, descobriu-se que no Brasil havia muito petróleo. Convivemos com essas contradições. Precisamos de garantias, e só agora foi garantida a universalização do ensino fundamental para as crianças. Temos o desafio de conseguir a universalização do ensino médio; se levamos 100 anos para isso, o que acontecerá?

É necessário pensar essa questão. A formação das pessoas que trabalharão é fundamental para garantir nossa segurança no processo de relação internacional. Gostaria de ouvir a reflexão dos expositores.

O Sr. Paulo Lavigne - A grande questão que o senhor aborda é a simetria entre os Estados que de fato negociam neste momento. Certamente os Estados têm proposta para isso, dentro da agenda de serviços, que é a transformação da educação, que para nós é um direito, uma "commodity" como outra qualquer. Não me parece que devemos aceitar isso.

O argumento que tentei construir ao longo da minha exposição é de que essa simetria tem de ser contra-arrestada, do ponto de vista brasileiro, por uma série de acordos em torno da ALCA, seja dentro das Américas ou fora, para tentar fortalecer a simetria a que se refere. Só assim, conseguiremos eventualmente dizer não à ALCA ou nos retirarmos do processo de negociação.

Hoje o problema é que boa parte das nossas exportações está pendurada ou relacionada às Américas. E se dissermos não à ALCA, ou nos retirarmos, na eventualidade da ALCA deixar de ser projeto e se transformar em realidade ficaremos numa situação comercial extremamente difícil dentro das Américas. O nosso ponto é a tentativa de reforço das relações comerciais, seja na América do Sul ou com outras regiões do planeta, para que tenhamos condição de enfrentar o processo de negociação da ALCA, caso não permaneça nos três trilhos que o MERCOSUL propõe, mas nos trilhos anteriores.

A Sra. Dirlene Marques - Acredito que essa questão é fundamental. Pelo que foi dito aqui, percebemos que há duas linhas de pensamento. A nossa não é essa que acabou de ser exposta.

Esse é um dos pontos mais importantes para mostrar a existência da simetria entre o nível de desenvolvimento de cada país. As condições que cada um possui para viabilizar uma concorrência, chamada de livre concorrência, mostra a inviabilidade nesse nível de se organizar qualquer forma de integração nos moldes apresentados.

Lembro que a União Européia, para viabilizar sua integração, primeiro fez investimentos em países com um menor nível de desenvolvimento como Grécia, Espanha e Portugal, para depois viabilizar o mínimo de integração. Não é isso que está acontecendo na ALCA, que não possui projeto de integração e de liberdade comercial.

Considere interessante o pronunciamento do Ministro, pois, ao mesmo tempo em que se mostrou surpreso com as intervenções da tarde, boa parte de sua fala mostrou a inviabilidade da existência desse projeto.

A forma de fazer o enfrentamento a essa questão é diferenciada. Mostraram-se os absurdos existentes na negociação e como os Estados se relacionam com a questão. A relação das megaempresas americanas com as pequenas e microempresas brasileiras não é de livre negociação; isso é ficção. Como existem questões que atacam a soberania, somente com a mudança do modelo brasileiro viabilizaríamos outra forma de relação.

O Sr. Presidente - Há três questões dirigidas ao Prof. Plínio. Pedro Antônio, do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais: "Pode-se dizer que a ALCA acentua o tipo de desenvolvimento desigual e combinado, ratificado pelo nacionalismo pretensamente moderno de parte das elites brasileiras?".

Mateus Cotta Ribeiro, aluno do Departamento de Geografia da PUC: "Quais seriam os meios efetivos de dizer "não" à ALCA, sabendo que o Estado, cada vez mais, perde força para o mercado, composto, em grande parte, pelos chamados "amigos da ALCA?".

François Marie, da Pastoral do Mundo do Trabalho: "Ao se referir à afirmação de outro modelo, será que conhece um lugar onde, até agora, outro modelo conseguiu tirar o povo da miséria, apesar do crescimento demográfico de 50% em 25 anos, como aconteceu no Brasil entre 1978 e 2003? Mesmo criticando o neoliberalismo, vi vários países como Espanha e Portugal diminuir drasticamente a miséria sem rejeitar drasticamente o neoliberalismo, mas abaixando a taxa de crescimento demográfico."

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Filho - Não somos contra o modo de negociação, mas contra a ALCA. Segundo o Ministro, quando a coisa aperta na ALCA, pulamos para a OMC. O liberalismo é antagônico com a educação do povo brasileiro. O representante norte-americano na OMC diz que, basicamente, esse processo de liberalização não cessará até que os estrangeiros - nós - finalmente pensem, ajam e comprem como os americanos. Portanto, a ALCA e a liberalização, que ferem nossa identidade cultural, são contra nós. Não é para educar, e sim para explorar.

A ALCA muda a qualidade da reversão neocolonial. O Brasil é subdesenvolvido. Apesar do enorme sacrifício social e da tremenda racionalidade, durante algum tempo, o Brasil conseguiu compatibilizar subdesenvolvimento e formação da Nação.

Essa compatibilidade não é mais possível. Isso é o que diz Celso Furtado no livro "Brasil, a construção interrompida". O que é a ALCA? É um recuo na formação do Brasil. Não discutiremos se há ALCA boa ou ruim, porque a melhor é péssima para o País.

Elogio a postura do novo Governo e do Itamaraty de vir ao debate. Esse é um avanço tão importante que o Ministro diz estar surpreso em escutar essas críticas. Dez milhões de brasileiros votaram pelo plebiscito da ALCA e realizaram críticas do mesmo teor, por meio de discussões em todos os confins do País. Porém, os técnicos lá de cima não escutaram. Por isso, pedimos outro plebiscito, mas que seja oficial.

A segunda questão diz que temos meios efetivos de dizer não. Isso é importante. Por isso, este debate é rico. Parabenizo o Deputado Adelmo Carneiro Leão pela convocação deste debate. Debateremos em todos os lugares. Nação, no capitalismo, não é para quem quer, mas para quem pode. Por isso, são pouquíssimas. Se quisermos dizer não, teremos de nos afirmar. Diz o Hino Brasileiro: "Ou viver na Pátria livre ou morrer pelo Brasil". A hora é agora, porque depois não haverá mais Brasil. Então, o que quer dizer "não"? Construir correlação de forças, movimento de opinião pública que mude o eixo das políticas no Brasil. Hoje nos organizamos para modernizar os padrões de consumo, ou seja, padrão de acumulação que exige concentração crescente de renda e desnacionalização crescente da economia brasileira, para gerar superávits comerciais, fiscais e grandes negócios para o capital como é a reforma da previdência.

Pensem dois minutos! São interesses estranhos aos brasileiros. Além disso, é uma economia colonial, não é para o Brasil, mas para os outros. Temos de ter forças para saber o que queremos e de pagar o preço de chegar onde queremos. Isso envolve luta. Não há outra saída nem modelo mágico.

Se há outro modelo, devemos refletir sobre ele. O ponto de partida da reflexão é quebrarmos a blindagem mental. Claro que há inúmeros, milhares de modelos. Darei dois exemplos opostos. O primeiro é a China, que tem certo problema populacional; o segundo é Cuba. Dizem que Cuba é um horror, pois possui blindagem mental, e ninguém mais pode pensar. Quer dizer, só se trabalha por estigmatização. Logo, são bloqueios mentais. No IDHU, divulgado pela ONU, Cuba está catalogada na faixa dos países em alto desenvolvimento humano e o Brasil em baixo desenvolvimento humano. Cuba é uma ilha primitiva economicamente e o Brasil é um país subdesenvolvido, mas sofisticado economicamente. O nosso problema não é o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, mas o colonialismo cultural e a desigualdade social.

Obviamente, há outras possibilidades. Porém, para isso, precisamos quebrar os bloqueios e ousar pensar fora dos parâmetros impostos pelo neoliberalismo.

O Sr. Presidente - A Presidência direcionará as perguntas formuladas ao Ministro.

Sr. Ministro, o Humberto Santos, da Secretaria da Fazenda, pergunta: "Por que o Brasil não estabelece um mercado amplo com a Comunidade Européia em vez da ALCA?" Jean Santos Otonido, do PT, pergunta: "Por qual motivo ainda continuamos as negociações com a ALCA já que todos os brasileiros são contra?" Outra pergunta, sem identificação: "Como ficarão os acordos firmados na Organização Mundial do Comércio diante da liberalização do comércio nas Américas tal como pretende a ALCA?"

O Ministro Régis Arslanian - Obrigado, Deputado. Com relação à primeira pergunta sobre por que não se negocia com a União Européia, devo dizer que o MERCOSUL já está em negociação com a União Européia. Já estamos negociando, já tivemos duas reuniões ministeriais, vamos ter, até o final do ano, mais uma reunião de alto nível e uma reunião ministerial. Já fizemos ofertas de parte a parte em matéria de bens, de serviços e investimentos. Os europeus são menos ambiciosos que os americanos em matéria de serviços e em matéria de investimentos, mas não menos protecionistas, talvez mais que os americanos, em matéria de agricultura. Há um preconceito muito maior com relação à ALCA do que com relação à União Européia; quando a União Européia pode ser e é ainda muito mais protecionista que os Estados Unidos. Qualquer negociação agrícola com a União Européia será tão difícil quanto o é com os Estados Unidos, senão mais difícil. Estamos num processo de negociação menos adiantado, na medida em que começamos há pouco tempo, um ano ou um ano e meio atrás, a partir de uma reunião ministerial do Rio de Janeiro, mas não há dúvida de que, se não houver uma reformulação completa, uma renovação da proposta da União Européia com relação à agricultura, sobretudo à luz de uma suposta reforma da política agrícola comum que fizeram recentemente, não haverá também negociação com a União Européia. Não poderá haver porque não haverá contrapartida que possamos dar para algo que não vão nos dar, que é a agricultura.

O segundo ponto, por que não saímos da ALCA, vou juntar aí um pouco do meu comentário final. Tenho que explicar um pouco o porquê da minha surpresa. Como Brasil, não podemos nos comparar com o Panamá e outros países que são, da mesma forma, participantes desse projeto da ALCA, mas que têm interesses totalmente diferentes dos nossos. Nosso tamanho territorial, nossa população, nossa economia sofisticada, como disse o Prof. Plínio, tudo tem que nos levar a ver uma negociação com os Estados Unidos, a União Européia, a Índia ou a África do Sul em condições equiparadas. Não temos porque subestimar nossa capacidade negociadora, se é que temos uma capacidade econômica e social menor que a deles. Temos o direito de negociar em condições iguais. É esse o segredo de tudo. Todos dizem que a ALCA é isso, é aquilo, que não nos traz benefício, que só temos a perder. Mas a ALCA ainda não existe. É apenas um projeto. Dependerá daquilo que negociarmos com os Estados Unidos e demais países. Se negociarmos bem a ALCA, e a proposta dos três trilhos é uma tentativa de conseguir uma melhor negociação, se conseguirmos uma boa negociação, ainda que a partir de uma agenda menos ambiciosa, poderemos ter benefícios e tirar vantagens da ALCA, vantagens na área comercial. A partir do momento em que fizemos a proposta do quatro mais um, do primeiro trilho que expliquei, falamos apenas de acesso a mercado, tarifas.

Não vamos falar mais de regras, porque ficou fora da época. Isso já é uma tentativa de fazer com que a ALCA possa se moldar aos nossos interesses. Podemos tirar vantagens dessa situação. Só porque somos parceiros mais fracos em comparação com os Estados Unidos não podemos subestimar nossa capacidade de negociação. Temos que tomar consciência de que se negociarmos bem com os americanos vamos levar vantagem. Temos que colocar isso à prova.

Não podemos sair desse projeto sem saber se podemos levar vantagem. Chegamos no ponto crucial da negociação, na etapa final. O Itamaraty e o Governo do Presidente Lula perceberam que do jeito que está não dá para continuar. Mudamos. E vamos mudar as regras do jogo. Estamos fazendo isso. Não podemos subestimar a nossa capacidade de conseguir vantagem com esse projeto.

Com relação à ambigüidade ou contradição porque, de um lado, estaríamos fortalecendo o MERCOSUL e, por outro lado, buscando um acordo de livre comércio pelo menos no contexto da ALCA, uma coisa não tem muito a ver com a outra. O MERCOSUL é um projeto de integração, estratégico, político. Temos parceria estratégica com os nossos vizinhos do MERCOSUL. Apesar das turbulências econômicas e financeiras, queremos fortalecer o MERCOSUL. Para isso, precisamos ter coesão e unidade do MERCOSUL. Estamos ampliando o MERCOSUL na América do Sul. Temos um acordo em vista com o Peru e outro com a comunidade andina.

Não vamos ampliar o MERCOSUL para incorporar os Estados Unidos nem aceitaremos que os Estados Unidos ampliem ou estendam o NAFTA para o MERCOSUL, para o Brasil. A ALCA é um acordo de livre comércio, e assim queremos que seja, isto é, que não tenha nada a ver com a soberania, com o Amazonas. Queremos que apenas signifique uma ampliação do mercado americano para os produtos brasileiros que são vitais para nós, como os siderúrgicos, têxteis, calçados, suco de laranja, açúcar, os quais, no mercado americano, têm quota menor que a da República Dominicana.

Não podemos dizer não à ALCA. Temos que pelo menos tentar maior acesso. Não podemos ignorar a importância do mercado americano para o Brasil. Temos que tentar ampliar os nossos mercados, porque temos uma indústria importante que precisa exportar mais. Quanto mais o País exportar melhor para a nossa economia. É uma possibilidade; uma opção. Estamos tentando a opção da ALCA possível. Muito obrigado.

O Sr. Edi Barbosa - Boa-tarde a todos. Sou uma das pessoas que participa dessa coleta de assinaturas em prol da realização de um plebiscito, no ano que vem, para que a sociedade brasileira possa opinar, depois de amplo debate, sobre a continuação ou não do Brasil nas negociações da ALCA.

Temos visitado escolas, universidades e cidades do interior de Minas Gerais para realizar esse debate. Estamos fazendo a campanha pelo não, para que a população brasileira possa decidir soberanamente pela retirada do País dessa negociação, seguindo a linha dos argumentos da Dirlene e do Plínio, segundo os quais não é possível boa negociação na ALCA. Todos os termos foram muito bem colocados pelos dois companheiros.

Teremos de fazer esse debate na sociedade brasileira, internamente. Trata-se de disputa de classes, pois estão sendo jogados vários interesses de classes. Posiciono-me, por enquanto, ao lado do elo mais fraco. O debate está difícil, e, até agora, temos visto que quem está jogando favorável à ALCA está jogando pesado. Fico um pouco desapontado com a posição do Governo Federal, apesar de ter avançado nas negociações internacionais em relação ao Governo passado. No entanto, essa posição, desculpe-me a palavra, "ferrará" o Brasil.

Em relação à participação popular no processo de negociação da ALCA, tendo em vista o Ministro ter dito que essa participação está aberta, considero-a minimamente questionável, pois a ALCA foi proposta desde 1994, e apenas muito recentemente essa discussão foi divulgada pela imprensa e por documentos oficiais públicos. Além disso, o plebiscito e este debate foram propostas resultantes, fundamentalmente, de processo organizado pela própria sociedade civil. Somente a partir da metade do ano passado, quando estava em efervescência o plebiscito, essa questão começou a ser divulgada pela mídia. Então, inúmeros setores da sociedade começaram a se posicionar, pois antes não tinham conhecimento sobre assuntos relativos à ALCA. Não há canais de participação legítima dos trabalhadores nesse processo de negociação.

Além disso, a blindagem institucional criada em torno do Estado brasileiro, como denunciou Plínio, trava a democracia. Chico de Oliveira, outro grande intelectual que merece ser citado neste debate, tem escrito bastante sobre o assunto, denunciando esse caráter não democrático do Estado brasileiro a partir das reformas neoliberais. Diz ainda que, para se pensar em democracia neste País e em participação popular nessas vias de negociação, tem de se pensar nas relações do Estado.

Não quero ser apenas consumidor. Estou na universidade, e querem privatizar a educação. Essa é a proposta da OMC. Terminarei meu curso pagando pela educação. Quero continuar estudando em escola pública e que outras pessoas tenham acesso também à educação pública superior no Brasil. Não apenas superior, mas em todos os níveis.

Há, portanto, problemas muito sérios a serem enfrentados. Vivemos em uma democracia não legítima do ponto de vista da representatividade, pois, antes de tudo, pensa-se em consumidores, não em cidadãos. Reafirmo meu direito de cidadão, de querer participar, de intervir nesse debate e de querer que a população brasileira como um todo participe dele. Como afirmamos, o plebiscito seria canal legítimo de participação, desde que fossem abertos os canais de comunicação de que dispomos, para que todos possam se posicionar em relação ao assunto. Muito obrigado.

A Sra. Dirlene Marques - Edi acabou de dizer sobre a discussão da democracia. É fundamental que este Governo tenha abertura democrática, chamando a sociedade ao debate, de forma a possibilitar o plebiscito. No ano passado, essa questão foi discutida pela sociedade civil. Fizemos o plebiscito e obtivemos 10 milhões de votos; em Minas, 1 milhão e 300 mil votos. Gostaria muito que o Ministro pudesse também ser porta-voz junto ao Governo, levando essa nossa reivindicação, essa nossa luta, que é democrática. O Governo pode ouvi-la e efetivamente ouvir a sociedade, já que o Ministro disse estar havendo maior participação este ano, sobretudo com a entrada dos parlamentares, o que é ótimo. Porém, no ano passado, 10 milhões de pessoas votaram e não foram ouvidas.

Este ano, com o novo Governo, esperamos que o Ministro possa ser o nosso porta-voz e estimular o debate.

Outra questão importante é que o Ministro falou várias vezes que não dá para dizer não à ALCA porque não sabemos o que será, está em discussão e poderá ser outra coisa. Mas temos um referencial muito importante. Sabemos que não será muito diferente do NAFTA. Talvez o Ministro ache que os Estados Unidos possam fazer um acordo dentro do NAFTA e outro muito melhor com o restante da América Latina. Como acreditamos em história da carochinha, essa poderá ser uma dessas histórias. Quem sabe os Estados Unidos estejam pensando num capitalismo mais solidário, mais humanitário, que possa levar a uma integração? Com o Canadá e o México não está sendo assim. Todos nós, que estamos nessa campanha, acreditamos, e isso já foi dito, que a ALCA tem como referencial o NAFTA. Poderá chegar onde está o NAFTA. Não será melhor do que as negociações vigentes, senão México e Canadá vão querer também as mesmas condições abertas à América Latina. Já temos um referencial do que seja a proposta estratégica colocada para toda a América Latina, do que sejam o NAFTA e o acordo feito com o Chile, que não se diferenciam em termos substanciais. A ALCA, então, não é algo absolutamente desconhecido, mas algo que tem essa referência. Fiz somente um comentário sobre as questões levantadas pelo Ministro. Fica esse apelo. Acho que todos votaram neste Governo. Nós, que fizemos a campanha contra a ALCA, fizemos campanha para a eleição do Lula. Gostaríamos que houvesse uma proposta democrática para abrir esse plebiscito e que o Ministro fosse nosso porta-voz.

O Deputado Rogério Correia - Ministro, há outra opção? Colocou-se que a opção do Governo é participar, nos debates sobre a ALCA, com a posição que V. Exa. já colocou. Essa já é a opção do Governo brasileiro, que assim vem agindo. É muito reclamado que o próprio povo brasileiro possa dar a palavra final. É possível ao Governo brasileiro submeter qualquer tipo de acordo a ser firmado na ALCA a plebiscito, como uma espécie de "referendum" do que foi discutido?

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Filho - Escutei o Samuel Pinheiro Guimarães falando isso, rebatendo a idéia de que não podemos ser contra a ALCA porque nem existe. Falou: "É mais ou menos imaginar a situação do cara que vai brigar com o Mike Tyson e diz: 'Está certo. No primeiro 'round', estou perdendo, mas, no décimo, vou arrebentá-lo'". A idéia é que, na negociação, vamos torcendo essa proposta até que fique boa para nós.

O Ministro Régis Arslanian - Primeiro vou responder à Dirlene. Em relação ao NAFTA, ao contrário do que disse, estamos longe dos Estados Unidos e perto de Deus. Primeiro, não somos o México para termos uma fronteira com os Estados Unidos. Segundo, temos o modelo do NAFTA, inaceitável para nós. Nossas embaixadas no México e em Washington já fizeram um estudo exaustivo sobre cada área negociada dentro do NAFTA.

Se os Estados Unidos pretendem firmar um acordo NAFTA "plus", ou mesmo com base no NAFTA, não conseguirão. Não desejamos uma negociação abrangente, envolvendo regras e disciplinamentos em assuntos delicados e sensíveis para nós. O modelo NAFTA não presta para nós, não nos convém e não nos convirá nunca. Não podemos firmar um acordo com os Estados Unidos como fez o Chile, porque os nossos interesses são diferentes. A pauta exportadora, a estrutura industrial, os interesses econômicos e a política industrial do Chile são absolutamente diferentes dos nossos. Mencionou-se a questão das maquiladoras. Não temos isso, a nossa estrutura industrial é absolutamente diferente. Portanto, não há razão para aceitarmos o modelo NAFTA.

Há um projeto sobre o plebiscito para a ALCA, do Saturnino Braga, que já está no Congresso para análise. Se o Congresso decidir convocar um plebiscito para saber a opinião da população brasileira sobre a validade ou não da ALCA, o Executivo não poderá se opor. Não há razão para irmos contra uma posição do Congresso.

A Sra. Dirlene Marques - Sabemos que o Executivo tem força no Congresso, pois tem determinado as votações nessa Casa. Como participante do Executivo, gostaríamos que interferisse, possibilitando esse projeto.

O Ministro Régis Arslanian - Se houver decisão do Congresso, não haverá como o Executivo se opor, pois seria irresponsabilidade. Se houver maioria no Congresso a favor do plebiscito, não haverá razão para o Executivo se opor. Não sei qual seria o resultado final de um plebiscito e não vejo o Executivo se opondo a uma decisão do Congresso.

São realmente o Mike Tyson, e nós, o Popó ou menos ainda. Mas tentaremos vencê-los ou tirar vantagem na luta por meio da habilidade, da diplomacia e da negociação. O Mike Tyson tem interesses no Popó, da mesma forma como este tem interesse no Mike Tyson. Então, temos de conversar. Quem sabe as forças ficam equiparadas? Essa é a tese simplista do Prof. Plínio. Isso é muito certo. Temos de conversar com o Mike Tyson, e não, brigar. Podemos tirar alguma vantagem nessa conversa. Existe algo inédito: uma consciência e uma convicção de que o Mike Tyson só levará vantagem se levarmos também, correspondentemente e na mesma dimensão. Não lhes daremos nada além do que nos darão. Temos de acreditar na negociação brasileira. A ALCA imaginada, figurada e ilustrada pode assustar, mas - quem sabe? - poderá nos proporcionar alguma vantagem. Não estou querendo dizer que sairemos da ALCA nem que assinaremos o acordo. No final destes 16 meses, poderemos chegar à conclusão de que não há esperanças de um acordo com os Estados Unidos ou com os outros países do hemisfério.

O Deputado Rogério Correia - Há a possibilidade de submetermos o acordo da ALCA a um plebiscito?

O Ministro Régis Arslanian - É uma possibilidade, se o Congresso decidir assim. O acordo terá de ser referendado pelo Congresso Nacional, como todos os outros subscritos pelo Governo brasileiro, pelo Executivo ou pelo Itamaraty, como o do Uruguai, que constituiu a OMC. Estarei sempre à disposição de vocês. Obrigado.

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Filho - Peço ao senhor para encaminhar a um grande, Samuel Pinheiro Guimarães, a reivindicação de que, nas negociações da ALCA, também haja um representante da campanha da ALCA, que, afinal de contas, mobilizou 10 milhões de brasileiros. Predomina, na campanha, grande ignorância em relação ao que está sendo feito pelo Governo. O Samuel foi nosso maior soldado.

O Ministro Régis Arslanian - Convido-o oficialmente a participar das reuniões preparatórias para as negociações da ALCA. Peço ao senhor que me telefone e me passe o nome e endereço dele, para, a partir de agora, convidá-lo a participar de todas as reuniões preparatórias técnicas de todos os grupos de negociação da ALCA.

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Filho - Agradecemos muito.

O Sr. Felipe - Boa tarde. Também fazemos parte da campanha contra a ALCA. Não precisamos mais falar sobre as conseqüências da ALCA, sobre como afetará o emprego e a educação. A ALCA é produto da conjuntura em que se encontram os Estados Unidos, ou seja, de sua necessidade de sair da crise.

As negociações têm a ver com a posição do Governo e de quem as defende, ao contrário do que o povo expôs no plebiscito, no ano passado. Pergunto à Mesa: a negociação é soberana para quem? É importante frisar que o Brasil é produtor de 50% do suco de laranja, em nível mundial. Acontece, porém, que os brasileiros consomem apenas 1% da produção mundial de suco de laranja. Em vez de preocupar-se em exportar mais, em negociar de forma a permitir a entrada de mais suco de laranja nos Estados Unidos, o Governo brasileiro deveria preocupar-se em oferecer mais suco de laranja às crianças brasileiras. Ou, em vez disso, seria melhor aumentar o lucro dos grandes empresários brasileiros ou das multinacionais? Cinqüenta e cinco por cento das exportações são das multinacionais instaladas no Brasil. Logo, isso vai beneficiar o empresariado ou as multinacionais estabelecidas aqui. Foi o que aconteceu no MERCOSUL, que trouxe mais desemprego em países como a Argentina e o Paraguai, não gerou mais contratações e não proporcionou aumento dos salários dos trabalhadores. E, mesmo quando traz algum benefício, proporciona mais lucros aos capitalistas.

A posição de referendo não é válida para nós. Basta lembrar o último ataque aos trabalhadores, com a reforma da Previdência. Os supostos representantes do povo brasileiro aprovaram, com uma minoria votando contra, o desmonte da Previdência pública. Essa questão tem a ver com outro plano. A ALCA faz parte do plano do Governo para pagamento da dívida externa, também já negado pelo povo brasileiro; para as reformas previdenciária e tributária, a lei de falências, etc. Essa situação deve-se a compromissos assumidos pelo Governo Lula e defendidos por Ministros burgueses, do latifúndio, que não querem a reforma agrária.

Já que existe uma ruptura com as necessidades do povo, já que os que hoje defendem a bandeira dos trabalhadores - Babá, Heloísa Helena, Luciana Genro - estão ameaçados de serem expulsos do PT, há necessidade de a esquerda se reagrupar para discutir um novo projeto político de construção de um partido de esquerda que seja uma alternativa de luta revolucionária socialista, uma alternativa para os trabalhadores,

visto que hoje a atuação do Governo está indo em outra direção.

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Filho - O companheiro colocou questões imensas e importantes, mas, pelo que parece, foge um pouco da discussão específica da ALCA. Devemos ter uma posição unificada, clara e firme sobre a questão da ALCA. As questões levantadas pelo colega são importantes, e devemos debater-las, mas me restringirei à ALCA, só para podermos fazer seu debate, que é tão importante. Se conseguirmos unidade no tema da ALCA, já será um bom caminho para, depois, fazermos a segunda discussão, que também é necessária.

O Sr. Presidente (Deputado Chico Simões) - Com a palavra, o Sr. Rodrigo dos Santos, do Diretório Acadêmico de Física da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Sr. Rodrigo dos Santos - Primeiramente, quero saudar a todos. Infelizmente, muitos da Mesa já se foram. Antes de fazer minha pergunta, desejo fazer algumas ponderações.

Fez-se aqui uma discussão sobre o pragmatismo, que, infelizmente, muitos setores vêm defendendo, dentro da universidade pública, na sociedade em geral. O pragmatismo, na década de 90, levou-nos à ótica do pensamento único de que não existia alternativa ao pensamento neoliberal. Todos deviam filiar-se a esse pensamento e aplicar as políticas neoliberais na América Latina, em todos os países, digamos, periféricos. E essa lógica do pensamento único do pragmatismo condenou-nos à passividade, a abaixar a cabeça diante da dinâmica imposta pelos grandes oligopólios internacionais, pelos grandes conglomerados do mundo.

Em relação à questão da ALCA, não existe queda-de-braço entre nosso suco de laranja e os microprocessadores da Microsoft nem entre nossa indústria do aço e a de alta tecnologia dos Estados Unidos. Esse debate a respeito de se construir uma nova ALCA mostra uma grande utopia daqueles que pensam ser os mais pragmáticos. Estou entre aqueles, e gostaria que muitos também estivessem, que ocupam as fileiras dos utópicos, que acreditam que um outro mundo é possível. Não me encontro nas fileiras daqueles que acreditam que o pragmatismo é tudo, que acreditam que uma nova ALCA é possível.

Minha pergunta direciono ao Prof. Plínio. Gostaria que falasse sobre o reflexo da ALCA na educação, em sua mercantilização, sobre o último acordo da OMC, de transformar a educação em mercadoria.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Carlos Andrada) - Com a palavra, o Prof. Plínio.

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Filho - Como disse o Ministro, não existe um acordo, porque ele não está pronto. Pelo que entendi, o Governo brasileiro está saindo da ALCA "a la mineira". Com o Reitor Aluísio Pimenta, aprendi esta frase: "Nem tão rápido que pareça covardia nem tão devagar que pareça provocação".

Se for isso mesmo, a ALCA que está sendo proposta não tem nada a ver com a ALCA. Então não é mais a ALCA, foi mágica. Viramos a ALCA sem ninguém perceber. Tenho dúvidas. Quem está enganando quem? Estamos enganando o Bush ou ele nos está enganando? Prefiro desconfiar, porque é mais prudente.

Quanto à educação, pelo que o Ministro disse, está fora da negociação da ALCA. Qual o sentido do capital? É de privatização da educação, porque é um grande negócio. O capital procura negócio e, por isso, começa a atacar serviços, já que a saúde e a educação, juntamente com a previdência e a água, são dois imensos negócios. Querem que pensemos, ajamos e consumamos como eles, ou seja, querem nosso fim.

Diz José Martí: "Conocer es resolver". Conhecer é resolver. Temos de conhecer nossa realidade para resolvê-la. Essa citação tem de ser posta em perspectiva histórica. Temos de ver outra citação de como os americanos pensam no seu Destino Manifesto, de 1857. Citação de Buchanan, Presidente americano: "A expansão dos Estados Unidos sobre o continente americano, desde o Ártico até a América do Sul, é o destino de nossa raça. Nada poderá detê-la". Quando pensamos em nossa educação, temos de pensar nos problemas, nas soluções, vencer o colonialismo cultural, pensar o Brasil em função das nossas possibilidades e necessidades. Essa é, em suma, a lição de Celso Furtado.

O Sr. Naman Seppe de Calais - Prof. Plínio, no século XIX, no que se refere a política imperialista - Europa e continente americano - surgiram propostas, como no caso da Doutrina Monroe e do Big Stick. O processo em curso está remontando a esses ideais propostos, com a diferença básica e única de que estamos no século XXI?

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Filho - O que há na organização do mundo? Há um mundo assimétrico. Prevalece claramente, nos países centrais, uma lógica de império. Esse é o conflito entre Estados Unidos, Comunidade Econômica Européia e Japão. Nesse conflito, destacam-se os Estados Unidos, que têm poder quase absoluto e incontido.

Se há império no centro, o que há na periferia? Colônia. Mas existe uma diferença: no século XIX, o imperialismo chegou junto com a formação da nação, permitindo que o nosso continente começasse a trajetória de formação da nação. Hoje o imperialismo significa a reversão neocolonial não apenas do Brasil, mas também da América Latina. O continente passa por situação complicada. É hora e vez do Brasil: ou nos afirmamos agora ou perdemos a chance de ser uma civilização importante no cenário internacional.

O Sr. Luís Henrique Cunha - O sub do sub do sub, nome que o Presidente Lula deu ao todo poderoso Ministro do Comércio dos Estados Unidos, afirmou, no início do ano, que se o Brasil não concordasse com a ALCA restaria negociar com os pingüins da Antártica, demonstrando como é visto o restante das nações, além da determinação da administração americana a respeito dos interesses que devem prevalecer em acordos desse tipo.

Debates como este são salutares e importantes, porque reabrem a discussão sobre o imperialismo. Não se trata apenas de acordo de livre comércio, ainda que extensivo a uma pauta muito nova para nós, como serviços, compras governamentais etc. Há 30 anos foi realizado um debate a respeito de nova ordem internacional. Todo o esforço do grupo dos 77 para repensar relações econômicas internacionais foi sabotado pelo governo americano. No processo foi feita a discussão do refinanciamento da dívida externa. Todos os países devedores encontraram formas de continuar pagando, apesar do sacrifício da população. Depois veio todo aquele arsenal de reestruturação das economias pelo FMI, pela OMC, pelo Banco Mundial, além dos organismos multilaterais do diretório econômico mundial do grupo do G-7, da política de privatização das estatais em áreas estratégicas, como telecomunicações, petróleo, saneamento. A cereja do bolo foi o acordo comercial para tutelar os projetos nacionais.

Este debate está colocando em pauta a discussão de uma ordem econômica interna, ou seja, projetos nacionais visando ao bem-estar da população. Nós, contrários à ALCA, devemos rechaçar a afirmação de que o Brasil não teria alternativas, pois o País ficaria isolado e a integração é inexorável. Não se trata disso, mas de repensar nova ordem econômica. O Brasil não é qualquer país, mas a 10ª potência mundial e tem como arregimentar outros grandes países, como a África do Sul, Índia, China, Rússia, etc., a fim de repensar relações econômicas internacionais. Caso contrário, seremos submetidos à chantagem da administração americana, ou seja, se não fizermos o acordo, o comércio se dará com os pingüins.

O Sr. Presidente - O Sr. Frederico Paiva, da PUC, estudante do curso de Relações Internacionais, faz uma consideração, ressaltando a seriedade com que o Governo brasileiro tem conduzido as negociações sobre o assunto. Afirma que romper com a ALCA, sem saber do seu conteúdo final, configuraria grave erro, que isolaria o Brasil; e que isso deveria ser levado em conta por todos os brasileiros. Passamos a palavra ao Prof. Plínio de Arruda Sampaio Filho, e posteriormente, à Sra. Dirlene Marques.

O Sr. Plínio de Arruda Sampaio Filho - Comentarei sobre a questão, lendo texto de Samuel Pinheiro Guimarães: (- Lê:)

"Os negociadores são competentes e experientes, não há dúvida. Todavia, deram a esses funcionários do Estado a missão impossível de negociar esquema de integração assimétrica radical entre a maior potência do mundo e um país subdesenvolvido, o Brasil, em grave crise. Os negociadores são experientes, mas os que formularam e impõem tal objetivo não o são, pois são os mesmos que implementaram as políticas econômica e externa que levaram o Brasil à situação atual de crise permanente, de subserviência diante das agências internacionais, de desarticulação institucional, de corrupção em altas esferas, de violência e marginalidade social".

A Sra. Dirlene Marques - Quando afirmam que a ALCA não está definida, vemos que isso não é verdade, a não ser quanto ao aspecto aqui enfocado, que, para nós é inédito: de que não é a ALCA que está sendo discutida, mas outra coisa. Nesse caso, acho que é hora de o Governo brasileiro tornar público que o debate que se trava não é sobre a ALCA e que os EUA concordam com isso. Nesses termos, tudo é muito surpreendente, quer dizer, os norte-americanos aceitam discutir outro aspecto, que não é o projeto desenhado para toda a América Latina, como já ocorre com o NAFTA.

Não questionamos a seriedade das pessoas, como não questionamos a seriedade do Governo FHC. Havia técnicos competentes, vinculados ao neoliberalismo - essa era nossa discordância. Como ressaltou o Prof. Plínio, a participação de Samuel Pinheiro Guimarães foi muito importante na campanha contra a ALCA, e hoje é pessoa que está à frente do Itamaraty.

O problema é o seguinte: que linha o Governo está adotando? Queremos essa definição. Tomamos conhecimento de que a discussão se refere à ALCA. No último relatório dos negociadores, o conteúdo não mudou. Fiz questão de relê-lo, são quase 700 páginas. Existem ressalvas que podem, sim, alterar o seu conteúdo. Na linha apontada pelo Ministro, não vi essa abordagem. O relatório está disponível na Internet.

Enfim, se outra coisa estiver sendo tratada, gostaria que fosse formalizada em público, para que pudéssemos discuti-la e, quem sabe, defendê-la junto com o Governo, fazendo pressão contra os EUA. Obrigada.

O Sr. Presidente - Há uma última pergunta que seria melhor respondida pelo Ministro. Ele já se ausentou, mas algum dos expositores pode comentá-la: "Considerando que a ALCA, oficialmente, não possui caráter de supranacionalidade, como o MERCOSUL, como será classificada a natureza jurídica das medidas e decisões a serem tomadas? Assiste-se à enorme ingerência dos EUA na economia e no ordenamento jurídico brasileiros. Como isso tem sido enfrentado pelas comissões brasileiras que atuam diretamente na elaboração do tratado da ALCA? E como fica a questão dos direitos do consumidor no âmbito da ALCA?". Essa pergunta fica para registro.

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Por muito tempo se discute a ALCA em diferentes lugares, em Minas e no Brasil. O plebiscito foi importante momento de manifestação do povo brasileiro, com dez milhões de votos contra a ALCA. Somos mais de 170 milhões de brasileiros. Não podemos desprezar essa manifestação tão expressiva, pois é referência importante. Queremos expandir essa discussão, para atingir a população brasileira.

A ALCA existe nas negociações do Governo ou dos Governos, como elemento de discussão há muito tempo, mas para muitos, imagino que não exista, porque não têm conhecimento do seu conteúdo, da sua dimensão e interesses. Esta Assembléia, antecipando desejo da Frente Nacional pela Discussão da ALCA e Defesa da Soberania Nacional, criou a Frente Parlamentar Mineira de Acompanhamento das Negociações da ALCA.

Queremos que este seja o primeiro momento, rico - viram a dimensão, as divergências e as diferenças -, e um dos locais de debate no Estado. Com este evento queremos multiplicar esse debate nas diferentes regiões. Entendo que o nosso fortalecimento como nação soberana está na nossa capacidade de compreender e tomar consciência.

Preocupa-me, neste momento, pelas discussões que ouvi e pelas análises de documentos importantes de especialistas da área, que eventualmente essas negociações e esses debates possam nos conduzir a processo de comprometimento. Considero isso perigoso e temerário. Não se pode imaginar que façamos discussão de brincadeira, para depois de vários debates exaustivos a comissão dizer que a ALCA não vale. Isso tem de ser uma construção coletiva. Não podemos criar esse processo para negá-lo em seguida.

Neste momento, acontece no mundo, inclusive entre os americanos, avaliação interessante, explicitada aqui, de que do modo como a ALCA está é inviável. No meu entendimento, temos de fazer maior esforço no contexto de todas as nações, mas na lógica de sermos único povo; só assim os bens, o conhecimento, a técnica, a ciência, todas as possibilidades estarão disponíveis para que os povos, as nações possam usá-los como bem da humanidade, trabalhando nessa linha, com esse esforço e essa perspectiva.

Os interesses e desejos são diferentes, tanto em relação à lógica dos americanos como à dos países da América Latina. Prevaecem, porque são hegemonia, mas existem os interesses dos países da América Latina. Temos de discutir para a construção do processo de negociação, de forma a contornar todos os povos das 35 nações latino-americanas. Não podemos admitir a exclusão de Cuba. Nenhum país pode admitir processos de negociação sem a inclusão de todos. Baseando-nos nessa lógica, faremos discussões em Minas.

A frente parlamentar conta com mais de 71 Deputados, faltando apenas 6. Não assinaram o documento porque ainda não tiveram acesso ao termo de adesão. Continuaremos empenhados em debater o tema com Deputados, Câmaras Municipais e Congresso Nacional. Promoveremos audiências públicas com intelectuais para fortalecermos o Estado democrático de direito e de justiça e construir uma nação soberana.

Agradeço a presença e a contribuição de todos. Desde o primeiro momento, o Deputado Antônio Carlos Andrada esteve disponível, o que representa a beleza da democracia. Parlamentares de diferentes origens e de concepções ideológicas diferenciadas participam da construção e do fortalecimento do Estado. Agradeço também aos jovens alunos, telespectadores da TV Assembléia, Srs. Plínio, Jorge Perutz e Dirlene Marques, Deputados Rogério Correia e Weliton Prado, subscritores da frente parlamentar, assessores e auxiliares da TV Assembléia.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 25, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Irani Barbosa, Gilberto Abramo e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Leonardo Moreira. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Irani Barbosa, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião especial da Comissão, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator para o 1º turno. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Gustavo Valadares para atuar como escrutinador. Realizada a votação, o escrutinador anuncia o seguinte resultado: para Presidente, foi eleito o Deputado Gilberto Abramo, e, para Vice-Presidente, o Deputado Gustavo Valadares, ambos com três votos. Ato contínuo, o Presidente "ad hoc" declara empossado o Deputado Gilberto Abramo, a quem passa a Presidência da reunião. O Deputado Gilberto Abramo empossa o Deputado Gustavo Valadares, agradece a escolha de seu nome e designa o Deputado Irani Barbosa para relatar a Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2003 no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2003.

Gilberto Abramo, Presidente - Irani Barbosa - Gustavo Valadares.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da comissão especial do transporte de automóveis, em 27/8/2003

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bonifácio Mourão, Irani Barbosa, Sebastião Helvécio e Laudelino Augusto, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Bonifácio Mourão, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por ser esta a primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Sebastião Helvécio para atuar como escrutinador. Feita a apuração dos votos, são eleitos, para Presidente, o Deputado Sebastião Helvécio e, para Vice-Presidente, o Deputado Laudelino Augusto, ambos por unanimidade. O Deputado Bonifácio Mourão declara empossado como Presidente o Deputado Sebastião Helvécio e passa a ele a direção dos trabalhos. O Presidente eleito agradece aos colegas e, na oportunidade, declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Laudelino Augusto. Prosseguindo, designa como relator da Comissão o Deputado Irani Barbosa. Ouvidas as sugestões dos colegas, o Presidente comunica que a Comissão se reunirá ordinariamente às quartas-feiras, às 15h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2003.

Sebastião Helvécio, Presidente - Irani Barbosa - Laudelino Augusto.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial dos Acidentes Ambientais, em 28/8/2003

Às 14 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Hauelsen, Doutor Ronaldo, Fábio Avelar, Leonardo Moreira e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Neider Moreira. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Hauelsen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final dos trabalhos desta Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o relator, Deputado Leonardo Moreira, procede à leitura de seu relatório. Após discussão e votação, é este aprovado. A seguir, a Presidente suspende a reunião para a lavratura da ata. Logo após, são reabertos os trabalhos. Em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, a Presidente dispensa a leitura da ata desta reunião, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação dos parlamentares, convidados, consultores e assessores e encerra os trabalhos desta Comissão.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2003.

Maria José Hauelsen, Presidente - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Fábio Avelar - Doutor Ronaldo.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular, em 28/8/2003

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Mauro Lobo, Leonardo Quintão, Olinto Godinho e Sidinho do Ferrotaco (substituindo este ao Deputado João Bittar, por indicação da Liderança do PL), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Biel Rocha, Laudelino Augusto, Maria Tereza Lara e Miguel Martini. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sidinho do Ferrotaco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a divulgar a 1ª Conferência das Cidades de Minas Gerais. O Presidente acusa o recebimento da Proposta de Ação Legislativa nº 4 para a qual designou o relator citado a seguir: (Deputado João Bittar). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovada, em turno único, a Proposta de Ação Legislativa nº 3 (relator: Deputado Mauro Lobo), que recebeu parecer pelo acatamento com a realização de uma audiência pública em reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e do Trabalho e da Previdência e da Ação Social, para discutir a regulamentação da economia solidária, especialmente no que se refere ao processo de certificação de produtos e serviços. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão (2), em que solicita ao Presidente desta Casa a realização de fórum técnico ou debate público, para apresentação e discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2003/2007 - e do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -; e sejam encaminhados ofícios ao Governador do Estado e ao Prefeito de Belo Horizonte, com vistas à formalização de uma parceria entre o Estado e o município para promover a oferta de ensino médio estadual na Escola Municipal Prof. Milton Lage, no Bairro Jardim Vitória. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados e registra a presença dos Srs. Erasmo Apgaua, Superintendente de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, representando a Secretária; Sílvio André de Oliveira, Superintendente de Infra-Estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, representando o Coordenador da Comissão; Dimas Lamounier, Superintendente da Caixa Econômica Federal; Lúcia Diniz, da Ação Social Arquidiocesana - ASA -; e Maria Gezica Valadares, Secretária Municipal de Habitação de Belo Horizonte, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Sra. Lúcia Diniz, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2003.

André Quintão, Presidente - Mauro Lobo - Leonardo Quintão.

ATA DA 13ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública, em 2/9/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Sargento Rodrigues, Roberto Ramos (substituindo este ao Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do PL) e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Júlio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Bejani, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 191/2003 (relator: Deputado Alberto Bejani) na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e 678/2003 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados em turno único os Requerimentos nºs 917/2003 com a Emenda nº 1, apresentada pelo Deputado Alberto Bejani, 1.199/2003, 1.218/2003 e 1.219/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Adalclever Lopes em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, com a finalidade de discutir os episódios de furto de arte sacra no Estado de Minas Gerais, com a presença dos convidados que menciona, e Rogério Correia (2) em que solicita seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando-lhe que tome providências para conter o aumento de violência na cidade de Janaúba, onde no último dia 16 de agosto foi assaltada e assassinada a estudante Fabrícia Santos Feitosa, estando o principal suspeito do crime ainda em liberdade, e em que solicita a realização de reunião, com convidados que menciona, para debater a transferência de presos que se encontram sob custódia da Polícia Civil para penitenciárias do Estado e a aplicação da Lei nº 13.488, de 2000, que cria o Memorial dos Direitos Humanos, transferindo a sede do DEOESP para outro local. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente - Alberto Bejani - Rogério Correia.

ATA DA 17ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, em 2/9/2003

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Padre João e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Dalmo Ribeiro Silva, Domingos Sávio, Laudelino Augusto e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Padre João, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a ouvir convidados com a finalidade de se discutir a liberação dos recursos do PRONAF no Estado. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 637/2003 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Padre João). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.191 e 1.222/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a suspeita de venda de terras devolutas por parte da empresa de reflorestamento FLORESTAMINAS no Município de São João do Paraíso, e do Deputado Domingos Sávio, em que solicita seja feito apelo aos Ministros da Agricultura e da Fazenda para que determinem a liberação de recursos do Tesouro para financiamento da safra agrícola, em maior volume, por meio das cooperativas de crédito rural. A Presidência destina esta parte a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o tema da reunião. Registra-se a presença dos Srs. Jorge da Costa Vicente, Secretário Executivo do PRONAF em Minas Gerais; Armindo Augusto Santos, Diretor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais; Márcio Carvalho, Assessor Econômico da FAEMG, e Milton Luciano dos Santos, Superintendente do Banco do Brasil, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2003.

Doutor Viana, Presidente - Paulo Cesar - Antônio Júlio.

ATA DA 19ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, em 3/9/2003

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Mauro Lobo, Roberto Ramos e Marília Campos, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Ramos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. David Bernardes de Assis, Coordenador-Geral de Documentação da Agência Brasileira de Inteligência, e Oswaldo Roberto Varella, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado, publicados no "Diário do Legislativo" de 28/8/2003; José Maria Gomes Torres, Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva, encaminhando cópia de denúncias feitas pelos presos da Penitenciária de Bocaiúva, para que sejam tomadas providências cabíveis contra o Ten. PM José Leonardus Saraiva Hoed, Comandante do 6º Pelotão da Polícia Militar; do Colegiado da Escola Estadual Santos Dumont, de Venda Nova, em Belo Horizonte, em que apresenta denúncia contra policiais do Batalhão da ROTAM, que teriam agredido alunos dessa Escola no dia 25/8/2003; carta do Sr. Carlus Marcius Maglioli Maciel, solicitando apoio para que se coíba a discriminação e o desrespeito ao idoso que estariam sendo cometidos por motoristas de ônibus em Contagem; convites formulados pelo Conselho Regional de Assistência Social, para participar das reuniões mensais da Comissão Local de Assistência Social, e pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental, para participar de sua reunião mensal, no dia 6/9/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (3), em que solicita seja realizada audiência pública com os convidados que menciona para debater a situação de cinco cubanos presos em Miami, nos Estados Unidos, em 1998; seja realizada visita à Delegacia de Furtos e Roubos, hoje, às 14 horas, para acompanhar o início da transferência de detentos já condenados, presos nessa unidade, para penitenciárias do Estado; e seja manifestado ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça e ao Secretário Nacional de Direitos Humanos apoio integral à abertura e divulgação, nos limites constitucionais, dos arquivos militares relativos às atividades políticas no período da ditadura militar instalada em 1964; Gustavo Valadares, em que solicita a realização de audiência pública para obter esclarecimentos sobre denúncia relativa aos atos praticados pelo Sarg. PM José Orlando de Oliveira, destacado em Caeté; Mauro Lobo, em que solicita a realização de audiência pública para discutir a base de atuação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos -NAVCV-; e Marília Campos, em que solicita seja agendada reunião com a Mesa desta Casa para encaminhar o pleito da Comissão, bem como das entidades de representação das pessoas vítimas de tortura e de perseguição política no período da ditadura militar, para que seja celebrado convênio entre esta Assembléia, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CONEDH - e outras instituições e entidades ligadas ao tema. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2003.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos - Mauro Lobo.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial para emitir parecer sobre a Indicação de MEMBRO do Conselho Estadual de Educação, em 4/9/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Leonídio Bouças, Mauro Lobo e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ermano Batista. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Weliton Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a proceder à argüição pública do Sr. Luiz Guilherme Alves da Silva, indicado para compor o Conselho Estadual de Educação e, se possível, apreciar o parecer do relator. O Presidente passa a palavra ao Deputado Weliton Prado, relator da matéria, para que dê início aos questionamentos. Segue-se argüição, conforme consta das notas taquigráficas. O Deputado Leonídio Bouças é obrigado a se ausentar da reunião, sendo substituído pelo Deputado Ermano Batista, por indicação da Liderança do BPS. Após as considerações finais dos presentes, o relator emite seu parecer pela aprovação do nome do indicado que, após ser submetido à discussão e à votação, é aprovado. O Presidente suspende os trabalhos para que se possa lavrar esta ata. Reabertos os trabalhos, é aprovado requerimento do Deputado Ermano Batista solicitando dispensa da leitura da ata, que o Presidente dá por aprovada e que é subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença do convidado e dos parlamentares e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2003.

Mauro Lobo, Presidente - Ermano Batista - Weliton Prado.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre o veto parcial à proposição de lei nº 15.585, em 4/9/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Maria José Haueisen, Antônio Carlos Andrada, Dinis Pinheiro e Antônio Júlio (substituindo os dois últimos aos Deputados Márcio Passos e José Henrique, por indicação das Lideranças do PL e do PMDB, respectivamente). Estão presentes, também, os Deputados Leonídio Bouças, Paulo Piau, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Viana, Alberto Pinto Coelho, Marília Campos, Weliton Prado e Fahim Sawan. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater com convidados o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.585 e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público no Estado de Minas Gerais, publicado no "Diário do Legislativo", em 28/8/2003. Registra-se a presença dos Srs. Antônio Augusto Junho Anastasia, Secretário de Estado de Planejamento e Gestão; Maria José Abdala Santos Afonso, Presidente do Colegiado de Diretores de Belo Horizonte; Sebastião Soares, Diretor da União Nacional dos Servidores Públicos; Maria de Fátima Fonseca, Técnica Educacional da 12ª Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis; Dalmo Gonçalves Costa, Presidente da Associação dos Servidores do IMA; Álvaro Marcílio Júnior, servidor do IPSEMG; Andréia Guimarães de Almeida, Presidente do Sindicato dos Servidores do IPSEMG; Márcia Chagas, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do DER-MG, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Maria José Haueisen - Antônio Carlos Andrada - Dinis Pinheiro.

ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre o veto parcial à proposição de lei nº 15.585, em 4/9/2003

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Maria José Haueisen, Antônio Carlos Andrada e Dinis Pinheiro (substituindo este ao Deputado Márcio Passos, por indicação da Liderança do PL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o parecer do relator, Deputado Antônio Carlos Andrada que solicita a distribuição de avulso, o que é deferido pela Presidência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias a serem realizadas nos dias 4/9 e 5/9, respectivamente, às 20h30min e 9h30min, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Maria José Haueisen - José Henrique - Antônio Carlos Andrada - Dinis Pinheiro.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 10/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 57/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 150/2003, do Deputado Carlos Pimenta; 191/2003, do Deputado Antônio Júlio; 264/2003, do Deputado Paulo Piau; 321/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 512/2003, do Deputado Chico Rafael; 574/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bonifácio Mourão, Leonídio Bouças, Durval Ângelo, Gilberto Abramo, Leonardo Moreira e Gustavo Valadares para a reunião a ser realizada em 9/9/2003, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se estabelecer dia e horário das reuniões.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2003.

Ermano Batista, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único da Mensagem Nº 83/2003

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 83/2003, o Governador do Estado submete a esta Casa, nos termos do art. 62, XXIII, "b", da Constituição do Estado, modificado pela Emenda à Constituição nº 26, de 1997, o nome do Prof. Luiz Guilherme Alves da Silva para compor o Conselho Estadual de Educação.

Instituída esta Comissão Especial, procedeu-se à arguição pública do indicado, que respondeu às questões formuladas pelos Deputados.

Cabe agora a esta Comissão emitir parecer sobre a indicação, nos termos do art. 111, I, "c", c/c o § 1º do art. 146, do Regimento Interno.

O candidato demonstrou conhecimento dos problemas relacionados à área da educação no Estado de Minas Gerais e atendeu, ainda, aos demais requisitos para ser membro do Conselho Estadual de Educação. Tem, portanto, plenas condições para oferecer uma contribuição significativa ao desempenhar essa função.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do nome do Prof. Luiz Guilherme Alves da Silva para compor o Conselho Estadual de Educação.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2003.

Mauro Lobo, Presidente - Weliton Prado, relator - Ermano Batista.

Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição Nº 8/2003

Comissão Especial

Relatório

De autoria de mais de um terço dos membros da Assembléia Legislativa e tendo como primeiro signatário o Deputado Leonardo Moreira, a Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2003 objetiva alterar o art. 39 da Constituição do Estado.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 20/2/2003, a proposição foi encaminhada a esta Comissão Especial para receber parecer, nos termos do art. 201, c/c o art. 111, I, "a", do Regimento Interno.

Encarregada de apreciar a matéria, esta Comissão passa a fundamentar seu parecer na forma que se segue.

Fundamentação

A proposição em epígrafe tem por escopo adicionar à Constituição do Estado, na seção relativa aos militares estaduais, regra acerca da concessão de promoção por tempo de serviço aos praças das corporações militares mineiras.

A estruturação das classes de servidores públicos em carreiras é preceito de ordem constitucional, mencionado no art. 37 da Constituição da República, que contém disposições gerais sobre o regime jurídico-administrativo no direito brasileiro.

Esclareça-se que, a par dessa face jurídico-constitucional que apresenta, a adoção de carreiras para os diversos grupos de servidores é medida que atende aos imperativos da boa administração, na medida em que possibilita o desenvolvimento do servidor, estimulando seu aprimoramento funcional e a obtenção de eficiência funcional em seu serviço, bem como assegura legitimidade e eficácia no que se refere à ordem administrativa, já que, por via de regra, o superior hierárquico será alçado a determinada posição após haver ocupado posto inferior.

Observe-se que os princípios e as regras citados são aplicáveis tanto aos servidores civis quanto aos militares.

As carreiras devem contemplar mecanismos de ascensão do servidor na classe a que pertence. Entre esses meios, o mais utilizado é a promoção, que pode assumir várias formas. Em geral, procura-se, ao disciplinar mecanismos de promoção do servidor, conjugar fatores que contemplem antiguidade, merecimento, tempo de serviço, necessidade de preenchimento de quadros e reconhecimento pela realização de excepcional atividade em prol do interesse público.

No que se refere aos militares estaduais, a referência a promoção encontra-se, de forma excessivamente genérica, no § 10 do art. 39 da Constituição do Estado, que remete para lei complementar o estabelecimento das regras específicas a serem aplicadas.

Elevar, no exercício do poder constituinte derivado, qualquer matéria ao nível constitucional é atividade valorativa, que se processa a partir de uma interpretação sistemática da própria Constituição. Em se tratando de proposição cujo objetivo é resguardar funcionalmente o servidor militar, ampliando a proteção à carreira, observamos que o tema envolve o regime jurídico do militar e o aperfeiçoamento da segurança pública, que é um dos objetivos prioritários do Estado de Minas Gerais, conforme o art. 2º, V, da Carta mineira. Vê-se que a proposta de emenda à Constituição em exame é coerente com os princípios constitucionais que informam a matéria.

A menção expressa, na Constituição Estadual, de regra acerca da promoção do praça é, portanto, medida salutar.

Impende salientar que, em vista dos argumentos expendidos, a proposição em estudo é extremamente oportuna, pois visa fornecer àquele que atua diretamente na prevenção da criminalidade e na manutenção da ordem pública melhores condições para progredir no serviço público, mediante o reconhecimento de sua dignidade enquanto trabalhador e de seu valor para a segurança da sociedade.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição

nº 8/2003.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2003.

Gilberto Abramo, Presidente - Irani Barbosa, relator - Gustavo Valadares.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 5/2003

Comissão de Participação Popular

Relatório

Tendo como signatários o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taiobeiras, a Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais e a Articulação do Semi-Árido - ASA -, a Proposta de Ação Legislativa nº 5/2003 solicita a realização de audiência pública com o objetivo de discutir e viabilizar ações integradas de órgãos públicos e da sociedade civil que facilitem o acesso das comunidades do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha ao abastecimento de água.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 28/8/2003, a proposta foi distribuída a esta Comissão, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno, para receber parecer.

Fundamentação

Historicamente, as regiões do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha têm sido duramente castigadas por secas ou longos períodos de estiagem, com graves conseqüências para as populações urbanas e rurais. Cidades inteiras ficam sujeitas ao racionamento de água, o que compromete a prestação de serviços essenciais, como os de hospitais, escolas, creches e limpeza pública. No meio rural, há perda de safras e de criações e, até mesmo, fluxos migratórios para as áreas urbanas devido à completa falta de água nos rios, córregos, açudes e cisternas.

Nessas regiões, várias entidades e órgãos públicos estaduais e federais têm empreendido ações emergenciais de combate à seca ou desenvolvido programas para a melhoria da oferta de água, os quais nem sempre atingem os objetivos propostos por causa da falta de planejamento e de ações coordenadas entre os entes estatais e a sociedade local.

A solicitação de audiência pública para discutir e viabilizar ações integradas de órgãos públicos com o objetivo de melhorar as condições de abastecimento de água em comunidades do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha é oportuna. De acordo com dados obtidos na Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC -, 157 municípios dessas regiões encontram-se em estado de calamidade ou de emergência devido à seca deste ano.

Ao se falar em medidas de combate à seca e de melhoria da disponibilidade de água, via de regra pensa-se na sua distribuição por meio de carros-pipa ou na perfuração de poços tubulares profundos (popularmente chamados de poços artesianos) próximos às comunidades atingidas. Essas medidas, sem dúvida, são de extrema importância em determinadas situações, mas completamente inócuas em várias outras. Em razão do número de atingidos e das enormes distâncias a serem percorridas em estradas precárias, os carros-pipa, geralmente, não têm capacidade para atender a todas as demandas. Por outro lado, muitas comunidades situam-se em áreas cujo contexto hidrogeológico é extremamente desfavorável à ocorrência de água subterrânea, e, portanto, os poços artesianos perfurados são completamente secos ou apresentam vazões insignificantes para o atendimento das necessidades locais.

Em razão da falta de coordenação entre os entes públicos e as comunidades no combate às causas e efeitos das secas, há grande desperdício de recursos do erário e baixa eficácia na solução dos problemas. Há inúmeros casos de poços secos que foram perfurados no mesmo local, em épocas e por órgãos distintos. Há outras situações em que as comunidades sofrem com a falta de água porque os poços produtivos perfurados há vários anos, em secas anteriores, ainda não foram devidamente equipados.

Entendemos que são várias as opções para melhorar as condições de abastecimento de água no semi-árido mineiro. Entretanto, para implementá-las com eficiência, é de suma importância que sejam devidamente discutidas pelos órgãos especializados do Governo, juntamente com representantes das comunidades locais. A realização de uma audiência pública na região será de grande valia para esse fim.

Propomos, então, que o evento seja realizado na cidade de Rubelita, com a participação das três instituições solicitantes, de autoridades políticas da região e das entidades e órgãos públicos listados a seguir: Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE -; Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC -; Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -; Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA-MG -; Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário - RURALMINAS -; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG -; Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS -; Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF -; e Agência Nacional das Águas - ANA.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pelo acatamento da Proposta de Ação Legislativa nº 5/2003 com a realização de audiência pública para discutir a adoção de ações integradas que facilitem o acesso das comunidades do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha ao abastecimento de água.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2003.

André Quintão, Presidente e relator - Mauro Lobo - Leonardo Quintão.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

68ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 2/9/2003

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Trazemos, mais uma vez, à consideração dos nobres integrantes desta Assembléia Legislativa e do povo mineiro aqui representado os problemas que envolvem os projetos governamentais voltados para a bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Sabemos que o tema da transposição voltou à baila. O Presidente da República, homem sensível ao sofrimento das populações atingidas pela exclusão social, homem do povo, que conheceu pessoalmente as agruras da vida nas regiões semi-áridas, onde a seca é um flagelo secular, trouxe novamente à pauta dos projetos governamentais a solução mágica da transposição das águas.

Foi formado um grupo de estudo, coordenado pelo Vice-Presidente da República, o mineiro José Alencar, encarregado de discutir o projeto de transposição das águas do Velho Chico para abastecer as populações carentes de alguns dos Estados nordestinos.

Não temos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, informações mais precisas sobre essa nova iniciativa do Poder Executivo Federal. Sabemos que, diferentemente do Governo anterior, que pretendia levar adiante um projeto de transposição elaborado sem a participação da sociedade civil e que não tocava na necessidade de revitalização do rio São Francisco, o atual Governo tem demonstrado sensibilidade política e cautela no tratamento da questão.

Estivemos, recentemente, na Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, para a reativação da CIPE São Francisco, e participamos, em Aracaju, do V Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Ouvimos do Vice-Presidente, José Alencar, a garantia de trabalhar pela revitalização do rio São Francisco. Ouvimos, também, do Ministro Anderson Adauto, em audiência pública em Pirapora, que o compromisso do Governo é com a revitalização.

Mas tão-somente sensibilidade política e cautela não bastam nesse caso. As boas intenções que ensejaram o projeto de se levar água do São Francisco às regiões semi-áridas do interior do Nordeste esbarram num imenso obstáculo: o rio da integração nacional está hoje em situação calamitosa. Atacado pela destruição das suas matas ciliares, assoreado, poluído pelos esgotos das cidades ribeirinhas e com as margens erodidas pelo desmatamento e pela exploração irracional do solo, o São Francisco definha, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O volume e a vazão das águas reduzem assustadoramente nos meses de seca; o peixe desaparece, em razão da destruição das lagoas marginais, que são os seus berçários naturais e da poluição do leito do rio; a navegação torna-se quase impraticável, em razão dos bancos de areia. O rio, ainda corajosamente correndo em meio a uma paisagem degradada, agoniza. E com isso sofre o homem ribeirinho, sofre a natureza, sofremos nós, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que temos a responsabilidade de reverter essa situação alarmante.

Como, então, se pode pensar em transpor as águas do São Francisco para as distantes regiões interiores do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba? Fazemos nossas as palavras do Governador de Sergipe, João Alves Filho, que tem repetido que, se um nordestino não nega um copo d'água a ninguém, muito menos a um irmão, as populações ribeirinhas do São Francisco não podem dar aquilo que não têm. Não podem dar a água de um rio que se esgota sob o peso das agressões que tem sofrido.

Ressuscitam os defensores da transposição idéias antigas, de meados do século XIX, quando o Imperador Dom Pedro II pensou em levar água do São Francisco para o interior do Nordeste. Esquecem-se de que naquele tempo o rio exuberava em reservas aquíferas, ladeado que era por matas intactas, que seguiam o curso de águas limpas, a correr por áreas virgens ou escassamente povoadas. Não há que comparar a situação de então com a que temos hoje, quando quase 15 milhões de pessoas habitam a bacia do São Francisco, quando indústrias e lavouras irrigadas se instalam nas margens do rio, quando diariamente os esgotos de dezenas de cidades e povoados são lançados no São Francisco e nos seus afluentes.

Há outras soluções para a região da seca. Uma delas, que defendemos, é o Programa Um Milhão de Cisternas, pelo qual a água da chuva é retida em pequenos e múltiplos poços, evitando-se a sua evaporação. Esse programa age sobre um condicionante decisivo do problema da seca: o fato de que, na região do semi-árido, as características do solo e as altas temperaturas provocam a evapotranspiração, secando as reservas de água. A chuva é abundante nos Estados atingidos pela seca; os índices de disponibilidade anual de água por pessoa são razoáveis; o problema é reter essa água e possibilitar que a ela tenham acesso as pessoas que mais necessitam. E essa mesma água da chuva, captada para o consumo humano, pode ser utilizada também na produção irrigada de alimentos, sem impactar o meio ambiente. São pequenas obras que, disseminadas aos milhares e aos milhões, garantirão água para as residências, as lavouras e os animais.

Os técnicos das agências governamentais trazem outras idéias. Falam em um projeto de transposição conjunta, que levaria águas do rio Tocantins para o São Francisco e deste para os rios temporários da região semi-árida nordestina. Ou falam em desviar a água que é dispensada quando o reservatório de Sobradinho está cheio, para fazê-la chegar às áreas carentes do interior do Nordeste.

Não acreditamos nessas soluções. Significam, tão-somente, maquiagem o projeto de transposição, para torná-lo mais atraente aos olhos da opinião pública brasileira e internacional. Padecem do mesmo equívoco, que é imaginar que se possam utilizar as reservas definhantes do São

Francisco para abastecer o interior do Nordeste, sem atacar de frente o problema principal, que é a urgente necessidade de revitalizar o rio e seus afluentes.

Não nos esqueçamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dos afluentes do grande rio. Está aí o rio das Velhas - talvez o maior em volume de água a carrear para o São Francisco - carregando os esgotos da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de outras cidades para o trecho médio do Velho Chico. Se chegarmos a sanear e a revitalizar o rio das Velhas - hoje, um rio abatido pela poluição -, teremos dado ao São Francisco um dos maiores presentes que poderia receber.

Abrimos aqui parêntese para cumprimentar a equipe do Projeto Manuelzão, cuja coordenação segura do ambientalista Apolo Lisboa tem garantido ações efetivas em prol da revitalização socioambiental da bacia do rio das Velhas.

Mas voltemos à questão central deste nosso pronunciamento. O projeto de transposição, nas suas mais diversas versões, significa retirar água de um rio combalido - que ainda assim serve a comunidades ribeirinhas pobres e desassistidas, que corta vastas áreas de terras férteis e ainda não aproveitadas e que representa um marco na ocupação do interior brasileiro - e levar essa mesma preciosa água às regiões situadas a centenas de quilômetros do vale do São Francisco. O projeto de transposição, nos moldes que tem sido apresentado, ainda que hoje conte, na sua coordenação, com um homem sensível e democrático, o Vice-Presidente José Alencar, nada mais significa que atacar as sofridas reservas do São Francisco e torná-lo definitivamente sem água, sem navegação, sem peixes, sem vida. Tudo isso, sem chegar a resolver definitivamente o flagelo da seca, porque o volume de água que chegará às regiões semi-áridas não será suficiente. Precisamos urgentemente trabalhar para que as águas da bacia do São Francisco voltem a ser abundantes e limpas.

Sr. Presidente, vemos o que a miopia dos projetos técnicos de ontem e de hoje não têm permitido enxergar. A seca no semi-árido e a degradação da bacia hidrográfica do São Francisco são problemas distintos, com soluções distintas. O flagelo da seca pode ser resolvido - estamos convictos disso - com a multiplicação de pequenas obras de retenção da água que cai sobre a região. A degradação do São Francisco e dos seus afluentes, por seu turno, só será resolvida com a efetiva implantação do projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco.

Não há de se ter em relação a essa questão fundamental, que diz respeito ao futuro de um dos mais importantes rios do planeta, meias palavras. É preciso revitalizar o São Francisco para que continue a servir - o que hoje faz debilmente - às populações que habitam os sertões mineiro, baiano, pernambucano, sergipano e alagoano. É preciso revitalizar o São Francisco para que possa contribuir para a redução dos bolsões de pobreza das regiões por ele cortadas. E é preciso garantir às populações carentes do semi-árido a água de que tanto necessitam, a partir das reservas existentes na própria região. Reservas que estão ali mesmo, providas pela água da chuva que verte abundantemente sobre a região, mas precariamente conservada e mal distribuída. Um milhão de cisternas é o que o semi-árido necessita.

São essas questões que nos têm levado a militar pela reabilitação da Comissão Interparlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco - CIPE-São Francisco -, fórum parlamentar e técnico, que, na década de 90, teve participação importante na busca de soluções para a bacia. Estamos agendando reunião da CIPE-São Francisco com o Vice-Presidente José Alencar. Nesta oportunidade, queremos sugerir que um membro da CIPE tenha assento nas discussões sobre a transposição.

Acreditamos que a união de esforços em prol do São Francisco não pode prescindir da ação de homens e mulheres detentores de mandatos parlamentares conquistados nas urnas, envolvidos diretamente com as demandas populares, encarregados de produzir e aprimorar o conjunto das normas legais que regem o funcionamento das unidades da Federação e que podem veicular, no parlamento e fora dele, os ditames da vontade popular.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)*- Deputado Wanderley Ávila, agradeço-lhe a oportunidade de somar-me a V. Exa. nesse gesto brilhante de trazer à Casa a discussão de um tema tão relevante. Se, por um lado, somos todos sensíveis aos flagelos da seca, que aflige não apenas o Nordeste do País, mas também o Norte de Minas, não podemos querer, em um passe de mágica, com projetos megalomaniacos, sem discutir com as instâncias que tratam das questões ambientais, bancar os salvadores da pátria.

V. Exa. traz uma discussão fundamental. Sou membro da microbacia do rio Pará, um dos principais afluentes do São Francisco, e somos testemunhas de que esse rio está morrendo nas suas nascentes. Será preciso investir recursos em sua cabeceira e em todo o seu conjunto, para não se fazer a transposição de um leito seco, provocando novas tragédias ambientais, antes de resolver as que já estão instaladas com o perecimento do rio, dia a dia.

Parabéns a V. Exa.! Queremos nos somar a V. Exa. e aos demais Deputados em uma discussão mais profunda da questão, sob pena de Minas Gerais ficar profundamente prejudicada, e, de resto, a natureza deste País e todo o ecossistema terrestre. Muito obrigado.

O Deputado Wanderley Ávila - Agradeço ao Deputado Domingos Sávio.

E essa vontade popular, Deputado Domingos Sávio, tem sido firme ao declarar: deixem que as águas da bacia do São Francisco continuem a correr livremente; não as subtraíam do seu valor maior, que é o volume e a vazão que ainda podem ostentar; pelo contrário, salvem o São Francisco do estado lamentável em que se encontra, para que ele continue a representar, na história e na cultura do povo brasileiro, o rio da integração nacional.

Sr. Presidente, os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco e nós, de Minas Gerais, esperamos que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não tenha, única e exclusivamente, a pessoa do Vice-Presidente da República, José Alencar, como um escudo, por ser um homem de conduta ilibada, cumpridor de seus deveres, palavras e compromissos políticos, pois a posição assegurada pelo Vice-Presidente à população dos Estados banhados pelo rio São Francisco e divulgada por toda a imprensa é a de que não haverá transposição das águas do São Francisco sem haver a revitalização da sua bacia. Acreditamos nisso, porque sempre acreditamos nos compromissos de S. Exa.

Nós, barraqueiros da bacia do São Francisco e das margens do rio das Velhas, confiamos na sua pessoa e temos certeza absoluta de que não há que se falar em transposição sem haver a recuperação da bacia hidrográfica do São Francisco. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência e telespectadores da TV Assembléia, comentarei alguns pronunciamentos proferidos desta tribuna por parlamentares desta Casa, com alguma repercussão na imprensa mineira, a respeito do pagamento do auxílio-moradia ao Presidente da COPASA.

Essas questões levantadas representam tentativas de alguns grupos ou setores submersos de desestabilizar o trabalho espetacular realizado pelo Presidente dessa companhia, que vem recuperando esse importante órgão do Governo mineiro e verdadeiro patrimônio do Estado.

Quanto ao auxílio-moradia, duas questões precisam ficar bem claras. A técnica utilizada foi de tentar jogar meias verdades e informações truncadas e incompletas, para que denúncias, que não se sustentam por si mesmas, pudessem ser sustentadas pela confusão e pela desinformação.

Levando-se em consideração a questão da legalidade, o auxílio-moradia é um expediente presente na COPASA e previsto em seu estatuto, no art. 21, que diz o seguinte: "Os honorários e vantagens dos membros da diretoria serão fixados pela assembléia-geral. Parágrafo único - Compete à Companhia assegurar aos Diretores, enquanto no exercício do cargo, direitos e vantagens atribuídos aos empregados da sociedade, exceto quanto a gratificação, aumentos salariais e a quinquênios." O parecer da Procuradoria-Geral do Estado, comentando esse artigo, diz o seguinte: "Logo, em exegese mediana do dispositivo estatutário colacionado, tem-se que aos Diretores da COPASA, desde que determinado pela própria Companhia, é assegurado, enquanto no exercício do cargo, direitos e vantagens atribuídos aos empregados da sociedade, excepcionando, apenas e tão-somente, gratificações, aumentos salariais e quinquênios".

É sabido que o auxílio-moradia, tecnicamente, não se insere no conceito de gratificação nem mesmo no de aumento salarial, tratando-se, em verdade, de ajuda de custo, cuja natureza é indenizatória e contingencial.

Referindo-se à consulta feita pelo Presidente da COPASA a respeito do pagamento do auxílio-moradia, o parecer diz: "No caso sob consulta, tem-se que a COPASA assegura aos seus empregados o auxílio-moradia, que se encontra disciplinado pela Norma de Procedimento nº 2001-007/2000, constando de seu item 2.1, a seguinte conceituação do instituto: ajuda financeira concedida ao empregado que se transferir do domicílio para atender necessidades funcionais da COPASA, desde que, por consequência da transferência, venha a pagar diárias de hotel ou aluguel em seu novo domicílio".

Mais adiante, o parecer da Procuradoria diz: "Assim, tenho que se afigura legal e legítimo a COPASA estender aos Diretores que preenchem os requisitos elencados na Norma de Procedimento nº 2001-007/2000 o auxílio-moradia". Está configurado que a questão legal está cumprida. O parecer diz de maneira muito clara que aos Diretores pode ser concedido o pagamento do auxílio-moradia, porque não se trata de gratificação, de aumento salarial ou de quinquênio, hipóteses que o estatuto veda.

O parecer e o próprio estatuto deixam bem claro que esse expediente pode ser pago, como o foi, devidamente embasado no parecer do órgão de consulta máxima do Estado, que é a Procuradoria-Geral do Estado, hoje Advocacia-Geral do Estado.

É importante esclarecer um segundo ponto. A imprensa publicou alguns documentos, contendo depósitos na conta do Presidente da instituição e também na conta do Diretor-Financeiro, usando o expediente de fazer confusão, muito barulho e explicar pouco.

Na verdade, os valores depositados somam os vencimentos do mês com o auxílio-moradia. Porém, tentando confundir, deram a entender que a soma total era o valor do auxílio pago. Assim, somando a parcela do vencimento com o auxílio-moradia, tentaram passar para o leigo, para o cidadão comum, que lê e vê o que está publicado, a impressão de que o depósito teria sido feito a mais. O estatuto da COPASA prevê que o auxílio-moradia corresponde a uma vez e meia o valor da remuneração mensal do gerente, para a cobertura das despesas por um período de 24 meses, pagos de uma só vez. Esse é o expediente que a COPASA usa. Se pagar mensalmente, como os servidores são celetistas, pode-se entender que as parcelas irão se incorporar aos salários. Então, para evitar esse tipo de discussão, paga-se de uma só vez. Faz-se o cálculo, e o que seria pago mês a mês, é pago em cota única. Assim foi feito. O valor, deduzido o imposto de renda, varia de um mínimo de R\$161,53 ao mês para gerentes em nível de divisão e distritos até o valor máximo mensal de R\$685,36 para o cargo de Presidente. Pegou-se esse valor, multiplicou-se por 24 e atingiu-se a cifra de R\$16.440,00, que é o valor do auxílio em dois anos.

O mesmo foi feito para o Diretor Financeiro da companhia, o qual recebeu R\$15.665,00, também a título de auxílio-moradia. Ora, a questão do valor está muito clara. A matemática não admite confusão. Dois mais dois são quatro. Os números são claros. A nota divulgada pela COPASA com os valores e a própria explicação matemática dada pela companhia matam o assunto. Nós, da base de Governo e o Governo, consideramos a questão legal superada. Se há outros entendimentos, outras formas de raciocinar - ninguém é dono da verdade - deve-se procurar o Judiciário. Porém, o Governo entende que essa maneira de pensar, aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado, é a correta. Vivemos em um País democrático. Cada um pode ter o entendimento que quiser, inclusive o Governo, que tem o seu, embasado no estatuto e no parecer da Procuradoria.

O que está por trás, na verdade, não é a legalidade ou o valor, mas tentativas de ataques a um jovem Presidente, funcionário da Receita Federal, gabaritado, que foi Presidente da FUNASA, onde fez excelente trabalho, e hoje ocupa a Presidência da COPASA, onde desenvolve um trabalho arrojado. É preciso trazer números concretos. Nos últimos quatro anos, a COPASA era a terceira companhia de saneamento do País; hoje, é a oitava. Perdemos posição. O atual Governo assumiu a gestão da COPASA com déficit, problemas de caixa, dívidas. Hoje, o Presidente pode anunciar que, nos quatro anos de gestão do Governador Aécio Neves, a COPASA investirá, em 72% dos municípios mineiros, cerca de R\$2.700.000.000,00, o que fará com que, no final desse período, a COPASA não volte a ser a terceira, mas a primeira companhia do Brasil. Isso incomoda as pessoas, sobretudo alguns que, de certa forma, fizeram parte do período de decadência da empresa. Não queremos culpar ninguém, mas não podemos admitir que essas pessoas atrapalhem o trabalho eficiente de um administrador que, seguindo as diretrizes do Governador Aécio Neves, vem implantando novo ritmo de gestão na COPASA.

Nos próximos quatro anos, a COPASA dará um salto, no que se refere à coleta de esgoto, de 71% para 95% dos municípios mineiros. Nesse período, o tratamento de esgoto passará de 27% para 55%, praticamente dobrando o atendimento prestado. Os investimentos totais de R\$2.700.000.000,00, sendo R\$1.300.000.000,00 da própria COPASA, estão viabilizando internamente esses recursos, e o restante, os outros R\$1.400.000.000,00 estão sendo captados de forma extraordinária em outros setores, em outros órgãos de financiamento.

O trabalho do Presidente da COPASA é eficiente e tem o aplauso de tantos quantos torcem para que o Governo de Minas cumpra o seu papel de bem servir e de devolver à população, por intermédio de bons serviços, aquilo que é arrecadado da própria população, por meio de tributos e impostos.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Muito obrigado pelo aparte. Queremos que a COPASA seja não a terceira em seu setor, no Brasil, mas a primeira. O Vale do Aço, onde tenho minha base eleitoral, é servido pela COPASA, motivo por que torcemos para que essa estatal fique cada vez mais forte.

Mas não é isso que está em discussão, muito menos a competência do Presidente ou do Diretor. O que está em discussão e suscita dúvida já foi inclusive motivo de pedido de constituição de comissão, a fim de que possamos proceder a averiguações. Peço ajuda a V. Exa, como Secretário da Mesa, para que essa comissão seja formada o mais rápido possível.

Faltou um pouco de democracia por parte do Presidente. Quando o Dr. Pedro, Procurador da COPASA, que está lá há anos, deu parecer contrário, foi exonerado, tiraram-no do cargo. Democracia não é isso. Injustiça também foi feita ao seu advogado, um bom advogado. V. Exa. sabe perfeitamente que pode haver entendimentos divergentes. Está em discussão não só o parecer do Dr. Pedro. Temos aqui duas empresas de consultoria, uma renomada, Dr. Alfredo Oliveira Baracho e Danilo Santana, que também concordam que não se deve pagar.

Isso, conforme V. Exa. disse, é para funcionários transferidos, como aconteceu a dois funcionários que vieram de Brasília. Suponhamos que amanhã a COPASA faça um concurso no Estado - pode prestá-lo qualquer cidadão do Brasil -, e alguém do Amazonas, do Acre, do Amapá, seja aprovado. Será que todos, se forem nomeados para Belo Horizonte, terão o mesmo direito? Lógico que não. São funcionários novos, como esse Diretor e esse Presidente. Isso é tão complicado que a própria Advocacia do Estado foi consultada no dia 8 de julho e só agora a resposta foi dada. Até o Advogado-Geral tem dúvidas a respeito. A melhor maneira de resolver a situação e parar com o bate-boca é esta Mesa e toda esta Casa permitirem que a comissão proceda às averiguações.

Torcemos para que a COPASA dê certo, torcemos para o Presidente e o Diretor, mas queremos também que o dinheiro público seja respeitado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Está sendo respeitado, com certeza. Aliás, o parecer da Procuradoria não deixa dúvida nenhuma. O parecer conclui dizendo que "assim, se afigura legal e legítimo a COPASA estender aos diretores o pagamento". A Procuradoria não vê dúvida nenhuma e conclui pela legalidade, e o estatuto, no seu art. 21, diz: "Compete à Companhia assegurar aos Diretores...". O texto está muito claro. Está se tentando levantar uma dúvida onde não há. Ninguém é obrigado a pensar da mesma maneira. Quem não pensa da mesma forma pode procurar o Judiciário, que existe para dirimir as dúvidas.

Dessa forma, queremos encerrar nossas palavras, dizendo que a total transparência prevalece.

Como advogado, tenho convicção de que o serviço público e os cargos inerentes ao primeiro, segundo e terceiro escalão são, em geral, de confiança. Só será Consultor Jurídico quem for da confiança da Presidência. Confiança é questão de foro íntimo.

Ele precisa entender que 16 anos não lhe dão estabilidade no cargo. Não é dono do cargo. Pode ser demitido - como foi - pelo Presidente, no uso de sua autoridade, discernimento, competência legal e constitucional. Assim o fez para que houvesse Diretores e assessores pensando da mesma forma. Não é possível trabalhar em empresa onde os Diretores não se entendem quanto ao conjunto de ações. Dentro da liberdade que o regime democrático lhe dá, por meio da Constituição, está montando equipe de assessores de sua confiança e do Governador do Estado. Está caminhando democraticamente, trilhando os rumos da eficiência, do trabalho e da legalidade. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Arlen Santiago* - Quanto ao tema abordado pelo Deputado Antônio Carlos Andrada, direi quem é Mauro Ricardo Machado Costa, atual Presidente da COPASA. Ele é administrador de empresas, formado pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, com pós-graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas de Brasília.

De 1983 a 1985, foi Chefe da Sessão de Análise da Administração Direta do Ministério da Fazenda, na Secretaria de Controle Interno. De 1985 a 1988, foi Chefe de Serviço de Orçamento do Ministério da Fazenda, na Secretaria da Administração-Geral. De 1988 a 1991, foi Coordenador de Orçamento do mesmo Ministério da Fazenda. De 1991 a 1992, foi Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças do Ministério da Fazenda. De 1992 a 1993, foi Coordenador-Geral de Programação e Logística do Ministério da Fazenda, na Secretaria da Receita Federal. De 1993 a 1995, foi Secretário de Administração-Geral e Secretário Executivo do Ministério do Bem-Estar Social. De 1995 a 1996, foi Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério de Planejamento e Orçamento. De 1996 a 1999, foi Superintendente da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA -, ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. De 1999 a 2002, foi Presidente da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Nesse cargo, prestou relevantes serviços a Minas Gerais. Na área mineira da SUDENE, foram aplicados pela FUNASA, a fundo perdido em Minas Gerais, R\$134.283.000,00. Quem era o Presidente? Mauro Ricardo Machado Costa. Mais de 300 municípios mineiros foram beneficiados com abastecimento de água, esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares e tratamento de resíduos sólidos.

Não é verdade quando se fala que veio de Brasília, sem conhecer os problemas mineiros, visto que, só na direção da FUNASA, conseguiu aplicar, no Governo passado, quase R\$150.000.000,00 no Estado.

Além disso, o Governo Aécio Neves está realizando audacioso plano de investimentos. A COPASA, nos últimos quatro anos, investiu R\$700.000.000,00 no Estado. Hoje, com a captação de recursos no BNDES e no UNIBANCO, existem R\$1.100.000.000,00 em debêntures, conseguidos pelo seu atual Presidente.

O cargo de Superintendente Jurídico, de recrutamento restrito, era ocupado há 16 anos pelo Dr. Pedro Scapolatempore. Como a atual administração não quis fazer mudança, continua vago. Conforme o estatuto da COPASA, a criação ou extinção de cargos é de competência do Presidente, que decidiu criar o cargo de Consultor Jurídico, preenchido pelo Dr. Vicente Lima, que trabalhou durante vários anos na TELEMIG.

Estão fazendo tempestade em copo de água. O plano de investimentos da instituição já foi detalhado tecnicamente. As concessões - que serão mais de 100 até 2005 - obedecem a alguns critérios, como a aprovação da lei pela Câmara e os limites de negociação com os detentores da concessão, ou seja, as Prefeituras. Portanto, a instituição está sendo organizada, melhorada. Parecia difícil conseguir isso, mas o Mauro Ricardo tem agido de forma correta. A questão já foi bem esclarecida pela Procuradoria, órgão máximo de representação jurídica de Minas, que, em seu relatório, caracterizou a situação como amplamente legal. Se alguém ainda tiver dúvidas só há uma saída: a via jurídica.

Esse jovem, de currículo invejável, funcionário público federal concursado, que ocupou cargos de confiança no Governo, está se saindo extremamente bem. Ajudou o Governo passado a montar o Projeto Alvorada, que investiu em nosso Estado o que nunca havia sido investido pela FUNASA. Não podemos ficar calados diante de uma questão de foro interno da COPASA. O seu estatuto é claro: a Superintendência Jurídica está vaga. Terá de ser ocupada por um funcionário da instituição. Em algum momento, o Presidente indicará a pessoa para ocupar o cargo. No entanto, neste momento, dentro do estatuto, optou por criar o cargo de Consultor Jurídico, por meio do qual irá abalzar-se. Por exemplo, se você ocupa um cargo, respondendo por ele junto ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, a assessoria jurídica tem de ser da sua total confiança. Se o melhor advogado do mundo não for da confiança de quem detém o poder corre o risco de não permanecer no cargo.

O Mauro Ricardo conhece bem Minas Gerais, porque, através da sua gestão na FUNASA, foram aplicados quase R\$150.000.000,00 na cidade mais pobre do Estado. Ele podia ter optado por outros cargos importantes, já que foi convidado para ocupar, por exemplo, a Secretaria da Fazenda da Paraíba.

O Governador Aécio Neves tem o desafio de retomar o crescimento. Por intermédio da COPASA, veremos que os municípios mineiros terão R\$2.700.000.000,00 de investimentos, com quase R\$1.000.000.000,00 em obra. É lógico que isso pode incomodar muita gente.

O Deputado Gil Pereira (em aparte) - Venho corroborar o pensamento de V. Exa. e do Deputado Antônio Carlos Andrada. O Dr. Mauro Ricardo tem feito ótima gestão à frente da COPASA. Neste início de administração, precisa organizar a casa e principalmente capitalizá-la. Como salientado, o importante, nesse primeiro momento, foi a mobilização que fez para arrumar recursos na Caixa Econômica Federal e em outros Bancos nacionais. Hoje, a COPASA pode gastar R\$1.100.000.000,00 em projetos no ano de 2004.

Quanto ao outro aspecto, como o Procurador-Geral do Estado - pessoa de capacidade jurídica indiscutível - deu seu parecer, a questão agora passa pelo crivo da justiça. Não tenho dúvidas de que ganhará o processo.

Enalteço a direção da COPASA. O Governador Aécio Neves acertou na escolha do Dr. Mauro Ricardo, embora, nós, mineiros, não estejamos acostumados com isso, por não se tratar de um "político", e sim de um técnico. O fato é que conseguiu alavancar recursos vultosos no orçamento de investimentos da COPASA neste ano. Para se ter idéia, para 2004, estão previstos R\$2.000.000.000,00 no orçamento do Ministério do Meio Ambiente e R\$2.300.000.000,00 no orçamento Ministério dos Transportes, para serem aplicados em todo o País. E a COPASA consegue R\$1.100.000.000,00 para investir em saneamento básico e tratamento de água no nosso Estado. Os mineiros podem ficar despreocupados, porque a COPASA tem manifestado apreço a todos os cidadãos, especialmente aos da nossa região do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha. Não tenho dúvidas de que a atual gestão será emblemática. A empresa ocupou o terceiro lugar, caiu para o oitavo, e agora, com a força do Aécio Neves e dessa diretoria da COPASA, atingirá o primeiro lugar até o final deste mandato do Governador. Obrigada.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)*- Parabenizando V. Exa., afirmo que o Dr. Mauro Ricardo, Presidente da COPASA, é pessoa muito competente, e quer, de fato, tornar a empresa a primeira do Brasil no setor. Sabemos dos seus recursos orçamentários, da ordem de R\$1.100.000.000,00, e acreditamos que Minas terá água e esgoto tratados. O trabalho vem sendo conduzido de maneira séria.

Solidarizo-me com V. Exa. e com o Deputado Antônio Andrade. Ressalto a competência do Presidente da COPASA e as boas propostas apresentadas para o Estado, de levar água e tratar o esgoto.

Assim, teremos mais saúde e contaremos com um administrador que sabe do que o Estado precisa.

O Deputado Arlen Santiago*- Agradeço o aparte. A COPASA está comprando carros da FIAT. Pasmem, senhores! A média de idade da frota dos carros da COPASA é de 12 anos. Imaginem, gastam-se R\$4.500.000,00 por ano com manutenção. Gasta-se mais que se comprassem carros novos. Agora, comprarão 800 novos carros da FIAT.

Todas as licitações da COPASA estão na Internet. Já se utilizou também a licitação de pregão. Há mais de 600 escritórios da COPASA e só 150 possuíam computador, com média de idade de 8 anos. Agora, compram-se 1.700 computadores para que a estatal entre na era da informática. A modalidade de licitação foi o pregão. As firmas que queriam vender foram para a empresa. O preço inicial do pregão caiu em R\$1.100.000,00, para a compra de 1.700 computadores.

Há o choque de gestão. Sr. Mauro Ricardo, Minas Gerais confia em você.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 21/8/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado João Bittar

exonerando, a partir de 8/9/2003, Elaine Diniz Borges do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Gabinete do Deputado Laudelino Augusto

exonerando, a partir de 8/9/2003, Edvaldo Luiz Rosa do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Quintão

exonerando Lucas Alencar da Cruz do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando Ronan Jose de Almeida do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Adilson Romualdo Neves para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Vitório Gonçalves Júnior para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonídio Bouças

exonerando, a partir de 8/9/2003, Geraldo Faria Alcântara do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

exonerando, a partir de 8/9/2003, Priscila Corrêa Alves e Sousa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Doralice de Lourdes Silveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Geraldo Faria Alcântara para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.102, de 3/7/91, 5.105, de 26/9/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

provenido Maria Teresa França de Lima no cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 8 horas, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 8/9/2003, Valéria Maria Pereira e Silva do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 8/9/2003, Helio Schueller Barboza Pereira da Silva do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

exonerando, a partir de 8/9/2003, Regina de Assis França do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Valéria Maria Pereira e Silva para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Helio Schueller Barboza Pereira da Silva para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01;

nomeando Regina de Assis França para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.123, de 4/11/92, 5.198, de 21/5/01, assinou o seguinte ato:

nomeando Daniel Galupo de Paula Penna para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício na Secretaria-Geral da Mesa.

ERRATAS

ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 3/9/2003

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 5/9/2003, na pág. 32, col. 4, sob o título "Leitura de Comunicações", onde se lê:

"pelas Comissões de Administração Pública - aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 1.046/2003, da Deputada Marília Campos", leia-se:

"pelas Comissões de Administração Pública - aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.131/2003, da Deputada Maria Olívia; 1.152 a 1.156/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.190 e 1.208/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 1.192/2003, do Deputado Doutor Ronaldo".

Sob o mesmo título, na linha 9, onde se lê:

"1.185, 1.186 e 1.204/2003", leia-se:

"1.185 a 1.187 e 1.204/2003".

ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 3/9/2003

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 5/9/2003, na pág. 32, col. 1, sob o título "Ofícios", acrescente-se, ao final, o seguinte resumo:

"Do Sr. Emanuel Carneiro, Diretor-Presidente da Rádio Itatiaia, agradecendo voto de congratulações formulado por meio do Requerimento nº 541/2003, do Deputado Laudelino Augusto.".